

Organizadores:
Patrícia M. S. Merlo
Juliano Gomes
Lucas Onorato Braga
Eduardo G. M. Moisés
Ricardo G. R. Filho

DIÁLOGOS SOBRE A MODERNIDADE

Volume 2



Patrícia M. S. Merlo
Juliano Gomes
Lucas Onorato Braga
Eduardo Gomes Molulo Moisés
Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho

Diálogos sobre a Modernidade

Volume 2

Serra, 2024.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, 270, Praia da Baleira, Serra - ES. CEP.: 29172-694.

www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (Uniritter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

MERLO, Patrícia Maria da Silva, 1977-

M565d Diálogos sobre a Modernidade, volume 2 / Patrícia Maria da Silva Merlo, Juliano Gomes, Lucas Onorato Braga, Eduardo Gomes Molulo Moisés, Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho (orgs.) – Serra: Identidade Editorial, 2024.

232 p.: ilustrações.

ISBN: 978-65-983805-3-3

1. Modernidade. 2. Política. 3. Trajetórias. 4. Redes de Sociabilidades. 5. Patrimônio Alimentar. I. MERLO, Patrícia M. S. II. GOMES, Juliano. III. BRAGA, Lucas Onorato. IV. MOISÉS, Eduardo Gomes Molulo. V. FILHO, Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho. VI. Título.

CDU: 900

Patrícia M. S. Merlo
Juliano Gomes
Lucas Onorato Braga
Eduardo Gomes Molulo Moisés
Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho

Diálogos sobre a Modernidade

Volume 2



Serra, 2024.

Sumário

Apresentação | 07

O surgimento de uma nova capital na Rússia Moderna | 09

Maria Carolina Stelzer Campos

Entre o Direito Costumeiro e a Legislação Canônica: práticas de vivência na Iberoamérica | 23

Juliana Sabino Simonato e Eduardo dos Santos Rangel

As Declarações de Direito dos Estados Unidos da América: apresentando os Direitos Humanos-Enredo para a Consciência Histórica | 34

Juliano Freires Ramos e Caio Henrique da Silva de Albuquerque

Ópera do Tejo: a mais importante obra do reinado de D. José I entre 1750 e 1755 | 52

Maria Aparecida Stelzer Lozorio

As Reformas Pombalinas (1769-1777): um período de transformação e seus impactos | 70

Waléria Demoner Rossoni

Carlos Julião (1740-1811): um ensaio biográfico da trajetória de um engenheiro militar pelo império Português | 86

Carlla Luísa Alves Côrtes

Da teoria humoral às teorias nervosas: um estudo sobre a medicina das paixões da alma | 104

Anny Barcelos Mazzioli

O café árabe: noções iniciais sobre o surgimento da bebida e dos seus espaços de consumo | 120

Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho

Louça de Vandelles: dos laboratórios de Coimbra às mesas de Portugal | 132

Lucas Onorato Braga

Circulação de discursos científicos e saberes médicos sobre o cacau e o café no manual agrícola *O Fazendeiro do Brasil* (1798-1806) | 142

Eduardo Gomes Molulo Moisés

História da Alimentação como chave para outras leituras da Modernidade | 159

Fernando Santa Clara Viana Junior e Maria Nayane Alves Bezerra

Identities e Alimentação: A Preservação Cultural através da Culinária Migrante | 175

Júlia Ribeiro Pereira

Cozinha tradicional, patrimônio e identidade: notas de pesquisa sobre a moqueca capixaba, Espírito Santo/Brasil | 188

Patrícia M. S. Merlo, Fernando S. C. Viana Jr e Manuela F. N. P. Delisa

O Hospital Colônia Itanhenga (1937-1962): isolamento compulsório e estigmatização da lepra no Espírito Santo | 214

Hícaro Rassele Rodrigues

Apresentação

No decurso da modernidade assistimos profundas transformações políticas e culturais que impactam profundamente os diversos campos de saberes. Tal contexto correu paralelo às operações de conhecimento e mapeamento do território, que concorreram para a construção de inventários sobre suas potencialidades humanas e naturais.

A mudança de perspectiva inaugurada pela modernidade comporta, portanto, importantes nuances tanto no que diz respeito ao caráter propriamente científico da produção de conhecimentos quanto a sua utilização com relação à governança.

Temos, portanto, o propósito estimular debates sobre a circulação de conhecimentos, práticas, ideias, além de intercâmbios culturais no mundo moderno, valorizando a pesquisa empírica e o diálogo com as metodologias e as abordagens contemporâneas, propomos a descortinar temáticas já consagradas pela historiografia luso brasileira sob diferentes prismas, bem como introduzir novos objetos na cena da produção do conhecimento histórico.

Assim, os trabalhos aqui apresentados são apoiados na vasta tipologia de fontes documentais e relatos científicos confeccionados, colecionados ou compilados por cidadãos luso-brasileiros ou estrangeiros. Dentre estas, podemos destacar, para além dos documentos oficiais, inventários,

crônicas, cartas, estudos, desenhos, mapas, coleções, publicações em jornais e periódicos científicos, etc. Esta produção documental reflete a inegável transformação no campo cultural, nos conhecimentos, representações e práticas que se apresentam como os alicerces que moldaram os saberes numa configuração transatlântica.

No que compete à história da alimentação e das práticas de cura, as últimas décadas assistiu ao crescimento significativo de pesquisas tornando o atual cenário onde se inscreve o processo de interlocução desses temas cada vez mais frutífero. Portanto, a história da alimentação e da saúde passam a figurar como um possível centro de atenção dos historiadores, o que nos permite lidarmos com uma abordagem alternativa quando às evoluções da sociedade, já que compete à História buscar essas alternativas e oferecer um suporte para a projeção de perspectivas.

Os organizadores.

O surgimento de uma nova capital na Rússia Moderna

Maria Carolina Stelzer Campos¹

No início do século XVIII, após a vitória da Rússia sobre a Suécia e a decisão de expandir-se em direção ao mar Báltico e ao golfo da Finlândia para consolidar sua posição como uma nação proeminente, Pedro I² optou por estabelecer, em 1703, uma nova capital do país às margens do Rio Neva, no extremo norte da Rússia, considerando o local estrategicamente importante.

Essa decisão foi motivada pela necessidade de criar uma saída confiável para o mar, desenvolver uma marinha, um exército e uma administração civil modernos, além de reformar o comércio e a indústria do país. A fundação da nova capital, São Petersburgo, representou um marco na história da Rússia e foi um reflexo do desejo de Pedro I de ocidentalizar e modernizar o país, aproximando-o das potências europeias (Mascarenhas, 2011).

1 Mestranda do programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista CAPES.

2 Pedro I, o quinto Romanov a assumir o governo, nasceu em 1672, filho do czar Aleixo e sua segunda esposa Natália Naryshkim. Governou de 1682 até 1725, e devido à suas grandes realizações, ficou conhecido como Pedro, o Grande.

O primeiro forte, denominado Fortaleza de São Pedro e São Paulo, foi construído no local com o propósito de defesa contra possíveis ataques. O sistema de defesa sueco, de certa forma, contribuiu para delinear o plano urbanístico e os arredores de São Petersburgo.

Inicialmente, Pedro I se inspirou no modelo de Amsterdã para elaborar a capital (Foto 1), após estudar a arte da construção naval na Holanda. No entanto, ao visitar Paris e o Palácio de Versalhes em 1717, percebeu que seu plano original era limitado e o substituiu por algo mais grandioso, que melhor representasse a nova capital de um império. Ele contratou o arquiteto Jean Baptiste Alexandre Le Blond, para criar um novo plano de urbanização de São Petersburgo.

Foto 1 – Planta de São Petersburgo



Fonte: Mascarenhas, 2011, p. 7.

Le Blond, inspirado em Versalhes, projetou as residências de verão do czar, Peterhof e Tsarskoye-Selo. Em 1712, Pedro I proclamou São Petersburgo como a capital do império russo, transferindo a corte de Moscou.

O arquiteto Jean Baptiste Alexandre Le Blond faleceu prematuramente em 1719, deixando um maior número de projetos do que obras executadas. O Palácio Peterhof, conhecido como “o Versalhes russo”, foi inspirado no modelo francês e apresenta uma perspectiva fundamental no plano urbanístico, representada especialmente no eixo que interliga a fachada frontal do palácio ao golfo, dividindo-o em dois planos³ geográficos.

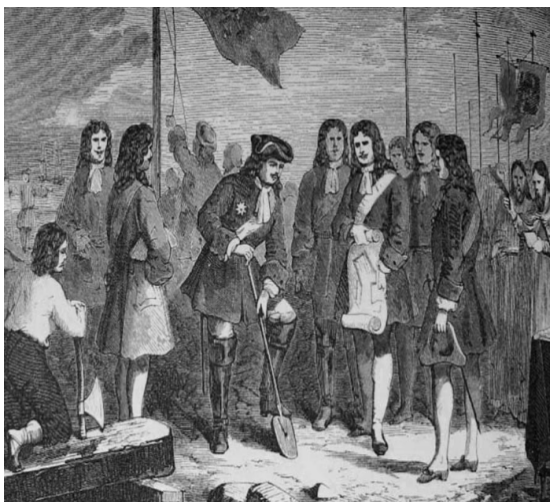
³ O primeiro plano, mais elevado, recebeu o palácio, que se apresenta imponente aos nobres que chegavam como convidados às festas, pelo mar, no plano inferior. Para alcançarem o palácio, era preciso atravessar todo o complexo de fontes douradas, cascatas e espelhos d'água, que apresentava um partido sinuoso de formas escalonadas entre os dois planos, ressaltando o dinamismo e o valor simbólico das esculturas que pontuavam os patamares e os degraus. Este complexo é ladeado por escadarias, jardins, gazebos e pavilhões. As alegorias representadas nas estátuas em bronze foram inspiradas em deuses e heróis antigos que se alternam com vasos ornamentais. Muitas dessas esculturas são cópias dos originais e significavam as vitórias da Rússia na Guerra do Norte pela conquista das terras do Báltico contra os suecos, ou a vitória da Batalha de Poltava sobre Carlos XII, representada por um grupo escultórico também em bronze denominado “Sansão se desgarrando do leão”. Apesar do nome francês *Monplaisir* para o pavilhão preferido do czar, sua arquitetura é de inspiração holandesa. Com a morte prematura do arquiteto francês, foi o ítalo-suíço Domenico Trezzini quem realizou uma longa carreira de projetos de edificações residenciais, mosteiros e fortalezas em São Petersburgo que, apesar da sua origem, se inspira nas linhas do barroco holandês. Trezzini havia prestado serviços para o rei da Dinamarca, Frederico IV, amigo pessoal de Pedro I. No entanto, o maior representante do barroco russo. O Palácio Peterhof recebeu ampliações no reinado de Isabel Petrovna, projetadas pelo arquiteto italiano que estendeu ainda mais o comprimento da fachada principal e inseriu nas duas extremidades dois elementos arquitetônicos encimados por bulbos dourados, de clara inspiração bizantina, mesclando-se à base em forma de cúpulas, de inspiração brunelleschiana. Rastrelli conseguiu integrar as características do barroco das épocas de Pedro e Isabel. Os jardins ocupam grandes extensões e foram inspirados no paisagismo geométrico recorrente nos castelos e palácios franceses. C.f. MASCARENHAS, Alexandre F. Aspectos da arquitetura russa em São

ficos (Mascarenhas, 2011).

O nascimento de São Petersburgo foi um marco importante na história da Rússia e um símbolo da modernização e ocidentalização do país. Pedro I da Rússia fundou a cidade em 1703 com o objetivo de estabelecer uma conexão com a Europa ocidental e modernizar a sociedade russa (Figes, 2017). É importante ressaltar que Pedro I nunca chamou a construção de São Petersburgo como uma “janela para o Ocidente”, porém claro que mais do que qualquer coisa, ele criou essa cidade pensando em que ela pudesse ser associada ao que ele vinha construindo, com o objetivo de tornar a Rússia mais Ocidental (Hughes, 2002).

A cidade foi construída em um pântano e exigiu um enorme esforço de construção, com milhares de trabalhadores e soldados trabalhando na construção de canais, pontes e edifícios (Foto 7). “Com a baioneta, cortou duas tiras de turfa e as arrumou numa cruz sobre o chão pantanoso. Então Pedro disse: ‘Aqui haverá uma cidade’” (Figes, 2002. p. 33).

Foto 7 – Fundação de São Petersburgo



Fonte: Manáev, 2020.

Mesmo a construção de São Petersburgo sendo feita em uma área considerada extremamente ruim e inadequada para a construção da metrópole do maior estado da Europa, a cidade cresceu fantástica (Figes, 2002). A frase do czar “aqui haverá uma cidade” é trazida por alguns historiadores, como uma alusão a ordem divina “faça-se a luz, e é apontada como uma cidade quase celeste (Figes, 2002). Ela não cresceu como outras cidades, São Petersburgo foi criada para ser uma obra de arte, tudo nela foi pensado na percepção visual.

Inicia-se então o processo de criação dos primórdios de uma corte em São Petersburgo. Pedro I ordena que os escritórios do governo, os mercadores e os aristocratas se mudassem para lá, entretanto essa não é uma ideia que agrada muito a todos (Bushkovith, 2014). A construção da

cidade foi muito trabalhosa, sendo então uma cidade com um alto custo de vida, principalmente por ser úmida e suja – nascida em cima de um pântano, o local gerava algumas adversidades – além de possuir frequentes inundações, que acabava se tornando um transtorno para a população. Ademais de todas essas adversidades, São Petersburgo estava longe do coração da Rússia, se tornando um local que não era muito atrativo para a mudança.

Mesmo assim, aos poucos, o projeto vasto e quase utópico de Pedro I foi se construindo. De acordo com o historiador Orlando Figes (2002),

O segredo dessa unidade arquitetônica foi o planejamento da cidade como uma série de conjuntos interligados por uma rede harmoniosa de avenidas, praças, canais e parques, disposto contra o rio e o céu. [...] Na concepção de Pedro, tornar-se cidadão de Petersburgo era deixar para trás os costumes “sombrios” e “atrasados” do passado russo em Moscou e entrar, como russo europeu, no mundo ocidental moderno de progresso e esclarecimento (Figes, 2002. p. 39-40).

Moscou era uma civilização religiosa, que teve pouca exposição à influência do Renascimento ou da Reforma, também não participou das descobertas marítimas e nem das revoluções científicas do início da era moderna, e Pedro I queria recuperar o tempo perdido e inserir a Rússia no cenário moderno.

A fundação de São Petersburgo teve um impacto significativo na sociedade e na economia russas. A cidade tornou-se um centro de comércio e intercâmbio cultural, atraindo uma população diversificada e contri-

buindo para a disseminação de ideias e práticas ocidentais. A cidade também se tornou um importante centro de arte e cultura, com a construção de teatros, óperas e museus. A abertura para o Ocidente representou um esforço deliberado de Pedro I para modernizar e ocidentalizar a Rússia, trazendo ideias e práticas inovadoras com inúmeras transformações, dentre elas a social e a econômica.

Como dito anteriormente, a ida até a cidade gerou muita insatisfação e aversão por parte dos cidadãos moscovitas que se deslocaram até São Petersburgo, e após a morte de Pedro I existiram algumas conversas sobre a volta de Moscou como o centro do país, mas de acordo com a historiadora Lindsey Hughes (2002), foram infundadas.

Quando Pedro morreu, São Petersburgo tinha apenas vinte e dois anos e a maioria dos seus principais edifícios tinha menos de quinze anos. Poucos dos seus habitantes viviam ali há muito mais de dez anos, mas as suas vidas tinham sido transformadas, especialmente as da elite. As memórias do período imediatamente após a morte de Pedro mostram que o estilo de vida introduzido sob Pedro não mudou: fogos de artifício, iluminações, bailes, companhia mista estavam na ordem do dia, mesmo que as assembleias “democráticas” de Pedro tenham sido abandonadas em favor de reuniões mais exclusivas. Para as mulheres da classe alta, em particular, não haveria regresso ao *terem* segregado (como poderia haver, com imperatrizes no trono?), mesmo que a função da mulher na sociedade, como a das suas homólogas ocidentais, ainda era fazer um casamento adequado, ser uma companheira decorativa e gerar filhos. Houve alguma conversa entre os conservadores, é verdade, sobre um regresso a Moscovo, depois de a corte de Pedro II ter aí sediado durante o seu curto reinado. Um escritor do *British Journal*,

em março de 1730, expressou temores de que o comércio interior não seria reavivado “a menos que o Império da Rússia despertasse do sono letárgico em que agora caiu; seus vestidos de pele e suas longas anáguas retornarão sobre eles; e toda a afetação sórdida de uma singularidade de todo o mundo, que antes os tornava tão verdadeiramente desprezíveis, fará o mesmo novamente. Estes receios (ou esperanças, para os vizinhos europeus que teriam preferido ver a Rússia marginalizada) eram infundados. Após a sua coroação em 1731, a Imperatriz Ana devolveu a corte a São Petersburgo e patrocinou aspectos da cultura ocidental que mal se desenvolveram no reinado de Pedro, como o balé e a ópera. Os sucessores de Pedro aproveitaram o seu legado cultural, estendendo-o mais amplamente por todo o império, como por exemplo no programa de Catarina II para a reconstrução dos centros das capitais provinciais no estilo clássico, embora a massa da população não tenha sido afetada (Hughes, 2002. p. 216-217. Tradução nossa).

Os sucessores de Pedro I aproveitaram muito do seu legado cultural. O Czar deixou principalmente, o esboço da cidade que viria a ser a gloriosa São Petersburgo, pois a maior transformação na cidade ocorreu após a morte do czar, mas isso não significa que ele não tenha tido um papel primordial e de grande importância na sua criação, pelo contrário, grande parte das obras concluídas póstumas à Pedro I foram idealizadas e pré-definidas por ele. A czarina Ana, em 1731 foi quem instituiu novamente a corte em São Petersburgo – já que Pedro II levou-a de novo para Moscou (Hughes, 2002).

As transformações que o czar empreendeu também alcançou a área científica. A Academia de Ciências que Pedro I o grande, fundou, se tornou uma importante editora de literatura científica e acadêmica, prin-

principalmente durante o reinado de Elizabeth e Catarina II, que buscaram aumentar o número de obras traduzidas, principalmente das áreas de literatura e filosofia (Hughes, 2002).

Além disso, autores russos passaram a possuir espaço nesses ambientes, já que Pedro I investiu muito no aumento do nível da educação que chegava até a Rússia. Outro ponto interessante é acerca do projeto de Pedro para a Academia de Artes, que ele idealizou, mas só foi concluído em 1757. Nessa Academia, artistas russos foram treinados para trabalhar com áreas artísticas⁴, que anteriormente, somente os estrangeiros ocupavam.

As mudanças foram tão profundas que até mesmo os hábitos pessoais dos habitantes da Rússia foram afetados ao longo do tempo. Inicialmente foi apontado a dificuldade que os russos tiveram na adoção de uma vestimenta ocidental. Uma das primeiras reformas a serem executadas foi a implantação do “imposto da barba” para todos os homens de alta classe, que não pertenciam ao clero e nem à classe camponesa, então todos que desajassem deixar a barba crescer deveriam pagar por tal (Segrillo, 2016).

A elite masculina russa, por exemplo, permaneceu usando barba até que as barbas voltaram à moda na Europa na segunda metade do século XIX (Hughes, 2002). Inicialmente pode parecer uma reforma de conteúdo insignificante, entretanto o uso da barba era algo considerado tradicional da sociedade russa, mas para Pedro I, era visto como um sinal

⁴ Mas é importante destacar que Pedro I não secularizou a cultura russa, mesmo tendo mudado muito a cultura russa, ele não secularizou a mesma. Ele manteve a percepção cultural focada em uma arte e cultura religiosa, então grande parte das produções, principalmente artísticas, eram de produção religiosa.

de atraso, já que no Ocidente esse era o significado da mesma. É possível então ver uma característica que irá traçar grande parte das reformas de Pedro, a busca por uma ocidentalização russa.

Seguindo nesse mesmo ideal, o czar muda as roupas da aristocracia. Todos da classe mais alta deveriam usar roupas mais ocidentais, incluindo roupas que não cobrissem os cabelos das mulheres (Bushkovith, 2014) – que cobriam devido a tradição ortodoxa. Isso gerou uma grande insatisfação e uma dificuldade muito grande da utilização de roupas como meia calça e salto alto, para as mulheres, provocando em muitos casos, a utilização desse vestuário somente fora de casa, e no ambiente privado, se mantivessem o uso de roupas tradicionais.

Entretando, mesmo com essa resistência, é possível ver que o estilo russo de vestimenta permaneceu como uma espécie de “fantasia”, sendo reservada apenas para grandes ocasiões especiais.

No reinado de Catarina II, o antigo vestido russo em forma estilizada começou a retomar para as damas da corte em ocasiões especiais. Em 1826, um observador no baile de coroação de Nicolau I comentou com aprovação mulheres vestindo o que ele descreveu como traje patriótico, relembrando uma época quando os russos não tinham vergonha de suas roupas esplêndidas, adequadas ao clima, que tinha caráter nacional e era incomparavelmente mais bonito que traje estrangeiro. (Hughes, 2002, p. 2018. Tradução nossa)

A transferência da capital de Moscou para São Petersburgo sob o reinado de Pedro, o Grande, não se limitou apenas a uma reorganização administrativa e geográfica. Essa mudança monumental foi o catalisador

de uma verdadeira revolução na percepção da Rússia em relação ao Ocidente. Ao estabelecer a cidade de São Petersburgo, Pedro I não apenas redesenhou o mapa e a estrutura do Império Russo, mas também encorajou uma nova mentalidade entre os russos.

A construção dessa nova metrópole às margens do rio Neva representou uma ruptura radical com a tradição e a percepção antiga de uma Rússia isolada e orientada para o interior. A cidade foi projetada e construída de acordo com modelos europeus, refletindo os princípios da arquitetura ocidental e servindo como um ícone visível da modernização e da abertura para influências estrangeiras.

Essa mudança física, em termos de localização geográfica e estética urbana, desempenhou um papel fundamental na transformação da identidade russa, abrindo caminho para uma nova era de interação, intercâmbio cultural e influência ocidental na sociedade russa.

Pedro I: o impulsionador de uma mudança russa?

“Poucos sucessores de Pedro foram tão bons quanto ele em conseguir o que queriam” (Hughes, 2002, p. 219). Muito se argumenta sobre Pedro I e suas reformas terem levado a uma perda da identidade nacional na Rússia, ou sobre a criação de uma imitação da civilização europeia, e até mesmo sobre uma divisão social entre a elite e as massas.

Segundo a historiadora Lindsey Hughes (2002), Pedro I deixou o seu legado como um czar reformador, todavia mais que isso, com seus investimentos que proporcionaram uma maior educação, Pedro I deixou em seu legado a imagem de um czar que conseguiu criar uma alta quantidade

de cidadãos russos questionadores.

Ele impulsionou uma série de reformas que reverberaram ao longo de muitos anos e muitos governos. Como vimos anteriormente, muitos sucessores de Pedro continuaram executando seus planos e seus esboços, muitas reformas de Pedro I permaneceram durante anos, demonstrando principalmente como o czar foi um dos principais promotores da uma mudança na estrutura do Império Russo.

Compreender o legado de Pedro I da Rússia, também conhecido como Pedro, o Grande, é fundamental para analisar não apenas a dinâmica das reformas que ele instituiu, mas também seu impacto duradouro na sociedade russa. O debate em torno de suas mudanças e de seu legado muitas vezes gira em torno da suposta perda da identidade nacional, da aculturação europeia e das disparidades sociais resultantes de suas reformas. No entanto, sobre a influência de Pedro I, é evidente que seu governo não apenas moldou as bases de um Estado moderno russo, mas também fomentou uma mentalidade questionadora e adaptável entre os cidadãos.

As reformas de Pedro I ecoaram por várias gerações, continuando a influenciar os governos russos posteriores. Como já falamos anteriormente, seus sucessores não apenas deram continuidade às suas políticas e visões, mas também reconheceram a relevância e a eficácia de suas iniciativas reformistas. A permanência de muitas dessas reformas ao longo do tempo evidencia a profundidade das mudanças promovidas por Pedro I, delineando-o como um líder visionário que estabeleceu um novo paradigma para a estrutura e o funcionamento do Império Russo.

Nesse sentido, Pedro, o Grande, foi mais do que apenas um czar reformador; ele foi uma figura que semeou as sementes da transformação

social, cultural e política na Rússia. O legado de Pedro I não se limita a reformas institucionais, mas sim à promoção de uma mentalidade inquisitiva e adaptável entre os cidadãos russos, um legado que reverberou muito além de seu reinado e definiu o curso da história russa.

Pedro I introduziu uma nova concepção de Estado na Rússia, caracterizada pela busca de uma ordem jurídica mais consistente e pelo fomento de uma educação voltada para a nobreza e permeada pelos ideais da cultura ocidental. Sua visão abrangente e progressista visava modernizar e alinhar a Rússia aos princípios que então vigoravam no contexto europeu. Essa mudança estrutural não apenas abrangeu esferas políticas e administrativas, mas também influenciou profundamente a mentalidade e os valores da sociedade russa da época.

REFERÊNCIAS

- BUSHKOVITCH, Paul. **História concisa da Rússia**. Tradução de José Ignacio C. Mendes Neto. São Paulo: Edipro, 2014. (série história das nações).
- FIGES, Orlando. **Uma história cultural da Rússia**. Tradução de Maria Beatriz de Medina, Rio de Janeiro: Record, 2017.
- HUGHES, Lindsey. **Peter the great: a biography**. New Haven; London: Yale University Press, 2002.
- MANÁEV, Gueórgui. **Por que o tsar Pedro era 'o Grande'?**. Moscou: Russia Beyond (Governo russo), 2020. Disponível em: <https://br.r-bth.com/historia/84292-por-que-tsar-pedro-grande>. Acesso: 30 nov. 2023.
- MASCARENHAS, Alexandre F. Aspectos da arquitetura russa em são

Petersburgo no século XVIII. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6070>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. **Europa ou Ásia?** A questão da identidade russa nos debatesocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas (elementos dos debates entre ocidentalistas,eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual). Tese (Livre Docente). 2016. 276 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-14092018-162101/pt-br.php>. Acesso em: 13 jun. 2023.

Entre o Direito Costumeyro e a Legislação Canônica: práticas de vivência na Iberoamérica

Juliana Sabino Simonato¹
Eduardo dos Santos Rangel²

Introdução

Ao consubstanciar-se uma análise de como se desdobrava o cotidiano prático social na América Portuguesa, precisa-se de antemão balizar compreensões mais acentuadas de como essa sociedade se moldava na realidade vivenciada no transatlântico.

Como nota de pesquisa, o intuito engloba especificamente a figura do “mestiçado” como filho ilegítimo, e a sua situação pungente perante à sociedade. Os impactos que outrora configuraram um empecilho (escravidão e ilegitimidade), tornaram-se um instrumento de força motriz para a solidificação e forma de ascensão social na estrutura elitista do fim século XVIII ao início do XIX.

A ilegitimidade era originária de uma relação de poder no Bra-

1 Doutora em História Social da Cultura - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) juliana.simonato@ufes.br

2 Mestrando em História Social das Relações Políticas - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). eduardo.rangel.93@edu.ufes.br

sil colônia. Das relações estreitadas entre as escravas e os seus senhores, ocorria a maternidade ilegítima. Situação em que elas alçavam a alcunha de “teúdas e manteúdas”, tornando-se concubinas. Dessa forma, a situação de ilegítimos nas camadas da elite era muito maior que nas camadas inferiores. Lopes (1998, p.41). Os intercursos sexuais entre os colonizadores portugueses e as índias nativas e africanas, favoreceu a multiplicação versátil e condescendente para a formação social mestiça e adaptável à realidade transatlântica. Freyre (2003, p.37).

Em síntese, discorre Caio Prado Junior:

“A mestiçagem, que é o signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui sem dúvida o seu traço característico mais profundo e notável foi a verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena” (Junior, 1961, p. 93).

A pesquisa em tese se pauta no instrumento legislativo vigente na época da Colônia e Império, as chamadas Ordenações Filipinas. Em caso de ausência de definições legais, nutria-se pelos Usos e Costumes e Legislações Esparsas (Canônica e Romana), Extravagantes e Complementares além do entendimento de juristas da época. Importante salientar que, as práticas costumeiras feitas por meio de uma modulação “ilícita” aos olhos da lei poderia de forma asseverada ganhar legitimação. Para tanto, esses dispositivos específicos ficaram conhecidos como Cartas de Adoção ou Cartas de Perfilhação os quais assim, poderiam garantir a esses “mestiçados” (filhos ilegítimos) à mobilidade social.

No que se relaciona a expansão social alçada pelos “mestiçados”,

(Paiva, 2009, p.40 e seg), discorre em seu livro que essas proles ilegítimas mesmo não sendo agraciadas socialmente conseguiram elevar-se a cargos públicos e eclesiásticos. Em alguns casos praticaram atividades laborais semelhantes a de seus genitores ou por vezes em conjunto com os mesmos. Ainda foram observados que matrimônios e formação de núcleos familiares ocorreram entre essa distinta classe social.

Com tudo, as análises desse estudo levam a viabilizar que alguns ensejos se tornaram preponderantes para que a prática legal da perfilhação dos “mestiçados” (filhos ilegítimos) fosse um costume reiterado no meio senhorio. Dentre eles, o ato da benevolência e ternura cristã com a proximidade da morte. Entretanto, a Igreja era incomplacente com os atos impróprios praticados externamente ao sagrado matrimônio. Depreende que, a ilegitimidade então apenas retificava o desvio das práticas e condutas cristãs elucidando o pecado. Esses atos criavam uma distinção peculiar entre os chamados filhos legítimos concebidos no seio matrimonial e os “mestiçados” ilegítimos nascidos pela proveniência do concubinato como citado por (Simonato, 2009, p.162-164).

Seguindo esse intento é eloquente explicitar o que Coutinho Silva (2022, p.105) descreve, os filhos legítimos eram aqueles nascidos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Concílio de Trento que, chega ao Brasil Colonial pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. As proles geradas em desconformidades com essas diretrizes eram tidas como ilegítimas. Outrossim, é importante frisar que os filhos ilegítimos poderiam ter distintas classificações: espúrios ou naturais. Os qualificados como filhos naturais eram nascidos da relação de pais solteiros que não se casaram, mas também não tinham impedimento nenhum para lograr

o matrimônio. Os espúrios eram oriundos de pais que não poderiam casar-se pois tinham impedimentos legais. Esses filhos eram provenientes de relações incestuosas ou de pais adúlteros que violavam o Direito Canônico.

Em concomitância as questões sacras e profanas, Soares destaca:

Embora as práticas relacionadas à luxúria fossem severamente combatidas pela Igreja, os “tratos ilícitos” grassavam por todo lado em decorrência da “fragilidade humana”, conforme admitiam muitos testadores ao ajustarem suas contas com o Criador na iminência do momento derradeiro. Pecados da carne, cujo rastro mais visível eram, sem dúvida, os filhos ilegítimos. Ademais, o perdão da Igreja facultado pela confissão sacramental era incapaz de fazer desaparecer o que, aos olhos de uma pessoa livre e temente a Deus, figurava como uma situação moralmente reprovável: a prole ilegítima fadada ao cativeiro. (Soares,2009, p.55).

Para elencar melhor as questões naturais da religião, Fausto (2011, p.29) fundamenta que a Igreja se encontrava presente nas variadas questões da vida cotidiana desde o nascer ao padecer. Somente a Igreja era detentora do exclusivo percussor de atos sacros sendo eles: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e por fim, a extrema-unção no leito de morte. Logo, todo e qualquer ato anômalo aos descritos se encontrava em contradição aos desígnios da lei celestial.

As indagações abordadas a respeito da figura do “mestiçado” como filho ilegítimo em solo luso-brasileiro, tornam-se oriundas de uma mescla ou característica de adaptação. De acordo com a Historiadora Simonato

(2009, p.164), essa moldagem advém da sociedade do Antigo Regime Português, e as contribuições dos demais indivíduos que aqui viviam ou foram transladados, o índio e o africano. A sociedade colonial e mestiça foi forjada dentro dessas misturas que ocorreram no Novo Mundo Ibérico.

Ao fim da década de 70 do século XVIII nas Capitâneas luso-brasileiras, a população era composta por uma diversidade de não-brancos estimado em torno de 70 por cento de uma mescla biológica diversificada como crioulos, mulatos, pardos, cabras e mamelucos. Essa variação se intensifica ainda mais com a finalização do período colonial. (PAIVA, 2009, p.24)

Paiva e Bernand (2023, p.16 e seg), abordam que “mestiçado” durante o término do século XVIII era a expressão que designaria os filhos provindos das relações dos conquistadores Portugueses com as índias nativas. O que seguidamente no século XIX, os demais mesclados e mestiços passam a ser denominados como “mestiçados”. Compreendendo desse jeito, uma série de características fisionômicas e comportamentais, além da possibilidade de elevação de condição social.

1.1 Entre a Legislação do Reino aos Costumes da Colônia: Do *Status Quo* de filho ilegítimo à perfilhação

Quando se trata do período colonial no Brasil, a historiografia mostra cada vez mais que é necessário desvestir-se de certas concepções que já não cabe mais para a compreensão ideológica dessa época. Por certo, o que se passava no Império Português era espelhado para a sua colônia do além-mar. A distinção, no entanto, se limitava as diferenças existen-

tes no cotidiano da vida corriqueira da metrópole e da colônia. De fato, esses litígios que ocorriam administrativamente e juridicamente não passavam por um devido processo de regulamentação legal. Como também, as questões divergentes ocasionadas na colônia se delineavam pela decisão da autoridade colonial que valendo-se dos Usos e Costumes do local aplicava a decisão necessária para a questão que se encontrava em voga. (Júnior,1961, p. 298-300).

Nesse sentido descreve Wolkmer:

Entretanto, a insuficiência das Ordenações para resolver todas as necessidades da Colônia tornava obrigatória a promulgação avulsa e independente de várias “Leis Extravagantes”, versando, sobretudo, sobre matérias comerciais. (Wolkmer,2003, p.35).

Ressalta-se que, a própria legislação vigorante do período colonial, as Ordenações Filipinas, tinham como previsão em seu bojo legislativo, no Livro III, Título LXIV, como deveria proceder os casos em específicos não legislado pelas Ordenações. Para tanto, em linhas gerais advém que os mesmos deveriam ser dosados pelo intérprete valendo-se dos Usos e Costumes, dos Cânones provenientes do Direito Canônico, das Leis Romanas, Das Glosas de Acúrsio, da Opinião de Bartolo e por fim do Direito Comum.

Além disso, existia ainda uma possibilidade que era uma faculdade Real do qual, o monarca poderia em casos mais peculiares e arbitrário intervir de forma direta até mesmo sobre o que se encontrava escrito nos instrumentos legislativos. Nesse caso, se tratava da sua atribuição Real de

fazer justiça. (Coutinho Silva, 2020, p.44-45).

No que concerne as diretrizes legais para o processo de legitimação do filho ilegítimo, o procedimento se encontrava aportado na entidade concebida para elencar as tratativas dos territórios ultramar, pertencentes ao Reino de Portugal. Esse órgão específico sediado em Lisboa desde o ano de 1643 denomina-se “Conselho Ultramarino”. Cujo objetivo fundamental era dirimir e mediar questões jurídicas e administrativas provenientes dos súditos do Reino de Portugal e o Rei. Assim, emitia-se pareceres, consultas e despachos, tanto no processo instrutório para chegar até o Monarca quanto no retorno dos atos já despachados por Vossa Majestade. (Coutinho Silva 2022, p.115-116; Moreno,2006 p.468)

A respeito da questão da legitimação das proles no Império Lusitano, as Ordenações Filipinas foram evasivas nesse aspecto deixando uma questão lacunar a ser esclarecida pelos Juízes da época da qual, tiveram que se ancorar em leis subsidiárias provenientes do Direito Romano. Moreno (2006, p.467).

Em relação a “filiação consanguínea”, o Código Filipino dispôs sobre a existência do entrelaçar de sangue bem como, a responsabilidade e obrigatoriedade de criação que os pais tinham com a prole sendo ela lídima ou espúria. O processo para legitimação dessas proles espúrias ocorria de três maneiras: casamento de pais após o nascimento da prole, expressão da vontade post-mortem deixado em seu testamento e por expressão paternal do genitor em reconhecer por escrito sua vontade na presença de um tabelião e testemunhas. Coutinho Silva (2022, p.106 e seg).

No caso da carta de perfilhação, para expressão de vontade paternal, um instrumento público era lavrado e posteriormente remetido ao De-

sembargo do Paço. Esse, era incumbido do despacho das Petições de Graça Real e análise das solicitações e confirmação do perfilhamento. Assim, após correr todas tratativas legais, oriundas da investigação hereditária, garantia-se ao filho espúrio as derivações da honra paterna e utilização de sobrenome do genitor. E posteriormente após retificação da Graça Real, o perfilhado era incluso ao partilhamento dos bens precedentes dos Direitos Sucessórios. Coutinho Silva (2022, p.106 e seg).

Todavia, deve-se mencionar que na “prática cotidiana” uma outra realidade também acontecia, seja essas por razões morais ou afetuosas. A alforria em “pias batismais”, foi uma realidade latente e costumeira no meio senhorio. Essa era uma forma de reconhecer a prole ilegítima sem precisar passar pelo devido processo legal e retificar ainda que veladamente a paternidade. Isso também era uma maneira de remissão ética pela prole gerada muitas vezes no eito ou no interior dos cativeiros como cita Soares (2009, p.56).

Considerações Finais

Em suma, a pesquisa se pauta em analisar os fatos e indícios que levam a compreender o Regramento Jurídico, a Severidade da Lei Canônica Cristã e as Práticas Costumeiras vivenciadas durante o período do século XVII e XIX, no Brasil. Para esse desdobramento específico, foram pesquisados os “mestiçados” ilegítimos, concebidos em pecado, até o seu processo de validação social. Ao longo do período de reconhecimento paternal até a inserção nas escalas elitistas no século XIX. Foram avaliadas fontes documentais e trabalhos específicos sobre o tema onde aborda desde historiografias atuais aos documentos da época: Cartas de Perfilhação,

Processos Jurídicos e Testamentos.

No entanto, os comparativos realizados pautaram-se em colacionar no mesmo recorte temporal Capitâneas distintas, sendo elas: Espírito Santo, Minas Gerais e Paraíba do Norte. As produções analisadas são respectivamente dos Historiadores: Juliana Sabino Simonato, Eduardo França Paiva e Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva. O intuito perene do trabalho é notabilizar a existência de uma *práxis* particular da colônia como um todo.

Por fim, evidenciar o abandono de pretensões macrosociais e o redimensionamento das relações sociais a partir de relações práticas entre o Direito Pátrio e o seu fazer cotidiano. Assim como, enfatizar as relações entre a História e o Direito que sempre foram muito tênues como dispõe Carlo Ginzburg, em sua obra “El Juez y el historiador”. Além de que o autor norteia que ambos remetem a possibilidade de utilizar processos judiciais para a construção da historiografia e a reconstituição da vida de homens e mulheres, demonstrando a pouca divisão entre o mundo público e o privado. (Silva, 2013, p.07; Simonato, 2009, p.159).

REFERÊNCIAS

BERNAND, Carmen & PAIVA, Eduardo França. Mestiçados e forros em Minas Gerais e Buenos Aires nos séculos XVIII e XIX. **Revista de História da Sociedade e da Cultura. Coimbra**, vol.23, n. 1, 2023, pp.15-43.

CÓDIGO Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rei D. Filipe I. Ed. fac-similar da 14^a ed. (1870), segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de

1821. Com introdução e comentários de Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 4v.

COUTINHO SILVA, Luisa Stella de Oliveira “Como se de legítimo matrimônio nascida fora”: A Construção da filiação no Império português a partir da legitimação de uma filha sacrílega na capitania da Paraíba. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 38, núm. 76, 2022, Janeiro-Abril, pp. 91-124.

COUTINHO SILVA, Luisa Stella de Oliveira. **Nem teúdas, nem manteúdas: história das mulheres e direito na capitania da Paraíba (Brasil,1661-1822)**. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History,2020.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

LOPES, Eliane Cristina. **O Revelar do Pecado: Os filhos ilegítimos na São Paulo do Século XVIII**. São Paulo: Annablume,1998.

MORENO, Alessandra Zorzetto. “Criado como filho”: as cartas de perfilhação e a adoção no império luso-brasileiro (1765-1822). **Cader-nos Pagu**. Campinas, n.26, p.463-474, jan./jun.2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. 3 ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM,2009.

SILVA, Jeanne. História e Direito: considerações para a construção meto-

dológica de um campo interdisciplinar. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013**, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013, pp. 01-16.

SIMONATO, Juliana Sabino. **A Ilegitimidade como Estratégia de Ascensão Social. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)**. Vitória, n. 63, 2009, pp.159-163.

SOARES, Márcio de Sousa. **A Remissão do Cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. 300p.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

As Declarações de Direito dos Estados Unidos da América: apresentando os Direitos Humanos

Juliano Freires Ramos¹

Caio Henrique da Silva de Albuquerque²

Introdução

A Revolução Americana efetivamente demonstrou o impacto do pensamento das luzes em sua época. O que hoje chamamos de Estados Unidos, na verdade, eram colônias da Inglaterra e entender o processo de independência delas é também compreender o que se passa nos territórios coloniais, mostrando que eles não estavam alheios aos movimentos Europeus da Modernidade.

Nesse sentido, a Modernidade pode ser conceituada como o período de transformações ocorridas a partir da emergência dos contatos intercontinentais e do desenvolvimento de técnicas e tecnologias a partir

1 Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do grupo de pesquisa Labirinto da Codificação do Direito Processual Internacional (UFES - CNPq). Membro do grupo de estudos Modernidade Ibérica (Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas da Cura) vinculado ao departamento de História da UFES.

2 Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS).

de meados do século XV. Esses processos, somados a um movimento de formação de conceitos histórico-temporais e de superação de uma perspectiva escatológica, levaram a uma lenta e paulatina extensão do horizonte de expectativas do ser humano, que se viu frente a um futuro de possibilidades (Koselleck, 2006, p. 267-296).

Esse futuro de possibilidade é percebido, inclusive, pela narrativa americana conservada sobre o seu processo de independência, a qual criou um mito pautado na esperança, igualdade e liberdade, que até hoje é manifesto pelo “espírito americano”. A história de uma nação criada a partir de 13 colônias peregrinas que cresceram livres, de forma que quando a sua metrópole cobrara as exigências do pacto colonial, o conflito se instaurou. Os colonos passaram a fazer petições e reclamações aos congressistas, mostrando a sua insatisfação, alegando que a Inglaterra os deixou ao relento. Assim, a identidade nacional foi fundada, por meio de um ideal que simboliza uma nova nação que não se liga ao colonialismo inglês;

Assim, os Estados Unidos da América adquiriram sua independência da coroa britânica e, assim, se tornaram um Estado nacional. Nesse processo, os norte-americanos criaram dois documentos os quais, atualmente, ainda são referências em Direitos Humanos: A Declaração de Independência e a Constituição dos Estados Unidos. Foram declarações feitas de maneira impetuosa e que carregam simplicidade, trazendo o que se pretendiam de forma clara e instituindo direitos inalienáveis e basilares para qualquer governo ocidental moderno.

Em seu conteúdo, chama a atenção a famosa frase da Declaração de Independência Americana: “Consideramos essas verdades como autovidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados por

seu Criador com certos direitos inalienáveis” (Trecho da “Declaração de Independência dos Estados Unidos da América”, 1776, Estados Unidos da América. Tradução nossa). Essa frase se trata de uma elaboração de um discurso inédito para a sociedade ocidental. Ela revela uma nova cosmovisão sobre o homem, a sociedade e a forma como interagem. Por meio dessa lógica, criou-se direitos inalienáveis, intransferíveis, pautados na dignidade da pessoa humana, no qual o indivíduo ganhou protagonismo por meio de sua valorização. Diante disso, compreender os elementos teóricos, filosóficos e políticos que levaram a produção desses documentos é extremamente útil para entender como começou o discurso que, posteriormente, seria consolidado a partir dos Direitos Humanos.

Assim, o presente artigo busca relacionar os movimentos e pensamentos europeus do período moderno com as declarações americanas, em especial a declaração de independência e a constituição dos Estados Unidos. O objetivo principal do artigo consiste em entender o processo de formação das declarações supracitadas e quais são os textos, teorias e posições que influenciaram a sua construção e assim levantar discussões sobre a inauguração dos direitos humanos. Como consequência, também consiste nos objetivos desnaturalizar a ideia de direitos humanos, compreender como que as declarações americanas foram criadas e o porquê de sua criação para a sociedade da época, buscando identificar quais eventos, fenômenos e elementos foram cruciais para a sua efetivação.

A metodologia aplicada consistiu no uso de técnicas de investigação histórica, conceitual e normativa, através da linha zetética de pesquisa, cuja característica é a busca em desenvolver a consciência histórica, social e filosófica das práticas jurídicas por meio do desenvolvimento da

consciência em torno das linhas culturais e temporais que perpassam o direito (Bittar, 2016, p. 248). Os referenciais teóricos utilizados foram textos e teses de historiadores e juristas especializados na área de direitos humanos, assim como a análise dos textos originais das declarações.

Ao fim, se terá substrato para compreender quais motivos e ideias foram centrais nas declarações americanas, quando se colocam em conjunto com os aspectos culturais, sociais e históricos. A partir disso, serão levantadas as consequências de olhar por esse prisma, reflexões e questionamentos sobre a importância dos discursos criados na modernidade e suas consequências na sociedade.

1. Bases teóricas e filosóficas para uma Declaração de Direitos

Norberto Bobbio, ao analisar a criação de um direito devidamente positivado defende que é necessária uma discussão filosófica e política sobre determinado assunto para, assim, se criar a matéria que potencialmente poderá vir a ser tutelada pela ordem jurídica (Bobbio, 1992, p. 28-29). Nesse aspecto, de fato nenhum direito surge do acaso ou sempre existiu na sociedade, na verdade ele é posto, a partir de um longo processo de formação cultural, social e ideológica cujo ser humano é o agente criador. Nesse sentido, as abordagens teóricas e filosóficas que pautaram as declarações de direito americanas vieram principalmente dos pensadores em destaque na modernidade.

O primeiro a ser destacado é Hugo Grócio, jurista calvinista holandês, que, por meio de seu livro *O direito da Guerra e da Paz* (1625), propôs uma noção de direitos que se aplicava a toda a humanidade, chamando-os de “direitos naturais”, quais sejam, direito à vida, ao corpo, à liberdade e à

honra (Hunt, 2009, p 117-119). Além disso, seus escritos fortaleceram a ideia do reconhecimento de certas normas inerentes à condição humana (Ramos, 2019, p. 41).

Outro pensador foi Thomas Hobbes que em sua obra *Leviatã* (1651) defendeu que o primeiro direito do ser humano consistia em usar do seu poder livremente para a preservação de sua própria vida e, em razão disso, “enquanto cada homem detiver seu direito de fazer tudo quanto queira, a condição de guerra seria constante para todos” (Hobbes, 2003, p. 102). A contribuição de Hobbes para uma ideologia de direitos humanos foi apresentar a ideia de que existe um direito inato do ser humano em razão de sua existência. Todavia, seu pensamento era absolutista, o que gerou regras de um poder político unitário e indivisível (Oliveira, 2015, p. 62-63). Contudo, Hobbes já apontava uma nova percepção das relações entre Estados e indivíduos situando o primeiro como fruto da vontade racional do segundo. Isso criou um terreno propício para a afirmação de uma nova concepção que não apenas colocava o indivíduo no início de tudo, mas também o valorizava. Essa mudança de paradigma permitiu a possibilidade de medidas de proteção do indivíduo contra a autoridade estatal e uma abertura para a tradição da defesa da liberdade individual e limitação do Estado (Mondaini, 2013, p. 129).

Esse caminho foi pavimentado e consolidado por John Locke através de sua teoria liberal no *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil* (1689). Se para Hobbes o poder é absoluto, indivisível e irresistível, para Locke, em contramão, o poder é limitado, divisível, e resistível, sendo essa mudança a ultrapassagem de uma fronteira que constituiria os primeiros passos para os direitos humanos. A questão de destaque entre Hobbes e

Locke é que este rompe o pacto de submissão hobbesiano e cria o pacto de consentimento, qualificando os direitos naturais como direito à vida, liberdade e propriedade, alterando a posição do indivíduo de *súdito* para *cidadão* (Ibid., p. 129-130). O objetivo do governo, pela lógica lockiana, era de salvaguardar os direitos naturais, quais sejam, igualdade, liberdade e propriedade, de forma que o poder não pode ser arbitrário, sendo limitado pela supremacia do poder público.

Por essa premissa, os governados teriam o poder de insurgir contra o governo à medida que ele deixasse de tutelar esses direitos pré-estabelecidos (Ramos, 2019, p. 42). A razão pela qual os homens decidem viver em sociedade é a preservação de sua propriedade, portanto sempre que legisladores a violam, planejando tomá-la, destruí-la ou reduzir o povo à escravidão por um poder arbitrário, se inicia o estado de guerra o qual há o direito à rebelião (Locke, 2014, p. 162).

2. A Independência dos Estados Unidos: uma colônia peculiar com o resultado peculiar.

De nada adiantaria todas essas reflexões e posicionamentos políticos e ideológicos se as treze colônias não fossem um ambiente extremamente propício para o desenvolvimento e maturação dessas ideias. Por mais que sejam colônias, o sistema colonial de exploração não era tão forte pois as colônias inicialmente não davam lucro para a Inglaterra.

Em razão disso, a tradição de liberdade foi reforçada ao longo do século XVII por conta da ausência da influência da Inglaterra no território americano. Os ingleses deram pouca atenção a essas colônias e, como consequência, criou-se uma liberdade de comércio pois mesmo que as

leis restritivas da Inglaterra existissem, eram consideradas “letra morta” (Karnal, 2013, p. 138). Assim, a revolução norte americana ganhou um ponto que os diferenciava de qualquer outra colônia do sistema colonial da época: a experiência de autogoverno. Os colonos americanos tinham o costume de celebrar “pactos de colonização” sem menção ao monarca inglês, mas que os unia para fundar uma nova cidade, confiando na sua própria capacidade de governar. Com base nesses pactos leis eram geradas para reger a comunidades e, posteriormente, eram confirmadas pela coroa inglesa por cartas régias, ou seja, os colonos tinham autonomia para criar as próprias leis e a coroa apenas as validava, não exercendo de forma autotária seu poder de império (Núñez, 2014, p. 139-161).

Esse fenômeno permitiu o crescimento da confiança dos norte-americanos de fundar algo novo a partir dos pactos firmados entre si, sem que isso afetasse a soberania da Coroa (Ibid. p. 139-161). Com isso, até aquele momento, nunca ocorreu um questionamento da monarquia britânica, inclusive alguns a consideravam o melhor sistema político. O movimento antimonarquia começou posteriormente a Guerra dos 7 anos, conflito travado entre a Inglaterra e a França, que reverberou nas ações tomadas pela coroa britânica ao cobrar os prejuízos da guerra de suas colônias.

Esse evento e a Revolução Industrial geraram uma mudança visível no comportamento colonial inglês para as 13 colônias. A principal delas consistiu em uma maior imposição de legislação de caráter mercantilista, as quais ficaram conhecidas como “Leis intoleráveis”, reduzindo a liberdade adquirida pelos colonos anteriormente. Essas leis em si não eram novas, mas passaram a receber uma vontade concreta de execução. Desse

modo, os colonos passaram a recebê-las de forma sistemática em seus produtos, como o chá e açúcar e na mídia, como no selo. Como consequência, essas novas medidas provocaram o choque entre a Inglaterra e as 13 colônias (Karnal, 2013). Além disso, os colonos reclamaram sobre sua representação no parlamento britânico, uma vez que não tinham quem os representasse, sendo assim, ficavam sempre em desvantagem quanto as decisões tomadas pela coroa.

Diante disso, pode-se dizer que a origem da Revolução Americana não foi uma insatisfação geral e genérica do Império Britânico, mas sim de uma política específica: a taxação abusiva e a inserção das colônias no sistema mercantil ordinário do pacto colonial, relação essa que não era comum para esses indivíduos. Registra-se que as 13 colônias foram criadas por meio da migração voluntário de ingleses, mesmo que motivada pelas ações da Coroa na Inglaterra.

Por esse contexto, o panfleto de Thomas Paine, o *Common Sense*, agradou e impulsionou os revolucionários americanos. O panfleto abordava a origem do governo e a sua necessidade para as sociedades, dizendo que enquanto estas nascem da necessidade humana, o governo nasce da incapacidade da virtude em governar o mundo. Desse modo, a necessidade de vencer as adversidades de uma região faria a união dos indivíduos e quando os conflitos surgissem, o governo seria criado para resolvê-los. Assim o propósito do governo seria garantir a liberdade e segurança, sendo esta perspectiva de vertente liberal (Paula, 2022, p. 479).

Com essa teoria, Paine aborda que a monarquia seria um sistema antinatural para um governo e aponta os problemas da sucessão hereditária. O autor aborda que a hereditariedade do sistema monárquico é uma

imposição à posterioridade de um pacto insensato, injusto e antinatural. Se não bastasse, o *Common Sense* questiona a monarquia britânica e chega ao ponto de dizer que sem as intervenções da Inglaterra, as 13 colônias estariam em um situação muito melhor. Desse modo o *Common Sense* apresenta uma defesa sólida da separação das 13 colônia da Inglaterra (Paula, 2022, p. 479-482).

Assim, se John Locke foi o pano de fundo do movimento intelectual da revolução, Thomas Paine foi o responsável por sua maior difusão. O seu contexto consagra a ideia de que o Estado não deve ser confundido com a sociedade e que ele nasce da iniquidade. Além disso, sua ideologia entra em contato com a de Locke a partir do momento que ela dá a mesma razão para a justificativa da criação de um governo: o estabelecimento da felicidade comum (Karnal, 2013, p. 141).

3. Declarando os direitos na América.

Como apresentado, o contexto americano e suas peculiaridades como colônia permitiram a disseminação e fomentação das ideias de liberdade e igualdade, criando uma vertente do Iluminismo, o Iluminismo Americano. Os reflexos ideológicos já se viam em 1774, na reunião das colônias em Congressos Continentais a partir do documento apresentada pela Virgínia de nome “*A Summary View of The Rights of British American*”³, escrita por Thomas Jefferson.

Nesse documento as ideias da Declaração de Independência já se evidenciavam como a autodeterminação dos povos livres, com base na igualdade dos homens, na existência de direitos naturais e de dignidade

3 Tradução: Breve Resumo sobre os Direitos dos Britânicos Americanos.

do povo, ideias essas que, dois anos mais tarde, culminariam na Declaração de Independência, como o direito à autodeterminação dos povos livres com base na igualdade dos homens, na existência de direitos naturais e a dignidade do povo (Comparato, 2015, p. 116-117). Nesse aspecto, o texto final da Declaração de 1776 é uma lembrança quase literal do pensamento de John Locke no tocante aos direitos naturais, na criação de um governo para sua preservação e direito à rebelião (Karnal, 2013, p. 141).

Além disso, o documento foi o primeiro a afirmar os princípios democráticos na história política moderna, sendo uma de suas razões a ideia de publicar o “respeito devido às opiniões da humanidade”. Foi reconhecida de forma política a existência de direitos inerentes a todos os seres humano, a soberania popular e a sua correção com os direitos inalienáveis. Ainda, houve a substituição da supremacia dos atos políticos para os juízes, posto outrora dos monarcas e chefes religiosos (Comparato, 2015, p. 116-117). Em certas partes da Declaração, Jefferson traz o conceito de felicidade dos clássicos ligado a uma vida virtuosa, com base também na ideia de Locke de que os governos foram fundados para o estabelecimento da felicidade comum (Karnal, 2013, p. 141).

Além da declaração de independência, cada estado americano começou a criar sua própria *Bill of Rights*. Entende-se *Bill of Rights* como a declaração dos direitos, equiparando-se a uma constituição estadual. No contexto americano, as constituições geralmente apresentam uma lista de direitos mais detalhados e concretos. Como exemplo, em 12 de julho de 1776 houve a declaração de Virgínia que proclamou que “todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes e têm certos direitos inerentes” que eram “a fruição da vida e da liberdade, com os

meios de adquirir e possuir propriedade e de buscar e obter a felicidade e segurança” (Hunt, 2009, p. 127).

Essa declaração merece destaque pois foram expressos os fundamentos do regime democrático e o reconhecimento de direitos inatos de toda pessoa humana, os quais não podem ser alienados ou suprimidos por uma decisão política. Além disso, apresentou também o princípio de que todo poder emana do povo, sendo os governantes a este subordinados (Comparato, 2015, p. 127).

De outra sorte, convém também comentar a Constituição dos Estados Unidos de 1787, sendo que as declarações de direitos americanas (*Bill of Rights*) são, essencialmente, declarações de direitos individuais. Apesar da ideia de constituição, os americanos também inovaram ao modificar o conceito. Para os a civilização greco-romana, constituição significava a organização tradicional de determinada sociedade, incluindo não só as relações de poder político, como também o conjunto das instituições da vida privada. Todavia, a Constituição Americana, tal qual conceberam os norte-americanos, foi um ato de vontade, o supremo ato da vontade política do povo, com finalidade de proteção dos indivíduos contra abusos de governantes e, por essa razão, deve ser um documento solene (Hunt, 2009, p. 124-125). Assim, as declarações americanas são, em essência, declarações de direito individuais (Comparato, 2015, p. 127).

Diante disso, é essencial entender as dez emendas constitucionais de 1791, pois elas se tornaram tão importantes quanto a própria constituição, uma vez que concretizaram vários direitos, como a liberdade de expressão, o direito de portar armas, a necessidade de julgamentos abertos e com júri, proibição de penas cruéis e outras liberdades (Karnal, 2013, p.

142).

Ocorreu uma discussão em relação ao conteúdo da constituição. Por um lado, havia a ideia de que tudo que se referia aos direitos dos cidadãos e regulação dos indivíduos deveria ser de competência das constituições estaduais, como a *Bill of Rights* de Virginia, de forma que a Carta Magna apenas regularia os interesses gerais e políticos, por outro, havia o entendimento contrário que defendia a regulação expressa na constituição.

Esse conflito esboça ideias de República distintas, o que fez nascer o debate sobre qual país viria a ser construído. A vertente que defendia uma maior competência das constituições estaduais era aquela que iria a ser denominado de Confederalismo, ou republicanismismo cívico, liderado por Thomas Jefferson. Nesse sistema, apenas alguns temas, principalmente os econômicos, seriam unificados como moeda e imposto, além de priorizar uma autonomia quase total dos estados membros de legislar e mitigava a interferência de outros nos seus assuntos, o que era benéfico para certos temas, como a escravidão (Núñez; Quintana, 2014, p. 139-161).

Nesse aspecto, o republicanismismo cívico procura dar conta dos interesses dos novos proprietários, agrícolas, independentes. Esses grupos são a base de um governo livre e, por isso, o segredo para a estabilidade desse regime está dado pelo equilíbrio do poder político, que reflete o poder econômico. Assim, “povo” ideal seria o mesmo que fazendeiro, o verdadeiro dono de terras, ou seja, a república americana perfeita seria aquela feita por uma classe de donos de terras agricultores, o que na época refletia como 80% da população de norte-americanos brancos (Núñez; Quintana, 2014, p. 139-161).

Ante a isso, a república cívica defendia o modelo descentralizado da

confederação, com enfoque na agricultura e no agricultor. Thomas Jefferson era defensor de uma ideia de separação total poderes, de forma que não haveria interferência mútua entre eles. Assim, cada poder estadual teria o direito de interpretar a Constituição, sendo o povo a última instância do controle do abuso de poder (Ibid., p. 139-161).

Todavia, o republicanismo cívico não vingou e o resultado da discussão foi que os estados membros condenaram a omissão de uma *Bill of Rights* na Carta Magna, inserindo dez emendas constitucionais (Comparato, 2015, p. 132-134). Com elas, foi consagrado a proeminência do indivíduo sobre o Estado e a manifestação da desconfiança da população em face dele (Karnal, 2013, p. 142).

Desse modo, o sistema americano adotou o chamado “Republicanismo Liberal”. Esse sistema vê a República como uma democracia representativa, centrada na defesa dos direitos individuais, na proteção à propriedade privada, ao livre comércio e a felicidade individual. Nessa visão, os indivíduos confiaram o governo a uma elite que por seu próprio preparo e mérito, representariam o povo. Além disso, essa corrente defendia um governo nacional forte e centralizador, cujos interesses econômicos estavam ligados aos proprietários de bens móveis e ao capital circulante (NÚÑEZ; QUINTANA, 2014, p. 144-145).

Por outro lado, uma preocupação que se tinha era de criar um governo que militasse contra o despotismo. Como solução, os Federalistas adotaram o sistema bicameral no legislativo, para evitar facções. Além disso, com base na economia política, tentou-se resolver o problema dessas possíveis facções e uma instabilidade política por meio do comércio. Segundo eles, uma nação dedicada a isso conseguiria reunir todos os ideais

de liberdade e a busca da felicidade (Núñez; Quintana, 2014, p. 148).

Analisando o desenvolvimento e conteúdo de todo o processo de independência, percebe-se nas técnicas jurídicas usadas, os norte-americanos seguiram na linha de dar mais ênfase às garantias judiciais do que os direitos materiais (Ibid., p 152). Além disso, suas normas jurídicas emanadas possuem influência direta do pensamento de Locke no tocante aos direitos individuais de liberdade e propriedade, bem como o seu entendimento sobre o papel do Estado, sua limitação e, como consequência, o direito à rebelião.

Essas ideias incorporadas por meio do aprendizado e identificação geraram a ruptura do pensamento colonial a partir do momento que os antigos colonos britânicos no solo americano se indignaram com as ações da Metrópole. Sem essa mudança de pensamento e visão, as relações com esse pacto tomariam outros rumos e formas.

As declarações de direitos americanas evidenciaram o aspecto da liberdade, de forma que isso passou a ser constituído como fator de integração e da invenção dos Estados Unidos (Ibid., p. 140). Todavia, a Declaração de Independência não deu enfoque aos outros elementos da tríade democrática que surgiria na Revolução Francesa, quais sejam, igualdade e fraternidade.

Portanto, o espírito revolucionário americano se viu marcado pelo profundo individualismo. Isto não se constituiu em um obstáculo para o desenvolvimento da prática da vida privada, porém ao longo do tempo se mostrou incompatível com a adoção de políticas para combater a desigualdade socioeconômica (Comparato, 2015, p. 116-117).

Conclusão

A partir das abordagens conceituais de Reinhart Koselleck, Norberto Bobbio e Eduardo Bittar pode-se compreender que fora a partir da quebra de um paradigma, de uma visão escatológica para a emergência de uma nova consciência histórica, a qual via um futuro de possibilidades, que configuram uma nova perspectiva político-filosófica da relação entre o indivíduo e o Estado moderno.

Sendo o Estado fruto da racionalização da vontade dos indivíduos, segundo Hobbes e a partir das contribuições das obras de, principalmente, Hugo Grócio com sua contribuição acerca da concepção da existência de “direitos naturais”, Thomas Hobbes e John Locke, foi consolidado o entendimento do papel do Estado enquanto uma salvaguarda dos direitos naturais. Contudo, defendendo a prerrogativa do direito à rebelião caso esse mesmo Estado não garanta a efetividade desses direitos, sejam eles o direito à propriedade privada, a garantia e preservação de sua vida e a liberdade.

Sendo assim, essas proposições político-filosóficas possibilitaram e teceram as concepções de direitos individuais e inalienáveis as quais foram incorporadas através das declarações de direitos norte americanas, a partir do movimento de rompimento político das colônias inglesas na América para com sua metrópole britânica, e que, contudo, foram fundamentais para o surgimento dos Direitos Humanos enquanto um código jurídico e que carrega valores constituídos como universais, os quais são elementos fundantes da democracia na contemporaneidade.

Sendo assim, a partir desse campo de experiências, as quais intensificaram o individualismo dificultando, na contemporaneidade, a contí-

nua luta pela garantia, manutenção e efetivação dos Direitos Humanos uma vez que essa conquista acabou se mostrando desconcordante com as práticas e desenvolvimento do liberalismo *laissez-faire*, que dificulta a inserção de políticas que promovem a diminuição das desigualdades sociais e a garantia do cumprimento do exercício dos Direitos Humanos, sendo assim, torna-se indeclinável a luta pela garantia deles.

Além disso, o fenômeno americano nos permite vislumbrar que os pensamentos europeus desenvolvidos na modernidade, uma vez transplantados para as colônias, também são vetores de transformação e revolução, mesmo que não sejam de agrado às metrópoles. Isso ocorre, pois, o discurso e a filosofia pautada na liberdade e igualdade não fazem restrição de indivíduos. Eles são de todos e para todos, pelo menos no seu aspecto formal, o que acaba trazendo questionamentos sobre as relações entre metrópole e colônia.

Nesse aspecto, toda norma jurídica tem seu início num dado momento e todo o direito nasce do ser humano por meio de uma ideia, uma moral e uma filosofia. Porém, para que uma ideia se torne jurídica, é necessária que ela ganhe força na sociedade e na política para assim ser incorporada ao direito.

As 13 colônias britânicas, em razão de suas peculiaridades, são o perfeito exemplo desse fenômeno, pois devido a liberdade comercial e a falta de atenção da Coroa, os ideais circularam de forma mais orgânica e sem restrições para, assim, serem maturados, desenvolvidos e fontes de inspiração para o direito criado. Cria-se um ótimo ambiente de análise de incorporação de discurso e as suas consequências na sociedade.

A partir disso, pode-se debater a importância da imprensa e da li-

berdade comercial, bem como os reflexos da colonização nos seus aspectos gerais. A peculiaridade dos Estados Unidos e o resultado também nos leva ao questionamento e a desnaturalização do processo de independência de outras colônias. Logo, muito mais que o exemplo a ser seguido, a Revolução Americana também serve como reflexão sobre o pacto colonial, a exploração das colônias e a responsabilidade das metrópoles no processo de independência e, posteriormente, no desenvolvimento desses novos Estados.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 14. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992
- COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Martin Claret, 2003.
- HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- KARNAL, Leandro. **Revolução Americana**: Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 135-157.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuições à semântica

dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006

PAULA, D. de. (2022). **Thomas Paine e a independência das 13 colônias**: uma análise de Common Sense. **Epígrafe**, v. 11, n. 1, p. 470-485, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v11i1p470-485> >.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. São Paulo: Edipro, 2014.

MONDAINI, Marco. **Revolução Inglesa**: o respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 115-132.

NÚÑEZ, Claudio Felipe Alexandre Magiolo; QUINTANA, Fernando. Repúblicas em conflito A separação dos poderes made in America. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 51, n. 204, p. 139-161, out/dez 2014. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509932>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PAULA, D. de. (2022). Thomas Paine e a independência das 13 colônias: uma análise de Common Sense. **Epígrafe**, 11(1), 470-485. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v11i1p470-485>

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Ópera do Tejo: a mais importante obra do reinado de D. José I entre 1750 e 1755

Maria Aparecida Stelzer Lozorio¹

A Ópera do Tejo figura como a principal e a maior obra dos anos iniciais do reinado de D. José I (1750-1777), até o terremoto de 1 de novembro de 1755. Em 7 de setembro de 1750, D. José I assumiu o trono. Em muitos aspectos o novo reinado apresentou-se distinto do joanino. Os anos que antecederam o Grande Terremoto de 1755 foram marcados, segundo o historiador Nuno Monteiro (2008), por touradas, concertos e óperas. No contexto internacional crescia as rivalidades coloniais por conta do iminente conflito entre os franceses e ingleses, que em seguida se transformaria na Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Neste texto optamos pelo método indiciário para o tratamento das fontes, conforme definido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (2003) com vistas a recolher o maior número possível de evidências a respeito de nosso objeto. Como fontes primárias analisaremos o manuscrito *História política econômica do reinado do S. Rey D. Jozé I* [18--?], a *Certidão de medição da obra de officio de pedreiro pertencente a Caza da Opera Real*, e os *libretos* que Pietro Metastasio escreveu para cada uma das três óperas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientanda da Prof. Dr^a Patrícia Maria da Silva Merlo.

apresentadas desde a inauguração em março de 1755 até o terremoto de 1 de novembro do mesmo ano.

Ao procurarmos referências sobre o reinado de D. José I (1750-1777), temos a impressão de que este foi o avesso do pai: tímido e desbotado. Quase sempre, o governo de D. José é muito mais citado pela ilustre figura e gerência de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, razão pela qual é descrito repetidamente pela historiografia como um rei que teve o brilho ofuscado por seu principal ministro. Contudo, no livro *D. José: na sombra de Pombal*, Nuno Gonçalo Monteiro apresenta a seguinte advertência:

A par dos que o viram como um simples “peão”, também há quem sustente que pelo que se conhece do caráter de D. José antes de subir no trono, pela sua atuação nos primeiros anos reinado até o terremoto de 1755 e ao atentado de 1758, não parece que o rei fosse uma total nulidade. Sabe-se mesmo que, nalguns pontos, D. José impôs a sua vontade e não aprovou as pretensões do ministro (Monteiro, 2012, p. 278).

D. José I assumiu o trono com o cenário político diferente e com a encenação de poder interrompida pelo longo período de adoecimento de D. João V, que havia provocado um certo distanciamento da família real com o povo. Mas o período josefino trouxe mudanças, “o Terreiro do Paco transformara-se, uma vez mais, num grande palco onde o rei era o principal protagonista e onde a multidão acorria para ver a monarquia no seu esplendor” (Pereira; Troni. 2011, p. 891).

As obras de Nuno Monteiro (2008), e de Ana Cristina Pereira e

Joana Troni (2011) dão destaque a ópera como principal evento social dos anos josefino, anteriores ao grande terremoto de 1755. Monteiro afirma que após o luto o casal régio poderia enfim consagrar a paixão pela ópera, que havia sido longamente reprimida. Pereira e Toni destacam que a música de corte e a ópera receberam grandes investimentos do monarca.

A capital lisboeta deveria ser vista como um importante centro europeu de espetáculo de ópera italiana, desta forma, D. José I levou a cabo as pretensões de seu pai para a construção de umas das mais belas e suntuosas casa de ópera da Europa – a Ópera do Tejo. Para a sua construção e encenação dos espetáculos foram contratados os melhores profissionais que existiam na Europa, como o arquiteto Giavan Carlo Sicino Bibiena, que custeados pelo momento financeiro favorável, proporcionaram uma belíssima construção.

Monteiro (2008) afirma que a construção da Casa da Ópera foi o principal centro de atividade dos primeiros anos de governo josefino e o edifício da Ópera do Tejo se tornou a grande obra do monarca até 1755.

A construção da casa da ópera

A Ópera do Tejo foi símbolo de uma era de mudanças em Portugal. Ainda tento o ouro brasileiro como suporte financeiro, o reino remodelou sua capital, recebendo grandes artistas, arquitetos, músicos, e passando a atrair os olhares de outras potências europeias.

Tratando sobre o tema, Luís Carneiro (2007) afirma que este foi um dos mais emblemáticos teatros de ópera à italiana feitos em Portugal e na Europa em geral, no contexto do século XVIII. Tal construção dei-

xou marca profunda na sociedade da época, primeiro pelo simples fato da escassa existência de edifícios teatrais em Portugal nessa época e, em segundo lugar, porque a Ópera do Tejo foi a materialização máxima de uma política cultural de D. José I. Assim foi criado um espaço de sociabilidade para a corte, como também para a encenação/demonstração do poder régio.

Raggi (2018) afirma que, a obras da ópera foram, desde o início, projetadas para aumentar o Paço da Ribeira:

D. José I decidiu contratar diretamente um dos membros da mais afamada família de arquitetos teatrais da Europa. A escolha reatava da melhor maneira o fio da tradição músico-teatral da corte lusitana interrompido entre 1742 e 1750, pois o rei resolveu chamar o filho de Francesco Bibiena, responsável pelo projeto do Grosses Hofburgtheater de Viena, onde o conde de Vilar Maior, em abril de 1708, assistira à magnífica serenata *Il Natale di Giunone in Samo*, durante a embaixada para o casamento de D. Maria Ana de Áustria com D. João V (Raggi, 2018, p. 107).

Ainda segundo Raggi (2019) para o projeto de construção do edifício destinado a ópera, havia a certeza de que se precisaria derrubar casas, armazéns e outros imóveis para a edificação, pois era preciso abrir espaço para o majestoso prédio e seus espectadores. Para arquiteto Pedro Januário (2008) a escolha de Giovanni Carlo Galli Bibiena para ser o responsável pela construção do teatro de ópera se deve a importância da família italiana Bibiena no espectro da arquitetura teatral e da cenografia na Europa desde o final do século XVII. Januário afirma ainda que é

consensual que havia laços entre a família Bibiena com D. Maria Ana e D. Mariana Vitoria, mãe e esposa de D. José I, pois a família de arquitetos havia realizado trabalhos para as casas reais das duas rainhas.

Maria Alice Beaumont (1987) cita o documento *Certidão de medição da obra de officio de pedreiro pertencente a Caza da Opera Real*, como norteador para saber com precisão a data de concessão da obra, além do custo da alvenaria, janelas, ladrilhos e outras etapas da construção. Pedro Januário (2008) realizou um levantamento minucioso sobre a originalidade deste documento. Esta pesquisa levou em conta vários pontos específicos como: a escritura pública da obra de alvenaria do teatro, que indicava a sociedade formada para realizar a obra. A escritura foi registrada, segundo Januário, em 7 de julho de 1752.

A *Certidão de medição da obra...* (1759, p. 28) apresenta detalhadamente o custo individual de cada etapa da obra de alvenaria, e a informação do custo orçado para essas obras, que teve um total de 152:611\$364 (cento e cinquenta e dois milhões, seiscentos e onze mil, trezentos e sessenta e quatro reis).

O referido valor não seria o custo total da obra, já que não foi levado em conta outras despesas além da alvenaria. Portanto, Pedro Januário (2008) afirma que foi necessário incluir os demais gastos para se chegar ao que poderia ser um custo, mais aproximado da construção do edifício da Ópera do Tejo, chegando a uma quantia aproximada de cento e oitenta e três milhões, noventa mil e quatrocentos e setenta e três reis.

Quanto ao tempo necessário para a execução da obra, as pesquisas de Pedro Januário (2008), ratificada pelas pesquisas de Eduardo Antunes (2015) e Aline Gallasch Hall (2012), indicam que as obras teriam come-

çado em 1752 (tendo como ponto inicial a chegada do arquiteto Galli Bibiena – fevereiro de 1752), e o término no dia da inauguração em 1755. Assim a obra do edifício teria durado três anos.

No manuscrito *História política econômica do reinado do S. Rey D. Jozé I*, encontramos uma descrição do interior da Ópera do Tejo, que contava com 600 lugares na plateia

Contava o theatro de hua sumptuosa varanda para as pessoas reaes e outras galerias. Para as damas do Paço dois magníficos camarotes na boca dos proscênios, para quando El Rey quisesse ver as danças de mais perto seis grandiozos camarote destinados para os Cardeais, Senhores da Palavra, Mordomo Mor, Embaixadores, Officiaes da Caza, e Camaristas. O Segundo andar de oito camarotes, foi destinado a hum para os Inviados, outros para os Officiaes da Caza da Rainha e os mais para Senhores da primeira grandeza da corte. No 3º andar havia outros camarotes que se repartirão por pessoas particulares tuda a eleição do Mordomo Mor. A platéa acomodava 600 pessoas, nella estavam destinadas 10 ou 12 bancos para a corte, os mais para Ministros de Beca, Officiaes Militares de Capitão para cima, e para o que tivessem o foro de fidalgo. Os camarotes chamados, forcuras, erão para os creados da Caza Real de todos od foros athe o de goara roupa. (História política econômica do reinado do S. Rey D. Jozé I, [s.d.]. p. 343- 343v)

A Ópera do Tejo teria sido inaugurada entre 31 de março e 2 de abril de 1755 em comemoração ao aniversário da Rainha Mariana Vitória – havendo uma divergência em relação a data de encenação da primeira apresentação. Gallasch-Hall (2012) e Januário (2008) afirmam que seria

no dia 31 de abril de 1755, entretanto o manuscrito *História política económica do reinado do S. Rey D. José I* declara que o dia do aniversário da Rainha caiu naquele ano na Semana Santa, assim a inauguração teria sido adiada para o dia 2 de abril de 1755.

As historiadoras Maria Alexandra T. Gago da Câmara e Teresa C. Coelho (2005) também afirmam que a inauguração teria acontecido no início de abril, “a construção de um Teatro Real de Ópera tornou-se realidade com a sua inauguração no dia 2 de abril de 1755, com a ópera *Alessandre nell’Indie* [...]” (Câmara; Coelho, 2005, p. 76).

A breve existência da Ópera do Tejo foi vivida vigorosamente, com espetáculos magníficos, contando com profissionais renomados. A historiadora Cristina Fernandes (2011) afirma que durante os sete meses de existência da Ópera do Tejo subiram ao palco três grandes óperas sérias, todas com libreto de Pietro Metastasio, grande reformador da poesia dramática, graças à meticulosa atenção que dava à língua italiana e à estrutura dos textos em função do conteúdo musical.

A ópera *Alessandro nell’ Indie*, que conta sobre a campanha de Alexandre na Índia, foi a escolhida como primeiro espetáculo da majestosa casa de ópera de Lisboa, seu libreto trazia em sua primeira página uma homenagem ao aniversário da Rainha e informações sobre o espetáculo.

Alessandre na Índia, drama musical a ser encenado no recém-erigido grande teatro da corte real de Lisboa, na primavera do ano de 1755 para celebrar o feliz dia do nascimento da Fiel Sua Majestade D. Maria Anna Vittoria, Rainha de Portugal, Algarve, etc. & c. & c. Por ordem da sagrada majestade real o Mais Fiel Rei nosso Senhor. La poesia del drama: É del Celebre Sig.r Ab: e Pietro

Metastasio, Romano, Poeta Cesareo & c. La licenza: É del Sig: r Giuseppe Bonechy, Fiorentino, Poeta di sua Maesta Feelissima, et in atual Servizio delle Corti di Viena, e di Pietroburgo. La musica: É del Sig:r David Perez, Napolitano, Maestro di S. A. R. la Sihnora Princepess del Brasile, e delle Signore infante di Portogallo. (Metastasio, 1755a, p. 1).

Durante a apresentação da ópera, em uma das cenas houve a entrada de um artista montado em um soberbo cavalo puxado por 25 soldados, o que nos dá a dimensão da grandiosidade do palco, do teatro e da peça encenada (História política econômica do reinado do S. Rey D. José I, [s.d.]).

A segunda ópera que subiu aos palcos do Tejo foi *La Clemenza di Tito*, de Antonio Mazzoni, sua estreia foi no dia 6 de junho, no dia do aniversário de D. José I

La clemenza di Tito, drama musical a ser encenado no verão do ano 1755. No grande teatro recentemente erguido para o Conde Real de Lisboa, para celebrar o feliz dia de Natal de Sua Fiel Majestade D. Guiseppe I, Rei de Portugal, Algarve, etc. por ordem da sagrada Majestade Real da Rainha Fiel Nossa Senhora (Metastasio, 1755b, p. 1).

Assim como na ópera *Alessandro nell'Indie*, em *Clemenza di Tito* a poesia do drama teve autoria de Metastasio, a licença foi de Guiseppe Bonechy, mas a música foi de “E’ del Sig.r Antonio Mazzoni, Bolognese” (Metastasio, 1755b, p. 1).

A próxima ópera que teria sido apresentada no teatro real do Tejo, foi *Antigono*, também com libreto de Metastasio, contendo 65 páginas e como os dois libretos já citados anteriormente, neste igualmente consta as informações sobre a parte técnica e o desenvolvimento da ópera. Assim como *Clemenza di Tito*, *Antigono* tem a poesia de Metastasio, a licença de Bonechy e a música de Mazzoni (Metastasio, 1755c).

Fernandes (2011) afirma que “as cenografias de *Alessandro nell’Indie* e de *La Clemenza di Tito* são conhecidas, pois foram publicadas no interior dos libretos, mas o mesmo, não sucedeu com *Antigono*” (Fernandes, 2011, p. 11-12), pois o libreto não trouxe gravuras em sua composição. Segundo a Fundação Centro Cultural de Belém (2011) a ópera *Antigono*, estava em cartaz quando o terremoto destruiu a Ópera do Tejo. Não se pode precisar quantas récitas teve *Antigono* antes do cataclisma, mas a mesma não foi mais encenada em Portugal até início do século XXI.

A nova casa de ópera teve não apenas o objetivo de se tornar um ambiente favorável a socialização da corte, mas também o de receber estrangeiros com toda pompa, pois exerceu a função de um local de jogo social e político. Para Gallasch-Hall (2012) é de extrema importância observar o local que foi designado para cada um no teatro. A historiadora em pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontrou um mapa com a disposição dos camarotes na Ópera do Tejo, desta forma é possível vermos como os camarotes eram previamente designados, citamos alguns abaixo conforme descrição do mapa pela historiadora:

Nº 1 – Ao poeta principal (nesta altura, Giovanni Bonnechi), aos primeiro e segundo compositores de música (David Perez e Antonio Mazzoni), ao arquitecto do teatro (Giovanni Carlo Sicinio

Galli Bibiena), e aos dois primeiros actores da ópera (Caffarello/Gizziello, que se alternavam, e Anton Raaff);

Nº 2 – Aos Beneficiados e clérigos da Casa Real;

Nº 3 – Aos terceiros Secretários da Secretaria de Estado;

Nº 4 – Aos médicos e cirurgiões da Câmara;

Nº 5 – Aos confessores;

Nº 11 – Aos secretários de Estado;

Nº 12 – Aos embaixadores;

Nº 13 – Aos irmãos ilegítimos de D. José, ou Meninos da Palhavã: D. Gaspar, D. António e D. José; [...]

Nº 26 – A João Pedro Ludovice (arquitecto e superintendente das obras reais) e Pedro António Vergolino (Fidalgo e Cavaleiro da Ordem de Cristo);

Nº 33 – Aos músicos; [...]

Nº 8 – Criados particulares de SS. Magestades e Altezas;

Nº 10 – Actores que representam no Teatro;

Nº 14 – Ao Cardeal Patriarca;

Nº 15 – Diogo Mendonça de Corte-Real, Mordomo-Mor do rei; [...]

Nº 21 – Ministros estrangeiros de segunda ordem; [...] (Gallasch-Hall, 2012, p. 159-159)

Assim era possível controlar quem ficava mais perto do rei ou mais distante, era possível executar o jogo de poder conforme a vontade do monarca. Segundo relata Gallash-Hall “Os camarotes se converteram, também, em palco de intrigas entre Secretários de Estados e Embaixadores”

(Gallash-Hall, 2012, p. 159). Havia, ainda, camarotes laterais reservados apenas para o rei, quando este pretendia “ficar mais perto da encenação e ouvir melhor a ária cantada, além de camarote sem prévia destinação de ocupantes, sendo um total de 14 camarotes” (Gallash-Hall, 2012, p. 158).

Mudanças urbanísticas em Lisboa para possibilitar a construção da Ópera do Tejo

A construção da Ópera do Tejo trouxe mudanças não somente nos gostos musicais e nos novos espaços de sociabilidade da corte, como também mudanças urbanísticas em Lisboa. O edifício foi construído no sítio da tanoaria, como afirma a *Certidão de medição da obra de officio de pedreiro* ... “[...] fomos assistir à medição da obra do officio de pedreiro pertencente ao edifício que se fabricou no sitio da tanoaria junto ao paço da Ribeira desta cidade, para nelle se representar a opera real, [...]” (Certidão de medição ..., 1759, p. 3).

A fim de atender as novas demandas que exigiria o novo edifício e dar passagem a nova era de espetáculos primorosos que estavam por vir, foi preciso mudanças nos traçados das ruas e travessas. As demolições durante a construção da Ópera do Tejo, se fizeram necessária para o alargamento das ruas de acesso ao edifício e seus arredores.

Segundo Silva (1968) elementos da Cerca Fernandina - construída em 1373, por D. Fernando I, para proteger a cidade de invasões - foram destruídos para a construção do edifício de ópera, o Postigo do Carvão também chamado de Arco do Espinho e a Porta da Oura também conhecida como Arco do Ouro, esta, datando da ocupação romana na cidade.

Para as mudanças necessárias para a construção da Ópera do Tejo, residências e estabelecimentos foram ao longo do tempo de construção sendo demolidos, seus moradores e ocupantes passam a ser realocados em outras áreas.

Raggi (2018) afirma que em 1754, cerca de duzentas oficinas e casas dos tanoeiros já haviam sido demolidas, pois D. José precisava deste local onde moravam e trabalhavam para a que a obra real fosse erguida, pois o projeto ligava o prédio da ópera ao Palácio da Ribeira. A autora reitera que a construção do edifício destinado aos espetáculos de ópera a italiana, gerou um profundo impacto urbanístico dos arredores do Paço da Ribeira, trazendo transformações culturais, funcionais e sociais.

Para Raggi (2019) o local escolhido para a construção do Ópera do Tejo estava intimamente ligado ao poder simbólico, pois D. Manoel I havia transferido para o areal do Tejo, o palácio real, no início do século XVI, pois a ligação junto ao rio e o mar emanava as grandes conquistas ultramarinas de Portugal.

O grande terremoto põe fim a mais espetacular obra do período josefino

Contudo, no primeiro dia do mês de novembro de 1755, as terras lusitanas foram abaladas por um terremoto de grande magnitude. O cataclisma e suas consequências afetaram profundamente Lisboa, e a Ópera do Tejo foi enormemente atingida. O sonho de D. João V, concretizado por D. José I, foi ao chão e de lá não se ergueu mais.

O Grande Terremoto que atingiu Portugal, o norte da África, a

Espanha e alguns pontos da França, deixou em Lisboa um rastro de destruição e desolação sem precedentes. Nuno Gonçalo Monteiro descreve como começou aquele fatídico dia de Todos os Santos, a partir do relato do padre Pereira de Figueiredo, contemporâneo do evento:

Sabe-se que naquele dia, um sábado, algures entre as 9 e meia e as 10 horas da manhã, começou o território de Lisboa a tremer de sorte que dentro de pouco tempo se sentiu abalar a terra por vários modos. [...] No princípio foi mais brando o abalo. Mas pouco depois crescendo cada vez mais o tremor, começaram primeiramente a estalar os forros e sobrados, logo a despegarem-se os rebocos, depois a abaterem-se com grande estampido as abóbadas, caindo ou abrindo-se por último as mesmas paredes e torres. [...] alguns sete minutos durou o temor de terra, o mais formidável que jamais viram os Portugueses. A este se seguiram outros quadros, mais pequenos na duração, mas iguais na força [...] (Monteiro, 2008, p. 102).

A família Real só sobreviveu porque encontrava-se em Belém, uma freguesia de Lisboa, onde possuía edificações usadas casualmente durante o reinado de D. João V. “A rainha Mariana Vitória havia escolhido esse lugar como seu refúgio, por essa razão, D. José I lá se achava desde fins de maio de 1755 com as filhas do casal” (Monteiro, 2008, p. 106).

De acordo com K. Maxwell (2015), o Paço da Ribeira foi completamente destruído, tamanho o impacto provocado pela catástrofe, perdendo-se para sempre os incalculáveis tesouros de arte acumulados em seu interior ao longo de duzentos e cinquenta anos, período correspondente ao apogeu do poder e da riqueza portugueses no mundo, nomeadamente

dos reinados de D. Manuel I e de D. João V.

O fatídico dia, que pareceu não terminar, concluiu-se sob a marca da desolação, tanto pelas perdas humanas como pelas perdas materiais incontáveis, fruto de tamanha destruição. Igualmente, a suntuosidade do edifício recém-inaugurado da Ópera do Tejo, a grandiosidade arquitetônica, o esplendor dos espetáculos e o luxo da Corte, deram lugar à perplexidade da destruição.

Considerações Finais

É importante destacar que os espaços culturais em Portugal nos reinados joanino e josefino, onde os teatros régios se inserem, caracterizaram-se como ambientes de sociabilidade da corte e representaram o âmago da vida real e social da corte. E se a ópera era parte integrante das novas ideias e reformas sociais lusa, a construção de um edifício que simbolizasse essa época, era imprescindível. Assim se concretizou os planos de edificar a Ópera do Tejo.

O Terreiro do Paço foi, até o grande terremoto de 1755, espaço de manifestação de poder da monarquia portuguesa, e centro de toda a capital lusa. A Ópera do Tejo foi projetada para trazer grandeza ao Paço Real.

A mais importante obra dos primeiros anos do reinado de D. José I, trouxe não apenas o espetáculo da ópera italiana a Lisboa e Portugal, mas também trouxe novas profissões, tecnologias, artistas. Trouxe mudanças urbanísticas, novos espaços de sociabilidades, e principalmente trouxe novas formas de exercer o poder simbólico em uma sociedade. Infelizmente essa magnífica obra não resistiu ao terremoto, de vida efêmera seu poder

simbólico permanece até hoje.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

CERTIDÃO DE MEDIÇÃO DA OBRA DE OFFICIO DE PEDREIRO PERTENCENTE A CAZA DA OPERA REAL [...] Lisboa, 1759. Disponível em: <https://purl.pt/28022/1/index.html#/2-3/html>. Acesso em: 20 nov. 2023

HISTÓRIA POLÍTICA ECONÔMICA DO REINADO DO S. REY D. JOZÉ I. Manuscrito [s.l.; s.d.]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6641>. Acesso em: 10 abr. 2023.

METASTASIO, Pietro. **Alessandro Nell' Indie**. Lisboa: Regia Stamperia Sylviana, e dell'Accademia Reale, 1755a. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_musica/libretos/mas1221056.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

METASTASIO, Pietro. **La Clemenza Di Titto**. Lisboa: Regia Stamperia Sylviana, e dell'Accademia Reale, 1755b. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_musica/libretos/mas1229308.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023

METASTASIO, Pietro. **Antigono**. Lisboa: Regia Stamperia Sylviana, e dell'Accademia Reale, 1755c. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_musica/libretos/mas1221066.pdf. Acesso em 10 abr. 2023.

Bibliográficas

ANTUNES, Eduardo F. Durão. Ópera do Tejo: investigação e reconsti-

tuição tridimensional. Lisboa, 2015.

BEAUMONT, Maria Alice. Apresentação e introdução. *In: **Desenhos dos Gali Bibiena**: arquitectura e cenografia*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural; Museu Nacional de Arte Antiga, 1987.

CAMÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da; COELHO, Teresa Campos. A nostalgia de um património desaparecido: três obras emblemáticas de encomenda régia na Lisboa dos séculos XVII e XVIII. **Discursos (online): língua, cultura e sociedade**, Lisboa, v. 3, n. 6, p. 67-85, out. 2005. p. 76 Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4319>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CARNEIRO, Luís. Modelos e Réplicas: A arquitectura dos teatros históricos Portugueses. *In: **Teatro do Mundo***. Porto: Universidade do Porto, 2007

FERNANDES, Cristina. **A Ópera do Tejo e o Antígono de Mazzoni**: memórias e sonoridades de um espaço mítico do espetáculo barroco. Lisboa, 2011.

FUNDAÇÃO CENTRO CULTURAL DE BELÉM. Poucos dias antes do terremoto que arrasou Lisboa. *In: CENTRO CULTURAL DE BELÉM. **Antígono**: Antonio Mazzoni*. Lisboa: CCB, 2011, p. 2.

GALLASCH-HALL, Aline. **A cenografia e a ópera em Portugal no século XVIII**: os teatros régios 1750-1793. 2012. 451 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Évora. Évora/Portugal, 2012. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/13265>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In: **Mi-***

tos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JANUÁRIO, Pedro M. G. **Teatro real de la Ópera del Tajo (1752-1755):** investigación sobre un teatro de ópera a la italiana, para uma possível reconstitución conjetural, basada en elementos iconográficos y fuentes documentales. 2008. 913 f. Tese (Doutorado em Arquitectura). Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2008.

MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal:** ascensão e queda. Lisboa: Manuscrito, 2015.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José I.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José:** na sombra de Pombal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012

PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Joana. **A Vida Privada dos Bragança:** De D. João IV a D. Manuel II. O dia a dia na corte. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011 (Edição Kindle).

RAGGI, Giuseppina. A cidade do rei e os teatros da rainha: (re)imaginando Lisboa ocidental e a Real Ópera do Tejo. **Caderno do Arquivo Municipal**, Lisboa, v. 2, n. 9, p. 97-124, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/80337/1/A%20cidade%20do%20rei%20e%20os%20teatros%20da%20rainha.pdf>. Acesso em 5 jun. 2023.

RAGGI, Giuseppina. Os teatros como núcleos de transformação social e reconstrução urbanística da cidade e Lisboa no século XVIII. *In:* CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA URBANA, 2., 2019, Cidade do México. **Anais Eletrônicos....** Dispo-

nível em: https://www.ifch.unicamp.br/ciec/pf-ciec/public-files/congresso/subpg/941/anais_iicihu_2019.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2023.

SILVA, Augusto Vieira da. **Dispersos**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1968, volume 1, p. 61-65. Disponível em: https://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro_do_mes/Vieira_da_Silva/Dispersos/MON_69-P_PART_01.pdf. Acesso em 30 mar. 2024.

As Reformas Pombalinas (1769-1777): um período de transformação e seus impactos

Waléria Demoner Rossoni¹

A Ilustração Jurídica em Portugal

Às vésperas das Reformas, o Reino de Portugal era uma verdadeira pluralidade de normas. Abusava-se, no sentido de exagero, do Direito Romano, com grandes pluralidades de opiniões e precedentes jurisprudenciais. Além da deficiência na formação dos operadores do Direito, havia consideráveis problemas e incertezas jurídicas. Com a adoção das correntes mais liberais, a economia passava a ser mais dinâmica, de modo que o Direito desse prontamente respostas às novas demandas (Marques, 1986).

O abuso do Direito Romano e a ausência de leis mais modernas, ajustadas à nova perspectiva, evidenciava uma colisão com as condições históricas como, por exemplo, valores de mercado, da conduta técnica e a exegese científica, aumentando, categoricamente, a necessidade de um direito uniforme com leis límpidas, em prol da garantia da certeza às relações jurídicas (Marques, 1986).

¹ Doutoranda em História, área de Concentração em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Durante o absolutismo monárquico capitaneado durante o reinado de Dom José I e Dona Maria I, houve uma vetusta necessidade de formar indivíduos com conhecimento considerável do Direito (jurisconsultos), motivo pelo qual se explica a relação existente entre o ensino do Direito e as condições existenciais do Estado. Ademais, a incerteza jurídica era péssima para a imagem estatal construída (Marques, 1986).

A formação de juristas se dava com o Direito Romano, já evidenciando, desde já, a deficiência no sistema educacional para permitir a preparação de juristas conhecedores e operadores do Direito pátrio. Desta forma, é correto afirmar que um dos principais traços de oposição da Ilustração Jurídica em Portugal foi o afastamento do método escolástico dos jesuítas, fundamentando a reforma no ensino que ocorreu de maneira paralela à legislativa (Lopes, 2004).

O modelo anterior a mencionada reforma, com prestígio ao *mos italicus*, enaltecia o Direito Romano, interpretando preceitos contidos no *Corpus Iuris Civilis* (Suma Completa do Direito dos Romanos), através de interpretações dos preceitos, sem uma construção autônoma ou inovadora. A Escola de Comentadores foi, por exemplo, muito favorecida pelo método escolástico, disseminado na Universidade de Coimbra em Portugal (Costa, 1982).

No que tange à Ilustração Jurídica, destaca-se o padre oratoriano Luís António Verney. Sua contribuição para a disseminação das ideias iluministas e sua ênfase na importância da educação o tornaram uma figura influente na sociedade da época, com divulgação das ideias nascentes do jusnaturalismo racionalista e crítico do método de ensino escolástico. Verney (1991) abraçou essas ideias e se destacou por sua crítica contun-

dente às instituições arcaicas e obscurantistas que dominavam a educação portuguesa. Seu pensamento era voltado a ideia de que a educação deveria ser acessível a todos, sem diferenciações de origem social, e que o conhecimento científico e humanístico deveria ser valorizado tanto quanto o conhecimento religioso.

A obra mais conhecida de Verney, “Verdadeiro Método de Estudar”, publicada em 1746, é uma crítica à educação tradicional baseada em memorização cega, e propõe um método mais racional e eficaz de aprendizado. Com um total de 16 (dezesesseis) cartas, em sua 13^a (décima terceira), dedicada ao Direito Civil, além de criticar o método de ensino universitário do Direito, dissertava sobre a problemática do foro e dos Tribunais. Criticando a falta de método para os que fazem uso do Direito Comum pela falha na formação, o pensador Verney (1991) entendia que o Direito Romano não era bem compreendido.

As Reformas ganham impulso

A literatura jurídica concorda que, apesar da preeminência do Direito pátrio em teoria, na praxe, essa predominância não era observada constantemente. Isso ocorria devido à natureza obscura das Ordenações, que não definiam limpidamente o alcance subsidiário. Por exemplo, isto era visualizado no Direito Canônico, limitando-o a matéria que permitia pecado. Dada a ampla exegese possível desse conceito, especialmente em um período em que o Santo Ofício ainda tinha influência em Portugal, a aplicação das leis régias era prejudicada. Além disso, autores como Cruz (1981) enunciam que havia casos nos quais tribunais régios ignoravam a lei nacional, mesmo quando não havia discordâncias doutrinárias, em

favor do Direito Romano.

Dom José I, representante do absolutismo setecentista, não estava em simbiose com a mencionada situação. Isso porque, com o rompimento da legislação pátria, qualquer ordenação que não tivesse proviesse do poder real contribuiria para a limitação da autoridade régia. Certamente, a Coroa Portuguesa não admitia qualquer oposição aos atos, como ocorreu na expulsão de jesuítas, execução dos Távora (supostamente envolvidos no ataque contra o monarca) e do padre Gabriele Malagrida (Assis, 2022).

A Lei da Boa Razão criada em 18 de agosto de 1769, dada pelo El-Rey foi criada para obstaculizar todas as possibilidades de contrariedade às determinações reais, propondo-se ao exercício de uma funcionalidade pedagógica aos operadores do Direito, através da difusão da existência de normas nas Ordenações e em legislação extravagantes, uma vez que seguir as leis do país era uma obrigação que recaía sobre todos os cidadãos do reino, não importando sua origem. Desta forma, o não cumprimento acarretaria na imposição das devidas punições (Lopes, 2004).

A expressão “Boa Razão”, que apareceu pela primeira vez nas Ordenações Afonsinas, era um termo similar à razão natural ou justa razão. Com um longo introito, antes da parte dispositiva, a legislação visava coibir abusos mais corriqueiros e de exegeses excessivas, com límpida vontade modernizadora. Há uma considerável disposição sobre as glosas do chanceler da Casa de Suplicação, no que tange à interpretação da legislação, sobre a aplicação do direito eventual no preenchimento das omissões, estilos e validade dos costumes. Houve uma disciplina ao uso subsidiário do Direito Romano, o qual poderia ser usado diante da compatibilidade de institutos, até porque a Lei da Boa Razão fez observações históricas no

que tange às leis romanas, atestando que elas deveriam ser observadas as razões de tais leis (Telles, 1824).

O escopo da Lei da Boa Razão foi legitimar, decerto, a lei régia como fonte principal da Ciência Jurídica, com grande evidência aos princípios do Direito Natural, de maneira a tentar uma maior conjectura. Houve, pois, neste momento, uma exaltação considerável do mencionado ramo e tentativa de criação de uma identidade e consciência das normas do Reino (Massuchetto, 2021).

Como se pode verificar, a maior tenacidade da mencionada lei foi a tentativa de uma reforma jurídica, em especial nas fontes da Ciência Jurídica. Havia uma espécie de manual com caminhos novos para exegese do próprio direito, tendo como escopo realizar uma mudança com fundamento na revisão da hierarquia das fontes para reduzir a complexidade própria nos regimes monárquicas (Massuchetto, 2021).

Lado outro, o costume é fonte do direito válida, desde que houvesse o cumprimento de alguns requisitos básicos, quais sejam: (i) estar em conformidade com a disposição da Lei da Boa Razão, (ii) não estar em desconformidade com as leis pátrias e (iii) ser antigo, excedendo o tempo de cem anos. Os mencionados requisitos eram cumulativos, ou seja, os costumes que não observassem os três pressupostos eram reprovados, momento a partir do qual não poderia ser alegado em juízo ou fundamento de decisões (Ferraris, 1996).

Os textos do Direito Canônico foram destinados para os Ministros e Consistórios *Ecclesiasticus* nas decisões de sua inspeção. Houve, portanto, uma laicização do direito. Desta forma, os Tribunais deveriam apenas se ater aos costumes e aos estilos legitimamente definidos, à luz da pre-

leção da Lei da Boa Razão e sem manifestação sobre o pecado (Scholz, 1995).

Merêa (1940) enfatizou que a aludida legislação também possibilitou a secularização da Ciência Jurídica, ao permitir que os documentos do Direito Canônico fossem utilizados tão somente para serem visualizados pelos Ministros e Consistórios Eclesiásticos em suas vistorias, ao passo que os Tribunais do Reino de Portugal deveriam possibilitar tão somente a legislação nacional, os costumes e os estilos legitimamente estabelecidos. Isso era prelecionado pela Lei da Boa Razão, com exclusão de qualquer consideração sobre transgressões religiosas.

Nessa perspectiva, a Lei da Boa Razão estipulou que as opiniões e exegeses dos doutores especialistas da Escola Bartolista (*Accursio* e Bartolo, por exemplo), não podiam mais ser utilizadas em tribunal, nem seguidas na praxe dos Juízes, permitindo tão somente, em determinadas hipóteses, sejam utilizadas as motivações sólidas extraídas de seus ensinamentos. Por consequência desse processo, houve a revogação das cláusulas das Ordenações que colocavam a *opinio communis doctorum* como uma fonte de direito. Como consequência, fica límpido um aspecto considerável da Lei da Boa Razão: a supremacia da própria legislação como autoridade decisiva (Mêrea, 1940).

Marques (1982) permite uma exposição considerável sobre as disposições da Lei da Boa Razão, à luz das evidentes características básicas da Ilustração Jurídica. Dentre elas, citam-se: (i) a interpretação autêntica, considerada a guardiã da certeza do direito e um impedimento para que o juiz se torne um legislador; (ii) a reformulação racional do Direito Romano; (iii) a secularização do sistema normativo; (iv) a harmonização das

leis nacionais com as novas correntes filosóficas; e (v) a influência sobre os costumes. De certo modo, a Lei da Boa Razão permitiu que a jurisprudência alcançasse o genuíno sentido das leis, evitando o arbítrio dos doutores.

A Lei da Boa Razão, além de importantes conquistas, previa castigos para aqueles que persistissem no uso incorreto da exegese aplicada outrora à sua promulgação. Todavia, os reformadores perceberam que o êxito das mutações desejadas dependia também de uma transformação na mentalidade dos operadores do Direito (Wieacker, 2004).

Assim, decerto, a mudança no ensino da Ciência Jurídica no Reino de Portugal foi crucial para o mencionado processo. Não era necessário tão somente reformas na lei, mas sim garantir àqueles que as aplicariam estivessem devidamente preparados. Desta forma, a formação de juristas com uma mentalidade renovada era essencial para o êxito das reformas em andamento e para estabelecer o direito moderno em Portugal (Wieacker, 2004).

Esse cenário de reforma buscava impedir uma crise jurídica. A Lei da Boa Razão serviu para conferir limpidez ao conteúdo do que, de fato, seria a “boa razão”, como condição *sine qua non* de aplicabilidade do Direito Romano. Como muitas críticas, com a afirmativa de que ela trouxe mais transferência do problema da insegurança jurídica, a legislação foi extremamente importante no contexto do reformismo, uma vez que possibilitou a ampla utilização das correntes jusnaturalistas por órgão ligado à Coroa (Costa, 1982).

No contexto de busca por segurança no campo jurídico, o processo de reforma teve início com a promulgação da Carta de Lei, em 23 de

dezembro de 1770, sob a redação de Dom José I. Foi nesse momento que a Junta da Providência Literária foi estabelecida, com vistoria do Cardeal da Cunha e do Marquês de Pombal. A mencionada junta tinha por escopo verificar os fatores que impulsionaram a decadência da Universidade de Coimbra, realizando propostas de reformas e contando com o apoio de Conselheiros e Deputados (Silva, 1985).

Um ano após sua composição, por intermédio de um *Compêndio* (1771), a Junta apontou Cursos e os Métodos para o estabelecimento da restauração das Artes e das Ciências, utilizando-se para tanto das ideias de Verney, em o “Verdadeiro Método de Estudar”. Costa (1982) destaca os defeitos encontrados no *Compêndio* (1772): (i) admiração pelo Direito Romano e Direito Canônico; (ii) utilização excessiva do método bartolista, com enfoque de análise e interpretação jurídica que se baseia nos ensinamentos dos juristas medievais Bartolus de Saxoferrato e Baldo Degli Ubaldi; (iii) respeito contumaz a opinião comum e (iv) desconsideração pelo Direito Natural e pela História do Direito.

O *Compêndio* (1771), trata-se, na verdade, da primeira denúncia oficial armada à Companhia de Jesus, culpando-os com veemência pela suposta decadência cultural de Portugal. Um grande documento histórico repleto de teor de acusação, adjetivos de baixo calão e repleto de prolixidades. Era, certamente, um verdadeiro libelo antijesuítico (SALLES, 2016). Quanto à estrutura da obra, Gauer (1996) preleciona que a obra é dividida em duas partes. A primeira, com subdivisão em quadro Prelúdios, com uma visão sobre as atrocidades que os jesuítas estão sendo acusados correspondente ao período da chegada da Companhia de Jesus ao Reinado de Felipe II. Ademais, essa parte permitiu uma visão geral

dos novos estatutos produzidos pelos jesuítas e os estratagemas para se manterem no domínio.

Na segunda parte do *Compêndio*, dividido em três capítulos, a Junta procurou dissertar sobre os grandes impactos negativos nas faculdades de Teologia, Direito Canônico, Direito Civil e na Medicina, evidenciando, também, os impedimentos colocados pelos inicianos para que os mencionados cursos não saíssem da ignorância (Gauer, 1996).

Para Salles (2016), o *Compêndio* favoreceu o trabalho da Junta em prol de empreender a reformulação dos Estatutos da Universidade de Coimbra e, por consequência, para a modernização da cultura e da estrutura estatal. O mencionado processo de reforma deveria, portanto, ser conduzido por pessoas de confiança de Dom José I e do Marquês de Pombal. Com uma carta anexada ao *Compêndio* (1771), observou o pedido da Junta sobre a honrosa função. Para a elaboração do *Compêndio* (1771), o Marquês de Pombal e a Junta se solidificaram através da negatividade jesuítica dentro e fora do Reino de Portugal, na tentativa de fortalecer a positividade de uma série de reformas na educação. De maneira rasteira, já se percebe que o antijesuitismo é um poderoso legitimador do ensino português (Salles, 2016).

Como mencionado no parágrafo anterior, foram elaborados os Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), com aprovação dada pela Carta de Lei de 28 de agosto do referido ano, denominados de Estatutos Pombalinos. No Livro II, para que os estudantes pudessem de matricular no curso de Direito, estes deveriam ter conhecimento da Língua Latina, Grega e Humanas, Retórica, Lógica, Metafísica, Ética e Disciplinas Filosóficas. Os cursos jurídicos deveriam ter cinco anos de duração, sendo

necessários Atos e Exames para a obtenção do título de bacharel em Direito. Para os discentes que almejavam carreira acadêmica, nos graus de Licenciado e Doutor, necessário se fazia mais um ano de estudos. A ideia de que na universidade só se recebem noções iniciais das ciências, sem, todavia, exaurir o conhecimento, é típica da natureza dos Estatutos.

A Faculdade de Leis tinha oito cadeiras, enquanto a Faculdade de Cânones tinha sete, ambas compartilhando a cadeira de “Direito Natural Público Universal e das Gentes”. Os Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) exigiam que os docentes como regente de classe utilizassem o “Método Sintético-Demonstrativo-Compendiário”, com uma abordagem de ensino inspirada no sistema alemão, que substituía o método analítico usado no sistema escolástico.

O referido método tinha por finalidade oferecer aos estudantes uma visão geral de cada disciplina em um aspecto amplo, utilizando conceitos e sistematização para justificar e fundamentar a matéria de forma gradualmente complexa. Além disso, era necessário dar mais relevância e transparência ao Direito pátrio, por este motivo a função dos Estatutos à História do Direito na formação dos juristas foi uma maneira mais acertada de afastar-se da antiga ordem (Costa, 1982).

Gestão político-jurídica e as entidades institucionais locais na América Portuguesa e no Brasil Colônia

Miranda (1981, p. 27) destaca que o estudo da tradição jurídica de Portugal permite a compreensão histórica do Direito Brasileiro, tendo em vista que este “não pode ser estudado desde as sementes; nasceu do galho de planta, que o colonizador português, [...] trouxe e enxertou no

novo continente”. Em linhas propedêuticas, desde o início da colonização, a Coroa Portuguesa buscou efetivar um sistema de administração que permitisse o controle direto das terras recém-descobertas. Assim sendo, foram criadas, a princípio, as Capitânicas Hereditária, que fracionaram o território em faixas de terra com o comando de donatários. Certamente, essas capitânicas possuíam relativa autonomia administrativa, todavia estavam direcionadas às leis e decretos emanados do Reino português (Abreu, 2009).

Entretanto, a ausência de uma potencialidade administrativa direta em alguns territórios e os desafios sugeridos pela seara geográfica e cultural indicaram à necessidade de criar entidades institucionais mais centralizadas. Desta forma, surgiram as Câmaras Municipais, que tinha como função a gestão local das cidades (Abreu, 2009).

Assim, para recepcionar na América Portuguesa estes intentos racionalizadores e modernizadores, estava o Conselho Municipal, surgido em comunidades portuguesas com o fito de tutela por intermédio do estabelecimento de uma nova ordem interna própria. Com a intenção de entender o poder central, foi estabelecido forais com esses Conselhos, mantendo forças militares, tornando o Reino de Portugal legítimo nesses locais (Monteiro, 2001).

Neste aspecto, os municípios alcançaram componentes estruturais do Império. Isso aconteceu porque, concomitantemente mantinham, mesmo que de maneira simbólica, a presença da autoridade central no local e autonomia nas decisões locais. Como se pode verificar, a forma desintegrada de colonização, frutificada em instituições locais, no modelo monárquico corporativo e simbolismo do rei fizeram com que houvesse

um remodelamento de organização social, de forma que os possuidores dos ofícios da justiça detinham extrema relevância ao governo ultramar do Reino de Portugal (Hespanha, 1994).

As Câmaras era um órgão fundamental à sistematização de governo do Antigo Regime de Portugal em prol da sua sedimentação, manutenção e continuação. Os membros dos Conselhos eram, geralmente, cidadãos comuns (sem bacharelado em Direito) e que se dispunham a servir a comunidade por um ano, permitido, usualmente, a recondução a mais um ano de exercício (Massuchetto, 2021).

Diante da grande tensão entre a Coroa e as Câmaras Municipais, as autoridades locais almejavam a tutela dos seus interesses e a independência frente às ordens providas de Portugal. Por este motivo, foram criados órgãos de administração, as Intendências, com a finalidade de permitir o controle sobre a gestão local (Abreu, 2009).

Para Schwartz (2011), os órgãos de Administração com instalação na América Portuguesa buscavam ser espelhadas pelas construções existentes no Reino de Portugal, mesmo ante aos conhecidos antagonismos. Isso porque, no entender de Furtado (2009), a colônia não tinha uma organização semelhante àquela da Coroa à metrópole, motivo pelo qual era possível a alteridade. Havia, certamente, uma autonomia relativa para a instituição de leis régias à luz das necessidades locais (Massuchetto, 2021).

Além disso, a distância geográfica e todas as particularidades coloniais constantemente levavam a adaptações e exegeses mais flexíveis da legislação. Assim, os juízes locais e a funcionalidade das Ordenações Régias contribuíram para a existência de uma relativa identidade jurídica. A ex-

ploração, por exemplo, de recursos minerais, necessitou, categoricamente, de legislações na Colônia que disciplinaram a propriedade e o comércio (Abreu, 2009). Havia, portanto, vários direitos no período colonial, formando o chamado “direito colonial brasileiro” (Alveal e Fonseca, 2022).

O Iluminismo Português e as reformas pombalinas permitiram a modelação de fundação para a transição do período colonial para o pós-colonial. Citam-se, por exemplo, o Diretório dos Índios, visando melhorar a administração dos povos indígenas no território brasileiro, bem como a promulgação de leis que se direcionavam ao comércio e exploração de riquezas. Houve mudanças duradouras no aspecto social, econômica e política do Brasil, influenciando o desenvolvimento do direito brasileiro a posteriori (Alveal e Fonseca, 2022).

Com o passar do tempo, as transformações nas políticas da Colônia brasileira, os movimentos de resistência e as mudanças globais tiveram consequência profunda na gestão político-jurídica e nas instituições locais. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil no ano de 1808, por exemplo, certamente, possibilitou a aceleração das mutações na administração e nas leis. Isso permitiu a abertura do caminho para a independência e, por consequência, o estabelecimento do Império nas terras brasileiras (Abreu, 2009).

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/kp484/pdf/abreu-9788579820717.pdf>.

- ALVEAL, Carmen; FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Os usos do direito na América ultramarina portuguesa: entre o pragmatismo dos rústicos e a argumentação refinada dos letrados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 83, p. 72-87, dez. 2022.
- ASSIS, Guilherme Marchiori de. O auto de fé de 1761: aspectos da sentença de condenação do Padre Gabriele Malagrida. **Diálogos sobre a Modernidade**. Vitória-ES, n. 04, 2022.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida. Debate jurídico e solução pombalina. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. V. LVIII, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982, pp. 1-33.
- CRUZ, Guilherme Braga da. Formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro. **Obras Esparsas**. Volume II, 1ª parte: Estudos de História do Direito. Direito moderno. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981, p. 25-75.
- FERRARIS, Maurizio. **History of Hermeneutics**. Trad. Luca Somigli. New Jersey: Humanities Press, 1996, p. 35.
- GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do **Leviathan**: instituições e poder político. Portugal – século XVII. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **As palavras e a lei**: direito, ordem e justiça na história do pensamento moderno. São Paulo: Madamu, 2004.
- MARQUES, Mário Reis. Elementos para uma aproximação do estudo do usus modernus pandectarum em Portugal. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. V. LVIII, Coimbra:

Universidade de Coimbra, 1982, pp. 801-826.

MASSUCHETTO, Vanessa Caroline. Reformas Pombalinas e Administração Jurídico-Política na Curitiba do Século 18 (1769-1777).

Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí. Ano XXX, n. 56, jul./dez. 2021.

MERÊA, Paulo. Direito romano, direito comum e boa razão. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.** v. XVI, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1940, p. 539-543.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Fontes e Evolução do Código Civil Brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João (org.). **O antigo regime nos trópicos; a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PORTUGAL. Alvará de 28 de junho de 1759. In: ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação.** 2. ed. São Paulo: Educ, 2000. p. 31-34.

_____. **Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados.** Lisboa: Régia Officina Typografica, 1772.

_____. **Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772.** Livro II. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772.

_____. Lei de 18 de agosto de 1769. In: PORTUGAL. Collecção da

Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. **Legislação de 1763 a 1774**. Lisboa: Typografia Maignense, 1829.

SALLES, Jansen Gusmão. O antijesuitismo como instrumento reformador do ensino luso: notas de pesquisa sobre o compêndio histórico (1771). **Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est**. Vitória, p. 505-514, abr. 2016.

SCHOLZ, Johannes-Michael. António de Gama Pereira. In: STOLLEIS, Michael (Org.). **Juristen**: ein biographisches Lexikon, von der Antike bis zum 20. Jahrhundert. München: Beck, 1995, p. 223.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. **História do direito português**: fontes de direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

TELLES, José Homem Correia. **Commentario crítico á Lei da Boa Razão, em data de 18 de agosto de 1769**. Lisboa: Typografia de N. P. de Lacerda, 1824.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar**: Cartas sobre retórica e poética. Lisboa: Editora Proença, 1991.

WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Carlos Julião (1740–1811): um ensaio biográfico da trajetória de um engenheiro militar pelo império Português

Carlla Luísa Alves Côrtes¹

Introdução

A segunda metade do século XVIII foi marcada por políticas do Estado português para o mundo ultramarino, baseadas na utilização da formação técnico-científica como ferramenta de arregimentação de quadros político-administrativos para as colônias, no momento-chave de reconstituição dos vínculos entre o reino e seus domínios. Para tanto, a crescente presença de homens de ciências a serviço da coroa, ocupando funções executivas em suas colônias, constituem de fato uma estratégia de governança para aquele momento. Como pontua Ronald Raminelli (2008, p. 203): “A ciência e a economia agiam como estatais no processo de centralização política e controle do território – reino e ultramar”. Nesse sentido, a divulgação científica esteve conjugada à atuação política e aos seus projetos de transformação do império luso, possuindo um caráter eminentemente prático.

¹ Licenciada em História e Mestranda em História Social das Relações Políticas (UFES).

Neste contexto, os engenheiros militares portugueses desempenharam um papel vital na administração e defesa do império colonial. Suas produções e feitos serviam como ferramentas de planejamento e gestão, permitindo à metrópole impor sua autoridade, organizar a ocupação do solo e otimizar a extração de recursos, consolidando, assim, seu poder sobre as colônias (Silva, 2010, p. 72-4). Entretanto, devido à necessidade de administração de uma enorme porção territorial (que tinha uma debilidade de delimitação fronteiriça) e o processo de enfraquecimento do exército português na primeira metade do século XVIII (Lima, 2009), emergiu-se a necessidade de contratação de profissionais advindos de outras regiões (Raminelli, 2008, p. 68), como foi o caso do engenheiro militar italiano Carlos Julião.

Nesse sentido, Julião exemplifica a integração de especialistas estrangeiros nas funções técnicas e administrativas do império português. Sua trajetória, marcada por significativas contribuições em diversos domínios e regiões do império, não apenas destaca a importância dos engenheiros militares, mas também ilustra as complexas dinâmicas de governança e expansão territorial de Portugal no século XVIII. Assim, analisar a vida e a carreira de Julião oferece uma perspectiva enriquecedora sobre como a coroa portuguesa utilizou a expertise técnica para fortalecer sua dominação ultramarina.

Portanto, o objetivo deste trabalho é reconstruir a trajetória de vida e carreira de Carlos Julião, por meio de uma descrição dos principais eventos registrados nas fontes bibliográficas a seu respeito, visando compreender a vinculação dos eventos particulares de sua carreira ao contexto das estratégias de dominação ultramarina de Portugal. Para tanto,

analisamos referências bibliográficas que abordam sua trajetória de vida e carreira, incluindo os estudos de Cunha (1960), Lara (1997; 2002), Silva (2010), Tenreiro (2002; 2007), Burdet (1986) e Escorel (2000). Tal esforço resultou na formulação do Quadro I, que sintetiza os principais eventos históricos citados sobre a vida do nosso personagem.

Quadro I - Vida e carreira de Carlos Julião (1740-1811).

Item	Data	Evento
1	1740	Nascimento em Turim
2	31 de outubro de 1763	Promovido a Alferes
3	1 de fevereiro de 1764	Promovido a Tenente
4	1769	Última possível atuação em Mazagão antes da retirada portuguesa
5	1770	Nomeado por Martinho de Melo e Castro para realizar estudo topográfico em Macau, China
6	1773-1779	Pintura do album “Noticia Summaria do Gentilismo da Asia”
7	1779	Carlos Julião. Elevação, Fasada, que mostra em prospeto pela marinha a Cidade do Salvador..., 1779. Grafite, tinta e aquarela sobre papel.
7	1779	Pintura das pranchas de “Figurinhos de Brancos e Negros dos Uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio”
8	1780	Retorno para Portugal
9	1801	Pintura de “Vasos e tecidos peruanos”
10	9 de julho de 1781	Promovido a Capitão
11	1788	Recomendação por Tomás José de Melo para nomeação no regimento em Pernambuco
12	1791	Recebe o título de cavaleiro da Real Ordem Militar de São Bento de Avis

13	1792	Renuncia parte de sua renda em favor de Anna Apolónia de Vilhena Abreu Soares
14	13 de agosto de 1795	Promovido a Sargento-mor (Major) e começou a servir no Arsenal Real do Exército
15	Março de 1800	Requeru promoção a Tenente-Coronel; o diretor do Arsenal confirmou a Sua Alteza Real D. João, Príncipe Regente, sua brilhante folha de serviços
16	1801	Foi promovido a Capitão. Publicação do ‘Dicionário de Árvores e Arbustos’
17	1801	Em 1801, o nome de Julião surge como tradutor de uma obra publicada pela Tipografia do Arco do Cego, intitulada “Experiências e observações sobre a liga dos bronzes, que devem servir nas fundições das peças de artilharia”, de Carlos Antonio Napion.
18	3 de abril de 1805	Promovido a Coronel por decreto
19	1 de novembro de 1805	Nomeado deputado inspetor das Oficinas do Arsenal do Exército, substituindo o Brigadeiro Carlos Antônio Napoleoni
20	1808	Possível acompanhamento da família real portuguesa ao Brasil após a invasão napoleônica
21	26 de maio de 1811	Reformado no posto de Brigadeiro por decreto assinado no Rio de Janeiro
22	18 de novembro de 1811	Falecimento, local desconhecido.
23	19 de janeiro de 1813	Data da Carta Patente de sua reforma, emitida no Rio de Janeiro após sua morte
24	1814	Foi publicado, postumamente, em O Patriota, no Rio de Janeiro, um artigo de Carlos Julião, que aparece no número de novembro-dezembro de 1814 sob o título “Observações feitas pelo coronel Carlos Julião sobre algumas madeiras do Brasil”. O artigo repete o formato do Dicionário, apresentando as características de 25 tipos de madeiras brasileiras.

Fonte: Cunha (1960), Lara (1997; 2002), Silva (2010), Tenreiro (2002 : 2007) e Burdet (1986). Elaboração própria.

A maioria dos eventos listados está em concordância entre as fontes bibliográficas pesquisadas. No entanto, alguns detalhes específicos são mencionados apenas por determinadas fontes, enquanto outras não os abordam. Essas informações, apesar de fragmentadas, se complementam, refletindo os diferentes objetivos e enfoques de cada pesquisa. Dessa forma, a combinação das diversas fontes permite uma compreensão mais abrangente e detalhada dos eventos em questão. Assim, ao reunir todas as fontes, obtemos uma visão mais completa e detalhada dos eventos biográficos. Cabe mencionar apenas duas dúvidas principais: (i) se ele realmente acompanhou a vinda da família real português após a invasão napoleônica e, conseqüentemente, qual foi de fato o espaço temporal que permaneceu na América Portuguesa (item 20); e o local exato de sua morte (item 22).

Carlos Julião: trajetória de vida e carreira como engenheiro militar

Carlo Giuliani, nascido em 1740 na cidade de Turim, situada na região do Piemonte, então capital do Reino da Sardenha (denominação adotada pelo antigo Ducado de Savoia a partir de 1720), tornou-se uma figura importante no contexto militar português. Em 1763, aos 23 anos, Giuliani ingressou no exército português e passou a utilizar a versão portuguesa de seu nome, Carlos Julião.

Sua entrada para o exército luso dialoga com alguns eventos importantes ocorridos em Portugal a partir da segunda metade do século XVIII, sobretudo, a partir da percepção da necessidade de reconstrução do exército. Como é confirmado por Silva (2010, p. 79): “também não pode passar despercebido o fato de Julião ter se transferido para Portugal num momento de profunda reestruturação do exército luso”. Isso ocorreu

porque a segunda metade do século XVIII marca um período de modernização e estruturação do exército como instituição em Portugal, além de evidenciar a ascensão do militar como uma nova categoria social no país.

Além desse contexto de modernização, é necessário destacar que Julião, junto com outros engenheiros militares do século XVIII, desempenhava funções cruciais na manutenção e expansão do império colonial português. Eles eram responsáveis pela construção, fortificação, cartografia, hidrografia, topografia, cosmografia, reconhecimento territorial e comunicações. O treinamento desses engenheiros incluía aulas de desenho para coletar informações visuais que facilitavam operações no exterior, seguindo a tradição cartográfica de iluminar mapas com alegorias humanas (Raminelli, 2012, p. 36-37). Os engenheiros militares precisavam estar aptos a projetar e supervisionar a construção de fortificações e outras infraestruturas essenciais para a defesa e administração das colônias. Além disso, sua formação abrangia conhecimentos de metalurgia, mineralogia e química, fundamentais para o desenvolvimento e a exploração de recursos naturais nas colônias (Raminelli, 2012, p. 39-40).

Contudo, a segunda metade do século XVIII não vivenciou a fartura de ouro e pedras preciosas oriundas do Brasil, e o recém-iniciado reinado de D. José I (1750-1777) teve que lidar com uma nova conjuntura, tremendamente agravada pelo Grande Terremoto de 1755, que repaginou todo o cenário político, social e econômico do mundo luso. O epicentro da catástrofe ficava a cerca de 240 km de Lisboa; ainda assim, a capital sofreu as repercussões mais severas e sucumbiu com a ressonância de impactos de três ordens: terremoto, maremoto e incêndio. Segundo narra Tavares (2005, p. 81):

Com o furor da terra, habitações gemeram e paredes começaram a se rachar ao meio, as águas do rio Tejo se agitavam de forma bravia, e ondas formidáveis se formaram em direção à cidade, engolindo toda a costa. Aqueles que buscavam abrigo em áreas à céu aberto como, por exemplo, o Terreiro do Paço, área portuária adjacente ao Paço da Ribeira, foram engolidos pelo mar. (Tavares, 2005, p. 81)

Por outro lado, Silva (2010, p. 79) destaca um momento crítico na história militar de Portugal, marcado pela invasão franco-espanhola através da fronteira de Trás-os-Montes em 5 de maio de 1762. Este evento foi parte da Guerra do Pacto de Família, também conhecida como Guerra Fantástica, um segmento da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que ocorreu em território português entre maio e novembro de 1762. A invasão expôs o significativo enfraquecimento do Exército Português, evidenciando a necessidade urgente de sua reformulação e profissionalização. Este período de conflito sublinhou a importância de uma força militar mais robusta e eficientemente organizada para a defesa nacional.

A inoperância do exército já havia sido parcialmente evidenciada durante o terremoto que devastou Lisboa em novembro de 1755, quando os oficiais não conseguiram conter o caos que rapidamente se espalhou pela cidade. No entanto, o evento que realmente impulsionou a necessária profissionalização das forças militares em Portugal foi a Guerra do Pacto de Família, ou Guerra Fantástica, como ficou conhecida a parte da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que ocorreu em território português entre maio e novembro de 1762.

O conflito teve início quando D. José I recusou-se a aderir ao pacto de família dos Bourbons da França, Espanha, Nápoles e Parma

contra a Inglaterra e a Prússia. Após desobedecer ao ultimato para que Portugal fechasse seus portos aos navios ingleses, o país foi invadido por tropas franco-espanholas através da fronteira de Trás-os-Montes, em 5 de maio de 1762. (Silva, 2010, p. 79)

Em meio a tal contexto, o desafio do projeto ilustrado josefino passava pela reconstrução da monarquia, a partir da centralidade do mundo luso-americano. Com a crise econômica que se abateu sobre o reino, em consequência da diminuição da produção aurífera, do Grande Terremoto e da perda de territórios coloniais na Ásia, aprofundou-se a necessidade de controle e obtenção de rendas sobre os territórios da América portuguesa. Nesse contexto, foi gestado o projeto de reconstrução da proeminência da monarquia lusa, por meio da criação de um novo e poderoso Império, calcado na união das diversas partes do mundo ultramarino (Lima, 2009).

Anteriormente à fundação da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa, em 1790, Portugal dependia significativamente da importação de conhecimento e de profissionais estrangeiros, especialmente italianos e alemães, para suprir a falta de engenheiros militares qualificados. Essa necessidade tornou-se evidente durante a demarcação de fronteiras estipulada pelo Tratado de Madri de 1750. A escassez de profissionais capacitados em Portugal levou o secretário de Estado Azevedo Coutinho a enviar o frei João Álvares de Gusmão à Itália e à Alemanha para recrutar geógrafos e cartógrafos capazes de realizar levantamentos topográficos detalhados e desenhar mapas e plantas das regiões coloniais. A escolha desses países deveu-se à proibição de contratar espanhóis, franceses e holandeses, que possuíam interesses coloniais conflitantes com os de Portugal. Os estrangeiros contratados, em sua maio-

ria italianos e alemães, possuíam habilidades avançadas em astronomia e geografia, além de serem excelentes desenhistas (Raminelli, 2012, p. 40).

Muito por conta deste contexto, Carlos Julião transferiu-se de Turim para Portugal, com 23 anos de idade, no ano de 1763. Segundo Silva (2010, p. 77), “tudo indica, portanto, que Julião chegou a Portugal depois de cumprida sua formação militar, que aconteceu em sua cidade natal, possivelmente na Reale Accademia di Savoia”. Nesse mesmo ano, ele recebeu a patente de segundo tenente do corpo de bombeiros do Regimento de Artilharia de Lagos. No ano seguinte, foi, junto com o seu regimento (Regimento de Lagos), transferido para o Quartel da Feitoria em Oeiras. Em 1768, tornou-se primeiro-tenente (Cunha, 1960; Silva, 2010; Tenreiro, 2002; 2007). Assim, percebe-se que sua rápida ascensão é, de um lado, motivada pela debilidade do quadro de pessoal do exército português, mas, de outro, por conta de sua formação militar prévia consolidada na Itália.

Nesta etapa da vida de Julião, observa-se que seus conhecimentos eram utilizados em funções bastante diversificadas. Julião possuía uma sólida formação como oficial de artilharia, o que exigia conhecimentos aprofundados na manufatura de armas de guerra, como a fabricação de pólvora para projéteis, bombas e minas. Além disso, ele precisava conhecer as melhores ligas para a fundição de peças de bronze usadas em canhões e outros instrumentos bélicos. Era também necessário ter domínio de matemática e física para calcular a trajetória de projéteis, essencial para o desenvolvimento de sistemas de defesa e fortificação (Lara, 1997; 2002; Silva, 2010, p. 93).

Nas pesquisas de Lara (1997; 2007), Silva (2010) e Escorel (2010)

é possível encontrar relatos em que Julião foi responsável pela formulação de representações em maquetes e também na retratação do contexto social e econômico das localidades, o que demonstra as diversas capacidades que os engenheiros militares dessa época desempenhavam, para além da defesa territorial.

Sua primeira missão em terras ultramarinas do império Português foi através da participação na Expedição do Mazagão no Marrocos em 1769, após evacuação da ocupação portuguesa, como diz Tenreiro (2007, p. 9) e Silvia (2010). Na sequência temporal, existem certas suposições, tanto de Tenreiro (2007) quanto de Silva (2010), sobre qual o tempo exato em que Julião dirigiu-se para a cidade de Macau na China. Como diz Tenreiro (2007, p. 9, tradução nossa) que o único testemunho conhecido “desse período indiano é um grupo de dez ilustrações que Julião produziu, retratando cenas da mitologia brâmane hindu, que hoje estão na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob o título “Noticia Summaria do Gentilismo da Asia”.

Como destaca Silva (2010), sua estadia no Brasil, embora breve, foi bastante intensa, durando aproximadamente 16 meses. Isso ocorreu quando ele estava retornando da China e fez uma parada em Salvador devido à necessidade de suprimentos. Neste momento ele esteve nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e no distrito diamantino do Serro do Frio, em Minas Gerais (p. 74). Durante este período, Julião pintou obras muito importantes que, segundo as fontes bibliográficas pesquisadas, retratavam suas habilidades de cartografia e mapeamento, além de caracterizarem sua inegável (e particular) habilidade artística e sua visão sobre os costumes e o cotidiano das localidades que visitou. Cabe mencionar uma série de 43

placas iluminadas que ele compilou em um álbum, intitulado “Figurinhos de Brancos e Negros dos Uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio”, e o “Panorama de Salvador”, elaboradas, provavelmente, em 1779. (Cunha, 1960).

É significativo perceber que durante o período joanino – entre 1707 a 1750 –, foi estabelecida uma nova gestão administrativa marcada por uma cultura singular de muita opulência sustentada pela descoberta do ouro nos sertões do Brasil, aliada a já tradicional cultura açucareira nordestina, que trouxeram à coroa portuguesa “à necessidade de reformular sua orientação política de forma ampla, buscando fortalecer os laços com a colônia e redefini-la do ponto de vista político e territorial” (Boxer, 1989, p. 171).

De fato, o Brasil emergia no decorrer do século XVIII como objeto preferencial de estudos científicos, seja pela sua imensa diversidade na fauna e na flora, seja pela mineralogia ou ainda pelas civilizações autóctones que apresentava. Na visão de Angela Domingues (2000, p. 22) mais um interesse pode ser acrescido ao impulso português pelo desvendamento e exploração da região: “o Brasil surgia como a alternativa válida a um Império que se pretendeu formar na Índia e que se tinha tornado inviável”. Uma opção que atingiria a fundo o equilíbrio econômico do reino nos anos seguintes, seja pela exportação do açúcar inicialmente, pela posterior exploração das riquezas naturais e, por fim, pelo fornecimento das matérias-primas que dinamizaram o desenvolvimento de Portugal.

Após o seu retorno a Portugal, que ocorreu em 1780, tem-se alguns fatos muito relevantes para vida de Julião, que representam a aquisição de uma importância destacada para o exército Português. Seguindo a ordem

cronológica descrita por Cunha (1960), Burdet (1986), Silva (2010), Lara (1997: 2022) e Tenreiro (2002 : 2007): Julião foi promovido a Capitão em 1781; recebeu o título de cavaleiro da Real Ordem Militar de São Bento de Avis em 1791; promovido a Sargento-mor (Major) e começou a servir no Arsenal Real do Exército 1795; requereu promoção a Tenente-Coronel; o diretor do Arsenal confirmou a Sua Alteza Real D. João, Príncipe Regente, sua brilhante folha de serviços em 1800, promovido a Coronel por decreto em 1805; reformado no posto de Brigadeiro por decreto assinado no Rio de Janeiro em 1811, falecimento em 1811 (sem informação de local); data da Carta Patente de sua reforma, emitida no Rio de Janeiro após sua morte.

Em relação a este período, ele desempenhou diversas funções no exército português, mas não foram encontrados registros de viagens posteriores para territórios coloniais. Suas atividades estiveram relacionadas à inspeção de fortificações e à reconstrução de edificações de grande importância. Além disso, ele desempenhou atividades de coordenação de regimentos militares, a partir do momento em que assumiu postos mais altos no exército. Em 1781, Tenreiro (2007, p. 12) menciona seu trabalho na província da Estremadura, em Portugal, onde ele realizou inspeções nas fortificações locais sob a supervisão do Marechal-General, o Duque de Lafões. Possivelmente, foi durante esse período que Julião adquiriu alguns têxteis e cerâmicas peruanas confiscados de um galeão espanhol que naufragou próximo à vila de Peniche, ao norte de Lisboa, as quais serviram de referências para as ilustrações agrupadas sob o título “Dittos de Vasos e Tecidos Peruvianos”.

A ausência de registros de expedições a partir da década de 1780,

coincide com a diminuição da importância da cartografia, como afirma Raminelli (2008, p. 69): “quando a história natural e a agricultura passaram, aos poucos, a ativar o circuito do conhecimento das periferias e o centro” e que “essa viragem indicava, certamente, um suficiente conhecimento da cartografia, resultado da produção exaustiva de mapas por quase cinquenta anos”. Não por acaso, nesta década não houveram registros de outras viagens de Julião e, suas produções ilustrativas, foram substituídas por trabalhos de tradução e mapeamento de recursos naturais e seus usos.

Burdet (1986) indica que o nome de Julião surge como tradutor de uma obra publicada pela Tipografia do Arco do Cego, intitulada “Experiências e observações sobre a liga dos bronzes, que devem servir nas fundições das peças de artilharia», de Carlos Antonio Nacion, tenente-coronel da Artilharia da Corte. Silva (2010, p. 102-105), por sua vez, ressalta a publicação do «Dicionário de Árvores e Arbusto», em que descreve uma série de árvores e classifica diversos tipos de madeiras, que poderia ter utilidade em construções, em armamentos, entre outros usos.

A dúvida sobre o local de sua morte e, mas, especificamente, se de fato Julião veio ao Brasil acompanhar a família real portuguesa após a invasão napoleônica, não foi confirmado por nenhuma das fontes bibliográficas analisadas e nem nas pesquisas *in loco* realizadas nas 43 aquarelas originais que integram o “Figurinhos de Brancos e Negros dos Uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio” (disponível na Biblioteca Nacional - RJ), em que se buscou identificar possíveis vestígios, símbolos, marcações ou qualquer detalhe que proporcionasse o prosseguimento das investigações quanto a este fato. Essas dúvidas preservam a incerteza sobre o espaço temporal que esteve no Brasil. Burdet (1986) menciona que o fato de

uma rua na cidade do Rio de Janeiro possuir o nome “Travessa Carlos Julião”, pode sugerir que ele tenha assumido funções destacadas enquanto esteve no Brasil ou que participou de eventos notáveis.

Notas Conclusivas

Ao reconstruir a trajetória de Carlos Julião, este ensaio elucidou três aspectos principais que destacam os vínculos de sua vida e obra com as estratégias gerais de dominação ultramarina de Portugal no contexto da segunda metade do século XVIII e início do século XIX: (i) sua entrada e rápida ascensão no exército português; (ii) as funções estratégicas desempenhadas pelos engenheiros militares; e (iii) o movimento de reposicionamento do Império Português, com o Brasil assumindo um papel estratégico.

Carlos Julião, ao se transferir da Itália para Portugal, rapidamente ascendeu no exército português. Sua ascensão refletiu a necessidade urgente de reformulação e profissionalização das forças armadas lusas, que enfrentavam um contexto de fragilidade após as destruições causadas pelo Grande Terremoto de 1755 e pela Guerra dos Sete Anos. Esse cenário impulsionou a busca por militares de outras nacionalidades e criava um amplo espaço para a emergência de novas lideranças militares.

Além disso, os engenheiros militares tiveram uma importância particular até a década de 1780, como disse Raminelli (2008), muito por conta da necessidade de mapeamento cartográfico dos limites coloniais ainda desconhecidos e, muitas vezes, em disputa ou suscetíveis a questionamentos fronteiriços.

Esse contexto pode ser relacionado às localidades visitadas por Julião e às funções que exerceu e aos trabalhos que produziu nesse período. Durante suas missões em territórios como Marrocos, Macau e Brasil, ele aplicou seus conhecimentos técnicos e científicos para documentar e analisar as realidades locais, sendo um representante clássico das funções dos engenheiros militares da época. No entanto, Tenreiro (2007) destacou a particularidade da visão artística de Julião. Suas pinturas e estudos, como o álbum “Figurinos de Brancos e Negros dos Usos do Rio de Janeiro e Serro do Frio” e “Noticia Summaria do Gentilismo da Asia”, são testemunhos de como essas informações eram necessárias para a administração e exploração dos territórios coloniais. Em “Elevação e Façada” e no mapeamento cartográfico realizado na cidade de Macau (China), o engenheiro militar expôs suas habilidades de mapeamento e detalhamento arquitetônico.

Na sequência temporal, com perda de importância da cartografia, percebemos nosso personagem exercendo funções estritamente militares e produzindo conteúdo informacional e científico. Portanto, a tradução dos documentos “Experiências e observações sobre a liga dos bronzes” e a produção de série de registros e estudos sobre os usos das madeiras brasileiras em “Dicionário de Árvores e Arbusto”, evidenciam a adaptação de Julião às novas demandas científicas e econômicas do período frente a a mudança de foco na exploração colonial.

Em síntese, compreende-se que o contexto de vida e obra de Julião esteve basicamente articulado ao movimento mais amplo de reposicionamento da coroa portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII, que se fundamentou pela instrumentalização técnico-científica e por uma

postura mais ativa perante os territórios dominados. Esse movimento tinha como objetivo garantir uma estrutura administrativa eficiente para os limites das fronteiras dos territórios “de seu direito” e para assegurar a exploração econômica das colônias, sendo o Brasil uma peça central dessa estratégia. Sendo assim, naquele contexto, o Brasil emergiu como uma alternativa válida ao império oriental, oferecendo recursos naturais e econômicos que sustentaram a supremacia do império português.

REFERÊNCIAS

- BOXER, Charles Ralph. **A igreja e a expansão ibérica: o sujeito**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BURDET, Cario. Il Colonello Julião (1740-1821) - un versatile e avventuroso torinese nel Portogallo dei XVIII secolo. **Studi Piemontesi**, v. XV, n. 1, p. 197-200, mar. 1986. Torino: Centro Studi Piemontesi.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. **Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **Hist. cienc. saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, supl., p. 823-838, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702001000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mai. 2024.
- SCOREL, Silvia. **Vestir poder e poder vestir: O tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro - século**

XVIII). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

JULIÃO, Carlos. **Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frío.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

LARA, Silvia Hunold. Customs and Costumes: Carlos Julião and the Image of Black Slaves in Late Eighteenth-Century Brazil. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, v. 23, n. 2, p. 123-146, 2002.

_____. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia setecentista. **XX Congresso da Latin American Studies Association**, Guadalajara, 1997.

LIMA, Péricles de. **Homens de ciência a serviço da coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822.** 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/514>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância.** São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Ilustração e império colonial. **História** (São Paulo. Online) , v. 31, p. 12, 2012.

SILVA, Valéria Piccoli Gabriel da. **Figurinhas de brancos e negros: Carlos Julião e o mundo colonial português.** 2010. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TAVARES, Rui. **O pequeno livro do grande terramoto**. Lisboa: Tinta-da-China, 2005.

TENREIRO, Maria Manuela. Thesis. 2005. Dissertação (Mestrado em Artes) - Department of the History of Art & Archaeology, School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London.

_____. Military Encounters in the Eighteenth Century: Carlos Julião and Racial Representations in the Portuguese Empire. *Portuguese Studies*, v. 23, n. 1, p. 7-35, 2007. Published by: **Modern Humanities Research Association**. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41105271>. Acesso em: 05 mar. 2024.

Da teoria humoral às teorias nervosas: um estudo sobre a medicina das paixões da alma

Anny Barcelos Mazioli¹

Introdução

A expressão “Paixões da alma” era utilizada pelos médicos setecentistas para designar o que hoje chamamos de doenças neuropsiquiátricas. Os estados mentalmente patológicos também têm história, uma historiografia que dialoga com a história do corpo, da medicina, mas acima de tudo com a história das emoções corporificadas. As explicações médicas buscavam compreender o funcionamento do corpo como um todo e a partir dessa compreensão explicavam também as doenças da alma. A primeira explicação médica a tentar desvendar o funcionamento do corpo foi a teoria humoral. Essa foi uma teoria muito longeva que influenciou a medicina até o século das luzes.

A teoria humoral explicava a chamada melancolia a partir de um excesso de atrabile, também chamada de bile negra, no funcionamento do corpo, o que afetava o cérebro e suas funções. Mesmo com a ascensão de novas teorias sobre o corpo, estas basicamente mantinham os tratamen-

¹ Estudante de doutorado em cotutela entre a Universidade Federal do Espírito Santo e a Universidade de Coimbra. Pesquisa financiada pela CAPES / Brasil. Contato: anny.mazioli@gmail.com.

tos humorais para os estados melancólicos. Com a paulatina ascensão do discurso científico, novas produções físicas e médicas transformaram as explicações e os tratamentos para as “paixões da alma”.

As Novas teorias médicas criaram novas explicações como a mecânica e a nervosa para as emoções e sua relação com o funcionamento do corpo. A produção científica e o progressivo alcance das ciências ao longo da Idade Moderna, assim como o Iluminismo, transformaram a visão da humanidade sobre suas emoções. A presente proposta objetiva apresentar de maneira introdutória, a mudança dos conhecimentos acerca do corpo e das paixões da alma em uma perspectiva diacrônica.

As Paixões da alma na Antiguidade

A historiografia das emoções interage com a história do corpo, da medicina e da psiquiatria, fornecendo um quadro abrangente de como as emoções eram percebidas e tratadas. Essa interconexão entre as disciplinas reflete uma visão integrativa da saúde, onde os estados emocionais e físicos não eram vistos como separados, mas como aspectos interdependentes do ser humano. As explicações médicas antigas, por sua vez, procuravam entender o corpo como um sistema integrado e a partir dessa compreensão explicavam também as doenças da alma.

Desde a Antiguidade, as paixões são reconhecidas como um dos seis fatores não-naturais que influenciam significativamente na saúde e na doença. Segundo a concepção hipocrática, além das paixões e perturbações do espírito, os fatores ambientais como o ar; o exercício e o descanso; o sono e a vigília; a comida e a bebida; e a excreção e retenção desempenham papéis cruciais na manutenção do equilíbrio corporal e

mental. Esses elementos, quando adequadamente balanceados, promovem a saúde, enquanto seus desequilíbrios podem conduzir à enfermidade (SILVA, 2006, p. 36).

Platão (427-347 a.C.) argumentava que o excesso de dor ou prazer equivalia a uma enfermidade, pois ambos comprometiam a capacidade de raciocínio da mente. Ele postulava que os aspectos irracionais da alma, responsáveis pelos sentimentos, originavam-se na região abdominal e no peito. Essas áreas eram vistas como fontes de ameaças potenciais ao funcionamento do espírito racional, que estava localizado no cérebro. Assim, para Platão, as paixões representavam uma perturbação que precisava ser controlada para preservar a saúde mental e a clareza racional (Nussbaum, 1994).

Já os estoicos, por sua vez, sustentavam que as paixões deveriam ser completamente suprimidas. Para essa escola filosófica, as paixões eram vistas como distúrbios da alma que desviavam o indivíduo da razão e da virtude. Através da supressão das paixões, os estoicos buscavam alcançar um estado de imperturbabilidade (*apatheia*), onde a mente permanecesse inabalável diante dos prazeres e dores, assegurando assim a saúde espiritual e a sabedoria (Da Luz, 2019).

Aristóteles (384-322 a.C.), em contraste aos estoicos, acreditava que as paixões não deveriam ser eliminadas, mas sim submetidas ao controle da consciência (Jackson, 1989, p. 26). Ele reconhecia que as paixões tinham um papel natural na vida humana, mas enfatizava a importância de regulá-las através da virtude e da razão. Para Aristóteles, a moderação era a chave para lidar com as paixões, permitindo que contribuíssem positivamente para a vida sem dominar a mente e causar desequilíbrios.

Em relação aos estados de tristeza, é importante distinguir entre aqueles que são normais — não-patológicos — e a melancolia, que poderia estar associada a uma disfunção da *atrabilis*. A tristeza comum possui raízes morais e passionais, não configurando uma enfermidade em si. No entanto, a melancolia, segundo teorias antigas, estaria ligada a uma disfunção endógena e humoral do corpo, refletindo um desequilíbrio profundo nos fluidos corporais e, portanto, sendo considerada uma condição patológica (Zimmerman, 1995, n. p.).

Os médicos antigos, ao lidarem com sintomas e tratamentos psicológicos, reconheceram a natureza psicossomática de muitas doenças. Eles acreditavam nos efeitos de causas morais sobre a estrutura física do organismo, argumentando que as emoções influenciam diretamente o temperamento do indivíduo. Essa perspectiva integra a compreensão de que as paixões da alma se manifestam no corpo, e, se uma paixão nociva não for rapidamente controlada, pode evoluir para uma desordem orgânica (Starobinski, 2016, p. 34).

Já Galeno, autor romano, argumenta que não é possível considerar apenas a existência de três humores correspondentes às misturas das qualidades quente e úmida, quente e seca, fria e úmida (sangue, bile e fleuma), pois há ainda uma combinação – fria e seca – para a qual a natureza criou um órgão de purificação: o baço. Em sua obra “Das faculdades naturais”, Galeno descreve como cada um desses humores desempenha um papel crucial na fisiologia humana, destacando a complexidade do sistema humoral. O baço, em particular, é visto como responsável pela regulação da bile negra, associada à combinação fria e seca que pode levar ao estado melancólico (Mattern, 2011).

As práticas médicas antigas, conforme discutido por Cairns (2021, p. 59), incluíam o uso das emoções para restaurar o equilíbrio físico do corpo. Induzir o medo, uma emoção “fria”, poderia ajudar a neutralizar e reduzir a alta temperatura de um paciente febril. Inversamente, se um paciente estava com frio excessivo, provocá-lo a raiva poderia aumentar sua temperatura corporal. Essa abordagem reflete a compreensão humoral de que as emoções e os estados físicos estão interligados e podem ser manipulados para promover a saúde.

Ainda segundo a tradição médica antiga, “quando o temor e a tristeza persistem por muito tempo, é um estado melancólico”. Termo originado do grego “melan” (negro) e “cholis” (bílis). A bile negra, considerada um dos humores naturais do corpo, se tornava um fator patogênico de múltiplos efeitos quando superabundante, deslocada, inflamada ou corrompida. Este humor, atribuído ao baço e associado aos elementos terra (fria e seca) e à estação do outono, podia causar uma série de doenças como epilepsia, loucura furiosa (mania), tristeza profunda, e lesões cutâneas quando desequilibrado (Starobinski, 2016, p. 20-21).

Para os hipocráticos, o acesso melancólico estava ligado à “supressão das regras, do fluxo hemorroidal, e mesmo de uma supuração cutânea”. Ou seja, quando a bile negra deixava de ser eliminada, passava a causar a melancolia-doença. A teoria humoral comparava o corpo humano a um sistema hidráulico, onde a circulação e eliminação adequadas dos humores eram essenciais para a saúde. A falta de eliminação da bile negra resultava em seu acúmulo e conseqüente desordem, conforme descrito por Lima (2017, p. 15).

Portanto, a abordagem médica da época buscava uma visão holísti-

ca do funcionamento corporal, em que a saúde mental e a física estavam intrinsecamente conectadas. O equilíbrio entre a razão e as emoções, bem como o controle adequado dos fatores ambientais, continua a ser um ponto crucial para a promoção da saúde e bem-estar. Através da compreensão e regulação das paixões, seria possível alcançar um estado de harmonia mental e física que favorece a vida plena e saudável.

A Ascensão do Discurso Científico e as Paixões da Alma: o processo de substituição da teoria humoral

Após o domínio do discurso religioso medieval, com a ascensão do discurso científico protagonizada primeiro pelo renascimento e depois pelo iluminismo, novas produções físicas e médicas transformaram as explicações e os tratamentos para as paixões da alma.

Pode-se considerar Hobbes e Spinoza pioneiros na compreensão moderna das Emoções. Haja vista que Thomas Hobbes (1588-1679) foi um dos primeiros a destacar a importância do coração como órgão central na geração de efeitos somáticos. Hobbes identificou algumas emoções como “primárias”, entre elas apetite, desejo, amor, aversão, alegria e dor, enfatizando o papel crucial dessas emoções na experiência humana. Em contraste, Baruch Spinoza (1632-1677) relacionou as emoções a uma luta fundamental pela autoconservação, resumindo-as em três emoções básicas: desejo, prazer e dor. Spinoza argumentava que todas as emoções derivam dessas três fundamentais, refletindo a busca contínua do ser humano por autoconservação e bem-estar (Jackson, 1989, p. 31).

No mesmo século destes dois autores, houve a publicação de Robert Burton (1621), *The Anatomy of Melancholy*, que representou uma extensa

revisão dos conhecimentos existentes sobre a melancolia. Este trabalho marcou um ponto de inflexão na compreensão da melancolia e das emoções, à medida que a segunda metade do século XVII testemunhou importantes produções científicas que contribuíram para o declínio gradual da teoria dos humores. A melancolia, antes atribuída a desequilíbrios humorais, começou a ser entendida através de novas perspectivas, refletindo a evolução do pensamento médico e filosófico da época (Jackson, 1989, p. 101).

Já Thomas Sydenham (1624-1689), contemporâneo dos autores acima, foi um médico influente que atribuiu a causa de dois tipos específicos de melancolia, da histeria e da hipocondria, a desordens e corrupções dos espíritos, resultantes de uma fraqueza do sangue que permitia a passagem de “sucos degenerados.” Essa visão destacava a importância da pureza e circulação sanguínea na manutenção da saúde mental, representando uma mudança em relação às antigas explicações baseadas exclusivamente nos humores (Sydenham, 1676).

Também no século XVII, Thomas Willis (1621-1675) fez descrições detalhadas de estados clínicos relacionados à esquizofrenia e melancolia. Ele definiu a melancolia como “um delírio sem febre ou fúria associado ao medo e à tristeza,” classificando-a em dois tipos: universal (delírios sobre tudo) e particular (delírios focados). Willis mostrou ceticismo em relação à teoria humoral e começou a explorar explicações médico-químicas, introduzindo os “cinco Princípios dos Químicos” - Espírito, Enxofre, Sal, Água e Terra - para explicar a composição dos corpos e suas diferentes proporções (Jackson, 1989, p. 106-107).

No entanto, ainda no século XVII, René Descartes quebrou pa-

radigmas quando formulou uma das mais conhecidas teorias neurocêntricas, reafirmando a explicação fisiológica das paixões e introduzindo explicações mecanicistas em lugar das teorias humorais. Descartes via as paixões como percepções de estados afetivos na alma, causados por movimentos espirituais que agitavam o cérebro (Jackson, 1989, p. 30-31). Sua teoria dualista postulava que o sistema nervoso era o palco da interação entre a alma e o corpo, com a glândula pineal desempenhando um papel central nesse processo. A partir dessa teoria de causa neural, Descartes considerava que os aspectos corporais e as emoções sentidas eram derivados da mesma causa somática básica, integrando corpo e mente em uma explicação unificada.

Já no final do século XVII, figuras como Archibald Pitcairn e Friedrich Hoffmann foram os primeiros a aplicar a teoria mecanicista aos estudos das paixões. Ao longo do século XVIII, essa abordagem ganhou influência significativa. Pitcairn e Hoffmann propuseram que as explicações mecânicas poderiam elucidar as causas e os sintomas de doenças como a melancolia, oferecendo uma perspectiva inovadora que se distanciava das antigas teorias humorais (Jackson, 1989, p. 113).

Friedrich Hoffmann (1660-1742), um médico alemão, rejeitou amplamente as antigas teorias humorais. Ele propôs que a melancolia era uma afecção localizada no cérebro, causada por um espasmo na “dura mater,” a membrana externa que envolve o cérebro e a medula espinhal. Esse espasmo dificultava a passagem do sangue, resultando em sentimentos de tristeza, medo e desespero na alma. Hoffmann utilizou uma explicação causal baseada em mecânica simples e rigorosa, contrastando profundamente com as explicações baseadas nos vapores galênicos (Starobinski,

2016, p. 62).

Dessa maneira, pode-se dizer que durante o século XVIII, mesmo as explicações químicas das paixões foram gradualmente substituídas pelo mecanicismo, uma abordagem que havia sido criada no século XVII por grandes pensadores como Descartes, Gassendi, Borelli, Bellini, Boyle e Newton. O mecanicismo buscava explicar os fenômenos físicos, o movimento e a interação das partículas da matéria, utilizando princípios hidrodinâmicos que estavam transformando os conhecimentos de fisiologia da época (Queiroz, 1986, p. 310).

Também ao longo do século XVIII, houve uma ascensão significativa da filosofia sensualista, que atribuiu ao sistema nervoso uma maior responsabilidade sobre as paixões humanas. Durante o Século das Luzes, a percepção, a sensação, os nervos e o cérebro tornaram-se protagonistas na explicação do comportamento humano, colocando o sistema nervoso no centro das explicações científicas e filosóficas. Essa mudança de perspectiva marcou um afastamento das antigas teorias humorais, que associavam as emoções e doenças mentais a desequilíbrios nos líquidos corporais (Cabanis, 2020, p. 356).

Com essa nova abordagem, a doença mental passou a ser vista como uma desregulação das operações nervosas, em vez de um desequilíbrio na atrábilis ou corrupção dos líquidos corporais. A melancolia, por exemplo, passou a ter uma definição puramente intelectual, sendo descrita como o predomínio exagerado de uma ideia intensa sobre o espírito, aliado a um falso julgamento do perigo que o corpo corre. Esse entendimento refletia a transição para uma perspectiva mais racional e científica das condições mentais que se deu de forma processual ao longo do século XVIII. A se-

guir apresenta-se uma cronologia de autores que contribuíram para esse processo.

Robert Whytt (Edimburgo, 1714-1766) forneceu uma descrição detalhada do sistema nervoso, explicando como os nervos transmitem mensagens sensoriais e como desequilíbrios nesse sistema podem causar angústia. Ele identificou a hipocondria e a histeria como distúrbios nervosos resultantes de uma fraqueza dos nervos. Whytt apontou várias possíveis causas para esses distúrbios, incluindo uma sensibilidade intrínseca ao sistema nervoso, defeitos constitucionais, exposição a afetos violentos, e a presença de substâncias mórbidas no sangue. Outros fatores incluíam problemas na evacuação, quantidade insuficiente de sangue, fleuma dura, vermes intestinais, alimentos inapropriados, e paixões violentas da mente (Jackson, 1989, p. 276).

Anne-Charles Lorry (França, 1726-1783) contribuiu para essa nova compreensão das doenças mentais ao classificar a melancolia em dois tipos: humoral e nervosa. A melancolia humoral estava associada à atrabile e aos distúrbios digestivos a ela relacionados. Em contraste, a melancolia nervosa, descrita como “sem matéria”, não dependia dos humores e predominavam fenômenos convulsivos. Lorry postulava que o mecanismo da melancolia nervosa residia no nível das fibras que constituem o organismo. Em termos de tratamento, Lorry revisou toda a tradição médica e condenou práticas como a sangria ou a purga, enfatizando que, na melancolia nervosa, não havia nada para evacuar. A obra de Lorry situa-se em um ponto de transição entre duas teorias psiquiátricas distintas: a concepção humoral e a emergente teoria nervosa. À medida que a melancolia humoral começou a perder espaço para a melancolia nervosa,

Lorry adaptou suas práticas terapêuticas para refletir essa mudança paradigmática (Starobinski, 2016, p. 62-64).

William Cullen e Philippe Pinel associaram a melancolia hipocondríaca a distúrbios digestivos reais, combinados com uma preocupação exagerada do doente com sua saúde. Cullen, em particular, foi pioneiro ao introduzir o termo *neurose*, ampliando a tradição dos “distúrbios nervosos” e fornecendo um nome genérico para essas doenças. A contribuição de Cullen foi crucial para a evolução da psiquiatria, ao propor que as desordens nervosas, incluindo a hipocondria e outras formas de melancolia, eram doenças reais do sistema nervoso e deveriam ser tratadas como tal (Starobinski, 2016, p. 37).

Por fim, Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840) desempenhou um papel crucial nessa transição ao esforçar-se para banir os resquícios da teoria humoral. Esquirol até mesmo advogou pela não-utilização da palavra “melancolia”, sugerindo que fosse substituída por termos como “monomania triste” ou “lipemania” (Starobinski, 2016, p. 65-66). Ele procurou redefinir as condições mentais de forma que refletisse uma compreensão mais alinhada com as novas descobertas sobre o sistema nervoso e suas funções.

Algumas permanências da teoria humoral

Apesar do declínio das explicações humorais, a crença na existência do temperamento melancólico perdurou ao longo dos séculos. Pierre Jean Georges Cabanis (1757-1808) defendeu a manutenção da antiga teoria dos quatro temperamentos e acrescentou dois novos: um nervoso e um muscular. Segundo Cabanis, o temperamento não é causa direta de

doença mental, mas sim uma predisposição, um fundo orgânico sobre o qual os processos psicológicos se desenrolam. Assim, apesar da evolução das teorias médicas, persistiram formas de tratamento baseadas na teoria humoral, mesmo que fossem utilizadas apenas para aliviar sintomas como a constipação (Starobinski, 2016, p. 66-67).

Jean Raulin (1708-1784), médico de Luís XV, perpetuou a teoria galênica ao acreditar que as doenças das paixões da alma estavam ligadas aos vapores corporais. Ele explicava que quando essas matérias nocivas se acumulavam nas vísceras do abdômen, afetavam o espírito e causavam tristeza e inquietação. Raulin rejeitava o uso de purgantes, que poderiam ter efeitos psicológicos negativos, e preferia utilizar remédios alterantes e dissolventes, considerados menos perigosos (Starobinski, 2016, p. 58).

Apesar do avanço das novas concepções médicas sobre a melancolia e as doenças mentais, que gradualmente substituíram a teoria humoral, ainda persistiu a ideia de um regime de vida saudável e da importância da temperança, conceitos herdados das antigas teorias médicas e filosóficas. A crença na teoria da atrabile e nos malefícios da ação desse humor no corpo dos pacientes perdurou por muito tempo, sendo desmantelada de forma gradual ao longo dos séculos XVII e XVIII, culminando no surgimento de uma nova teoria no século XIX.

A doutrina dos seis não-naturais, que inclui aspectos como alimentação, exercício, sono e emoções, manteve-se relevante nas obras médicas do século XVIII, tornando-se uma preocupação tanto com a higiene física quanto moral, sobrevivendo por mais tempo do que a própria teoria humoral como explicação para a saúde e a doença. Assim, continua sendo necessário abordar os seis não-naturais ao estudar a patogenia e o trata-

mento das doenças no século XVIII. No contexto das paixões ou perturbações da alma, os médicos buscaram compreender o papel das emoções na etiologia das doenças, o que gerou um debate sobre o caráter fisiológico ou mental das emoções. Mesmo assim, até o século XVII, embora tenha sido amplamente discutido, nenhuma novidade em matéria médica se aproximou de refutar completamente o esquema humoral (Ioshimoto, 2009, p. 92).

Considerações transitórias

Durante a Modernidade, tratados médicos buscaram resgatar as paixões da alma e a melancolia das explicações religiosas e estabelecer um novo entendimento baseado na racionalidade científica. Dessa maneira, a ascensão do discurso científico na Modernidade trouxe profundas transformações nas explicações e tratamentos das emoções humanas. A racionalidade, promovida por esse avanço das ciências, tornou-se o novo alicerce para interpretar as paixões da alma, afastando-se tanto das explicações supersticiosas e religiosas que prevaleciam anteriormente quanto da própria teoria humoral.

O desenvolvimento de teorias mecanicistas e neurocêtricas (sensualistas), exemplificadas pela teoria de Descartes, substituíram as antigas explicações humorais e religiosas, promovendo uma visão mais racional e científica das paixões da alma, trazendo novas perspectivas sobre as emoções e sua relação com o funcionamento do corpo. Estas novas abordagens científicas substituíram gradualmente as explicações tradicionais, frequentemente baseadas em conceitos humorais. A produção científica durante a Modernidade ampliou significativamente o alcance das ciências,

transformando a visão da humanidade sobre suas emoções e estabelecendo um novo paradigma fundamentado na racionalidade, na experimentação e na fisiologia. Contribuições teóricas de figuras como Lorry, Whytt, Cullen, Pinel, Esquirol e Lorry ajudaram a redefinir as condições mentais, promovendo uma compreensão mais científica e menos supersticiosa das emoções e da saúde mental, refletindo a transição teórica acerca do tópico.

Esta mudança paradigmática não apenas redefiniu a compreensão das emoções, mas também influenciou profundamente a prática médica e a filosofia, estabelecendo as bases para o entendimento moderno das relações entre corpo, mente e emoções. Pois, enquanto Lorry adaptava suas práticas para integrar a nova teoria nervosa, Whytt elucidava a complexidade do sistema nervoso e seus impactos na saúde mental. Cullen e Pinel, por sua vez, expandiram o conceito de distúrbios nervosos, estabelecendo a neurose como uma categoria diagnóstica essencial. Essas evoluções marcaram o início do desenvolvimento de uma psiquiatria moderna, fundamentando-a em bases mais científicas e fisiológicas.

Em suma, pode-se dizer que os séculos XVII e XVIII foram períodos de intensa reavaliação e transformação na compreensão das emoções e doenças mentais. Haja vista que teóricos médicos contribuíram significativamente para a transição de antigas teorias humorais para novas explicações centradas no sistema nervoso e nas propriedades químicas do corpo. Essas mudanças refletiram uma evolução contínua no campo da medicina e da filosofia, estabelecendo as bases para o posterior nascimento da psiquiatria moderna.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **O homem de gênio e a Melancolia**: o problema XXX, I. Tradução do grego, apresentação e notas de Jackie Pigeaud. Trad. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução, introdução e notas de Ísis Borges Belchior da Fonseca. Prefácio de Michel Meyer. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CABANIS, P. J. G. **Revoluções e reforma da medicina**. Quixote, 2020.
- CAIRNS, Douglas. **A Cultural History of the Emotions in Antiquity**. Bloomsbury Academic, 2021.
- DA LUZ, D. Os Sofrimentos da Alma: As Paixões sob a Perspectiva do Estoicismo. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 109–132, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/14235>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- GALEN. On the natural faculties. In: **Hippocratic Writtings**. vol.10. Chicago/London/Toronto/Gemeva: Encyclopaedia Britannica, Inc./Harvard Universty Press., 1952. p 167 – 215.
- DESCARTES, R. (1649). As paixões da alma. In: **Os Pensadores**. Vol XV. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- LIMA, Luiz Costa. **Melancolia**: literatura / Luiz Costa Lima. São Paulo: Editora Unesp Digital Digital, 2017.
- IOSHIMOTO, Lilian Wurzba. **Natureza irreal ou fantástica realidade?** Uma reflexão sobre a melancolia religiosa e suas expressões simbólicas na obra de Hieronymus Bosch. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2009.
- JACKSON, Stanley W. **Historia de la melancolia y la depresion: des-**

- de los tiempos Hipocraticos a la epoca moderna.** Madrid: Turner, 1989.
- MATTERN, Susan. **The art of medicine Galen and his patients.** The lancet, v. 378, p. 478 – 479, 2011.
- NUSSBAUM, Martha C. **The Therapy of Desire: Theory and Practice in Hellenistic Ethics.** Princeton University Press, 1994.
- PLATÃO. “Fedro”. in: **Diálogos.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- PLATÃO. “A República”. in: **Diálogos.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- QUEIROZ, M. de S. O paradigma mecanicista da medicina ocidental moderna: uma perspectiva antropológica. **Rev. Saúde pública.**, S. Paulo. 20, 1986.
- SILVA, A. M. **As Múltiplas Faces do Sofrimento: A Experiência Melancólica na França do Século XVIII.** Annablume, 2008.
- SILVA, P. J. C. da. Saúde e conhecimento psicológico na França do século XVII. **Memorandum: Memória E História Em Psicologia**, 10, 2006. P. 33–44.
- STAROBINSKI, Jean. **A tinta da melancolia.** São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- SYDENHAM, T. **Medical Observations Concerning the History and Cure of Acute Diseases.** Trad. John Pechey, Classics of Medicine Library, 1979 (originalmente publicado em 1676).
- ZIMMERMAN, Francis. The History of Melancholy. **The Journal of the international institute.** Volume 2, Issue 2. Winter, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/spo.4750978.0002.205>>. Acesso em: 20 de julho de 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>

O café árabe: noções iniciais sobre o surgimento da bebida e dos seus espaços de consumo

Ricardo Gonçalves Rodrigues Filho¹

As origens da bebida

A trajetória do café pelo mundo começou em um momento difícil de precisar. Ao iniciar um tópico sobre a planta e a bebida em sua obra *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, de 1967, o consagrado historiador francês, Fernand Braudel (1902-1985), nos alerta: “Na história do café corremos o risco de nos perdermos. O anedótico, o pitoresco, o incerto ocupam nela um lugar enorme” (Braudel, 2005, p. 228).

Sem dúvida, a maior parte das narrativas que envolvem os princípios do café tem sempre um tom fantasioso que dá a história um caráter quase sobrenatural. Exemplo claro dessa lógica é a lenda que afirma que um homem, chamado Omar, fora condenado a morrer no deserto das proximidades da cidade iemenita de Mocha, localizada na parte sudoeste da península arábica. Lá, arrebatado por uma visão, o condenado teria sido conduzido a um cafeeiro, do qual pode se alimentar e se encher de

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculado ao laboratório Saberes e Sabores. ricardogrffilho@hotmail.com

vigor para voltar a cidade. Chegando nela e apresentando os frutos, Omar teria sido recebido como um enviado de Alá para presentear os homens com a dádiva da rubiácea (Standage, 2005, p. 110).

No entanto, a narrativa que mais se consagrou sobre a descoberta do café afirma que um pastor etíope de cabras, de nome Kaldi, ao pastorear seu rebanho em uma região montanhosa notara que os animais tinham os ânimos renovados ao comerem dos frutos avermelhados de um arbusto. Curioso, ele provara das cerejas e experimentara em si mesmo a sensação estimulante provocada pela cafeína, que o levava a dançar junto de suas cabras. A partir de então, o café teria chegado ao conhecimento dos homens e se espalhado (Martins, 2008, p. 18).

Se esse conto é ainda bastante carregado de um caráter mítico, ele, ao menos, faz uma correção necessária sobre a origem da planta. O cafeeiro, de fato, é de origem etíope, região que fica a nordeste do continente africano, e lá ele já era consumido antes da descoberta e da manipulação dos árabes. Nesse local, consumia-se a polpa doce esmagada, ou misturada em banha, além de um preparo alcóolico, a partir da fermentação das cerejas. E, ainda, eram realizadas infusões com as folhas, que também costumavam ser mastigadas. Vale lembrar que as folhas do arbusto também possuem cafeína, mas em menor percentual, se comparadas aos frutos (Martins, 2008, p. 19).

Foi nos séculos XV e XVI que o café começou a figurar com mais intensidade nos registros escritos, e um dos principais documentos, de 1556, sobre a capilarização do hábito de beber café no mundo árabe foi escrito pelo acadêmico Abd al-Qadir al-Jaziri, que o intitulou de *Umdat al safwa fi hill al-qabwa* (Argumento a favor do uso legítimo do café). É

nesse relato que encontramos o nome do árabe responsável pelo preparo do café como conhecemos hoje, torrado, moído e passado em água quente. Muhammad al-Dhabani, visitando a Etiópia teria voltado a Áden, cidade portuária do Iêmen, apresentando o fruto aos círculos sufistas, movimento do qual ela era membro (Morris, 2019, p. 47). O fato de al-Dhabani pertencer a ordem sufista e ter levado o café inicialmente a esses grupos foi um importante fator de garantia do sucesso da nova bebida em terras muçulmanas.

O sufismo é uma vertente teológica e de prática devocional que surgiu no islamismo, provavelmente por influência dos movimentos monásticos cristãos, e que tem como objetivo a união íntima do ser humano com a divindade, buscando a união definitiva entre o criador e a criatura. Característicos por suas danças, os sufis se reuniam, e se reúnem até hoje, em rituais coletivos permeados por música e poesia. Por ser composto por homens e mulheres comuns, envolvidos nos mais variados ofícios daquela sociedade, no século XV, o café acabou não ficando restrito às reuniões, mas indo junto com seus participantes para o cotidiano das cidades (Hourani, 2005, p. 165-167).

Não demorou muito para que o hábito de consumir a bebida se espalhasse pelas regiões de domínio islâmico. Tendo chegado ainda no século XV à capital religiosa de Meca, o café acabou por ganhar ainda mais adeptos, pelo grande fluxo de pessoas que passavam pela cidade. Isso, sobretudo, em decorrência da obrigação religiosa de visitar à cidade do profeta ao menos uma vez na vida, que ocorre anualmente, e que se denomina *hajj*. Nesse momento, Meca já contava com ambientes de consumo do café, e os peregrinos encontravam-se nesses lugares para recuperarem-

-se da viagem e para estabelecerem contatos, na maior parte das vezes proveitosos para o comércio. Experimentando aí a bebida, eles levavam às suas terras a notícia da novidade e, muitas vezes, os grãos para prepará-la (Caldas, 2006, p. 29-30).

No entanto, antes de se consagrar enquanto bebida árabe, o que fica evidenciado inclusive pela nomenclatura científica que a planta recebeu, "*Jasminun Arabicum*", o café sofreu algumas ofensivas, com argumentos que mobilizavam, de modo sobressalente, as noções religiosas. O embate mais emblemático se deu em Meca, no ano de 1511. O governante Khair Beg (1464-1522), convencido da incompatibilidade da beberagem com os princípios islâmicos, acabou por proibir o consumo e a venda, mandando fechar os locais públicos onde era vendida, queimar publicamente os estoques existentes e ordenando, ainda, a prisão e o espancamento para aqueles que fossem pegos ingerindo a bebida ou traficando seus grãos. As principais bases de sustentação dessa condenação vieram da exposição de dois médicos persas, que afirmavam que o café causava confusão mental, de modo semelhante às bebidas alcólicas. Contudo, ao solicitar o envio do relatório desses médicos ao Cairo, Beg acabou tendo como resposta o desprezo das autoridades daquela cidade, o que o levou a arrefecer em sua perseguição (Hattox, 1996, p. 29-36).

O centro da argumentação contrária à proibição do café estava no fato de que, por maior que fosse a quantidade de café que se tomasse, a bebida não causava, de fato, uma alteração dos sentidos de modo a confundir a percepção da realidade, como as bebidas alcólicas faziam. O que ocorria com os bebedores era, na verdade, um estímulo e uma manutenção dos sentidos e da vigília, impedindo o sono. Portanto, o café estava mui-

to mais próximo de alimentos como a cebola e a pimenta, que também causavam efeitos físicos, e eram amplamente difundidos no mundo árabe, do que com os líquidos inebriantes, expressamente proibidos (Standage, 2005, p. 111-112).

As casas de café

É difícil precisar onde foi fundado o primeiro estabelecimento que tinha como intuito a venda de café já preparado para o consumo. Mas, como supracitado, Meca aparece como um dos primeiros locais documentados em que esses espaços surgiram. Essas casas de café, ainda anteriores à querela de 1511, eram compostas por grandes salões, forrados de tapeçaria que, provavelmente, tinha origem persa, e com muitas esteiras de palha espalhadas, onde era possível sentar-se para consumir a bebida e conversar. Além disso, esses espaços acabaram por incorporar a apresentação de música e rodas jogos, que atraíam ainda mais clientes (Caldas, 2006, p. 30).

Apesar desse pioneirismo da capital do profeta, é inegável a contribuição de Constantinopla para o desenvolvimento desses locais, bem como para toda a cultura do café. Fundada com o nome de Bizâncio em 658 a.C., a cidade passou se chamar Constantinopla em homenagem ao imperador Constantino, desde pelo menos de 330 d.C. No entanto, a partir de 1453, com a tomada da cidade pelos turcos, uma nova configuração se estabelece. É importante notar que, nesse momento, a cidade já possuía altos índices demográficos e chegou, no século XVII, a ser uma das mais populosas e ricas do globo, contando com uma organização complexa e uma população diversa, muito destacada pelas relações comerciais que se

estabeleciam alí (Ellis, 2011, p. 13-15).

O mais provável é que a bebida tenha chegado à capital turca a partir do Iraque. Nela, se desenvolveu um aparto de preparo e uma ritualística que criou uma marca distintiva para a bebida. Foi aí que o café ganhou classificações e utensílios de preparação e serviço que não eram utilizados para nenhum outro tipo de alimento. Em concomitância, segundo Fernanda Camargo-Moro a bebida também foi bastante influente na construção da identidade e do cotidiano da cidade, estabelecendo um “tempo de parada, de reunião, de divisão de sensações comuns (odor, gosto, vista), marca de hospitalidade, conclusão de um negócio, pausa para abrandamento ou necessidade de retomar forças” (Camargo-Moro, 2005, p. 297-299).

Nesse sentido, o estudo do historiador estadunidense, Ralph Hattox, é um dos expoentes e mais importantes no Ocidente, até o presente, para entender as dinâmicas das primeiras cafeteiras otomanas. Trabalhando com uma documentação variada, que incluiu peças originais em árabe, ele analisou o surgimento e o desenvolvimento desses novos espaços em sua obra *Coffee and Coffeehouses: The Origins of a Social Beverage in the Medieval Near East*, de 1985.

De acordo com ele, a venda da bebida na capital dos turcos se iniciou ligada, também, a uma dificuldade em comerciar o café em grão, como era recebido nos portos, vindo sobretudo do Iêmen. A partir disso, homens começaram a preparar a bebida e realizarem sua venda em barracas pela cidade. O intuito desses empreendimentos era justamente que os transeuntes não se detivessem por muito tempo, mas saíssem com seu café pela cidade. Não há dúvida de que esse foi um importante começo

para a difusão do café em uma cidade tão numerosa, como era Istambul. No entanto, as casas de café, embora tendo como precursoras essas primeiras barracas itinerantes, se diferiram, em muitos aspectos, delas. Em um trecho, falando sobre as possibilidades de sociabilidade interna e externa, ele apontou que a casa de café:

[...] de Istambul oferecia a oportunidade para diversão ao ar livre para quem assim o desejasse: “Também no exterior do edifício há bancos de alvenaria, com esteiras, onde podem sentar-se aqueles que desejam estar ao ar livre e observar os transeuntes.” Muitas vezes havia grandes lâmpadas colocados ao longo dos tetos das casas de café, por causa de sua popularidade à noite, especialmente em dois períodos do ano: no verão, quando o frescor da noite atraía pessoas para fora; e no *Ramadan*, quando muitos escolheriam quebrar o jejum com uma xícara ou duas, e quando havia as atuações mais frequentes de contadores de histórias (Hattox, 1996, p. 82).²

Ou seja, o espaço não se destinava exclusivamente ao mero consumo, mas trazia em si a ideia da reunião, do convívio, da conversação, da diversão comum, entre outras dimensões da sociabilidade.

É importante notar que, passados os primeiros momentos de embeate entre a religião e a bebida, o café acabou por ajusta-se de forma

² Tradução nossa: of Istanbul coffeehouse furnished the opportunity for al fresco enjoyment for those who so wished: “Outside the building as well there are benches of masonry, with mats on them, where they can sit who wish to be out in the open air and watch the passers-by.” ¹⁹ Quite often there would be great lamps placed along the ceilings of the coffeehouses, because of their popularity at night, particularly at two times of the year: in summer, when the cool of the evening would draw people out; and in RamaQan, when many would choose to break their fasts with a cup or two, and when there were the most frequent performances by story-tellers (Hattox, 1996, p. 82).

bastante propícia às noções muçulmanas, de modo que se possa afirmar que não só a bebida, mas também o novo espaço modificou a maneira de socialização em Istambul. Sendo um ambiente lícito para estar, diferente das tavernas em que bebidas alcóolicas eram comercializadas, as casas de café davam espaço para todos os que pudessem pagar por uma xícara, sendo os lugares distribuídos por ordem de chegada e não por posições sociais distintas. Essa lógica acabava por ir na contramão dos banquetes, habituais entre eles, uma vez que não se baseavam na exibição de riquezas e bens, mas na divisão de um espaço que poderia estar voltado para diversos fins, simultaneamente (Morris, 2019, p. 52-53).

De fato, as casas de café turcas tornaram-se, segundo Fernanda Camargo-Moro, o lugar privilegiado do encontro. Nelas, encontravam-se o forasteiro e local, conversava-se sobre tudo, e principalmente sobre os assuntos que estavam na ordem do dia, seja sobre o comércio, a arte, um ocorrido fortuito ou sobre a política. E isso ocorria de tal modo que as autoridades infiltravam espões nesses espaços para descobrir como estava sua reputação e que tipo de assunto corria por ali (Camargo-Moro, 2005, p. 300). Esse hábito de colocar espões nas casas de café para se informar sobre as opiniões políticas e evitar possíveis motins e oposições, além de difamações, se repetiu, posteriormente, na própria Europa, sobretudo em Paris (Burke, 2003, p. 122), o que deixa claro que esses ambientes concentravam em si uma nuance fundamental da vida na cidade. No caso Europeu, o filósofo e sociólogo alemão, Jürgen Habermas, associou esses espaços com o surgimento do que ele chamou de esfera pública (Habermas, 2014, p. 141).

Outro importante aspecto que compunha a socialização nesses es-

paços eram os divertimentos por meio de jogos como o xadrez e o gamão, além do consumo de fumo, por meio de narguilés e cachimbos (Camar-go-Moro, 2005, p. 300).

A perspectiva dos viajantes e a chegada do café na Europa

Diversos viajantes saíram da Europa em direção às regiões de domínio muçulmano. Com intenções parecidas e interesses comuns, esses homens tiveram contato com o café e seus espaços, e produziram desses encontros relatos ricos que nos ajudam a compreender essa realidade.

O primeiro registro importante veio dos escritos do médico Leonhart Rauwolf (1535-1596), que em viagem aos países do Levante escreveu sua “Descrição Real de Viagem aos Países Orientais”³. Em sua obra, de 1583, Rauwolf estava preocupado principalmente com os usos medicinais que os frutos da rubiácea ofereciam, embora tenha também descrito aspectos como o sabor, o aroma e as noções sociais em torno do café (Cowan, 2005, p. 16).

Entre os ingleses, o pioneiro foi o clérigo viajante William Bid-dulph, que escreveu sobre a bebida em uma carta, no ano de 1600. A Inglaterra merece especial atenção, nesse sentido, pois foi em suas terras que primeiro desenvolveu-se de forma numerosa a cultura das casas de café. Em seu relato, Bid-dulph fala sobre o modo de preparar e sobre como o consumo se dava com a bebida ainda muito quente. É especialmente interessante como o clérigo associa o café à vida cotidiana dos turcos, afirmando que essa bebida se ajustava bem a constituição daqueles homens, e que estava para eles, como o vinho estava para os ingleses (Cowan, 2005,

3 Originalmente: “Eigentliche Beschreibung der Reise in die Morgenlaender”

p. 5).

Contudo, o relato de George Sandys (1578-1644) é mais revelador no que diz respeito às casas de café. Chegando à capital em 1610, ele anotara em seu caderno de bolso que para se estabelecer bem e fazer contato com homens que possuíssem interesses em comum, sobretudo comerciais, era preciso sentar-se nas casas de café onde, segundo ele, consumiam uma bebida “preta como a fuligem e com um gosto que não diferia disso” (Ellis, 2011, p. 20). Sua descrição aponta, como supracitado, a posição central desses espaços dentro das relações estabelecidas na cidade.

Ainda muitos outros viajantes, inclusive anteriores a esses, escreveram sobre o cafeeiro, a bebida e os espaços de consumo do império Otomano e do mundo árabe, de modo geral⁴. Com a introdução de cargas de café na Europa em 1615, por meio dos portos da cidade de Veneza (Braudel, 2005, p. 228), a primeira casa de café europeia só aparece em 1650, na cidade britânica de Oxford (Cowan, 2005, p. 25) e seu desenvolvimento pleno⁵, em um padrão que passou a ser copiado, só se dá na França, nos fins do século XVII, com a fundação do café Procope, em 1686, na cidade de Paris (Leclant, 1969, p. 96).

É inegável, no entanto, que a cultura das viagens e dos relatos dos viajantes acabou por levar para a Europa não só o conhecimento botânico e gastronômico do café, mas, ainda, as noções sociais que os muçulma-

4 Para mais ver: COWAN, B. *The social life of coffee: the emergence of the British coffeehouse*. New Haven: Yale University Press, 2005; FREGULIA, J. M. *A rich and tantalizing brew: a history of how coffee connected the World*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2019.

5 Aqui, entende-se por “desenvolvimento pleno” o momento em que há uma consolidação do espaço por meio de um padrão que passa a ser reproduzido na Europa e fora dela, e que se associa às noções de bom gosto, distinção social e refinamento.

nos criaram e desenvolveram em torno da beberagem. Com as devidas adaptações, as casas de café europeias possuíam muitas semelhanças com aquelas que eram encontradas em terras muçulmanas, seja no ambiente propício às conversações livres ou por meio dos elementos que compunham o preparo e o serviço da bebida.

REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. V.1
- BURKE, P. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CALDAS, S. **Café: um grão de história**. São Paulo: Dialetto, 2006.
- CAMARGO-MORO, F. **A ponte das turquesas: Bizâncio, Constantinopla, Istambul**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- COWAN, B. **The social life of coffee: the emergence of the British coffeehouse**. New Haven: Yale University Press, 2005.
- ELLIS, M. **The Coffee-house: A Cultural History**. London: Orion Books, 2011.
- FREGULIA, J. M. **A rich and tantalizing brew: a history of how coffee connected the World**. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2019.
- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- HATTOX, R. **Coffee and coffeehouses: The Origins of a Social Beverage in the Medieval Near East**. Washington: University of Washin-

gton Press, 1996.

HOURANI, A. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LECLANT, J. O café e os cafés em Paris. **Revista de História**, São Paulo, v. 39, n. 79, p. 69–83, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128816. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128816>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MARTINS, A. L. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORRIS, J. **Coffee: A global History**. London: Reaktion Books, 2019.

STANDAGE, T. **História do mundo em 6 copos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Louça de Vandelles: dos laboratórios de Coimbra às mesas de Portugal

Lucas Onorato Braga¹

O surgimento da Ciência Moderna, entre os séculos XVI e XVII, representou um marco crucial na história do pensamento ocidental, caracterizado por uma profunda transformação na produção intelectual e cultural da Europa. Esse período foi marcado por um gradual distanciamento do conhecimento escolástico medieval, baseado na autoridade da tradição e na interpretação teológica, em direção a uma abordagem empírica e experimental da natureza (Kury, 2001, p. 205).

Nesse novo contexto, a História Natural ascendeu a um papel de destaque nas academias e universidades, tornando-se o foco principal da investigação científica. O domínio da natureza, antes relegado a um segundo plano em relação à teologia e à filosofia, passou a ser considerado fundamental para o progresso e o bem-estar social. A capacidade de compreender e controlar certos fenômenos naturais era vista como uma fonte essencial de poder e prosperidade, permitindo ao homem civilizado explorar os recursos do mundo e melhorar sua qualidade de vida (Kury, 2004, p. 110).

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Em Portugal, esse processo ganhou um impulso significativo em 1764, com a chegada do naturalista paduano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), conhecido em terras lusitanas como Domingos Vandelli. Convidado pelo Marquês de Pombal para integrar o corpo docente do Real Colégio dos Nobres, Vandelli rapidamente se tornou uma figura central no cenário científico português, contribuindo decisivamente para a institucionalização e o desenvolvimento das ciências naturais no país (Braga, 2023, p. 16).

Para mais, Vandelli foi um dos membros fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), ocupando uma posição de destaque entre os sócios efetivos que formaram o núcleo inicial da instituição. Sua produção científica, vasta e diversificada, abrangia desde a botânica e a química até a mineralogia e a zoologia, sempre com um enfoque marcadamente prático e utilitário. Essa ênfase na aplicação do conhecimento científico aos problemas concretos da sociedade refletia a visão vandelliana, que via na ciência um instrumento essencial para o progresso e o bem-estar social (Moraes et al., 2011, p. 76).

Nesse sentido, Vandelli pode ser considerado um dos principais mentores da ação das instituições científicas lusitanas, como a Universidade de Coimbra e a própria Academia Real das Ciências. Suas inúmeras publicações, tanto no âmbito acadêmico quanto em periódicos e jornais, contribuíram para difundir o conhecimento científico e estimular o debate público sobre temas relevantes para o desenvolvimento do país.

Vandelli desempenhou um papel fundamental na criação e organização de importantes instituições científicas, como o Museu de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda, assim como, o Laboratório Quí-

mico, Jardim Botânico e o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra que se tornaram o complexo científico e centros de referência para a pesquisa e o ensino das ciências naturais em Portugal. Nas últimas décadas de sua vida, o naturalista paduano consolidou sua posição entre a alta nobreza, atuando como conselheiro do príncipe D. João e assumindo o cargo de deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (Braga, 2023, p. 184).

No âmbito da Universidade de Coimbra, Domingos Vandelli fundou a Fábrica do Rossio de Santa Clara, em 1784. Reconhecida por sua sofisticação e qualidade, a louça vandelliana se destacou como uma das mais importantes produções cerâmicas de Portugal no período, alcançando tamanha popularidade que passou a ser conhecida como “louça de Vandelles”², como veremos a seguir.

A louça de Vandelles

A Fábrica do Rossio de Santa Clara implementou técnicas inovadoras e aprimorou a qualidade da pasta cerâmica, resultando em peças de alta qualidade, com acabamento fino e decoração requintada. A louça vandelliana se caracterizava pela utilização de cores vibrantes e pela aplicação de motivos florais, frequentemente inspirados na flora local. Essa produção se tornou um marco na história da faiança portuguesa, influenciando a produção de outras fábricas e estabelecendo um padrão de excelência para a época. Outro exemplo da relação lusa com a porcelana do Rossio são as xícaras de chá da fábrica que ganharam a alcunha corrente de *bandelli*:

² Em diversos estudos encontramos a referência “louça de Vandelles”. Mas, também, encontramos a grafia “louça Vandel”, como citado por Lígia Cruz (1976, p. 34).

A louça Vandelli distingue-se pelo branco imaculado dos fundos e por uma tonalidade que nenhuma outra manufatura nacional conseguiu encontrar, um matiz laranja rosado que demonstra domínio técnico deste mestre químico italiano, sabiamente conjugado com outras cores suaves, numa paleta absolutamente distinta de todas as outras conhecidas em território nacional. [...] A produção de Vandelli influenciou numerosos ceramistas, nomeadamente António José Gonçalves Neves, pai fundador do Museu Nacional Machado de Castro (Museu Nacional de Machado de Castro, 2008, p. 20).

Figura 1: Prato fabricados na Fábrica do Rossio de Santa Clara.



Fonte: Museu Nacional Machado de Castro, 9456; C478.

Mas o investimento do naturalista paduano na área de faiança³ não se deu ao acaso. Vandelli já se interessava pelo assunto mais de uma década antes. Em 1772 o naturalista havia se correspondido com o Governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pedindo que ele pesquisasse “todas as especies de terras as quais podem servir para fazer e pintar louça” (Valente, 1949, p. 20). Em outro momento, temos em uma de suas memórias uma reflexão sobre o assunto ao afirmar que “o espato fusivel, ou Feltspat, [...] do qual misturado com argila branca, mandei fazer amostras de porcelana, bem transparentes, por ser este o mesmo material que entra da Saxonia” (Vandelli, 1789, p. 189-199). Da mesma maneira, um de seus alunos registra as pesquisas do paduano no laboratório químico:

No laboratório Chimico desta Universidade se tem feito varias experiencias, por direcção do meu Sapiientissimo Mestre sobre a arte de fabricar a louça, das quaes experiencias se tem deduzido tanta vantagem sobre a louça branca, a de pó de pedra, a porcelana, e os cadilhos que seria para dezejar, que as outras fabricas procurassem para seu augmento o imitar das ditas experiencias (Baptista, 1789, p. 293).

Sobre as experiências realizadas, Vandelli chegou a enviar amostras pra Correia da Serra mostrando o resultado de suas pesquisas ressaltando que “a porcelana da qual lhe mandei a amostra he composta de argila e

3 “1. Louça de barro envernizado ou coberto por esmalte. 2. Louça de pó de pedra”. Faiança. In: **Michaelis**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, São Paulo, 2022. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=faian%C3%A7a/> >. Acesso em: 28 mar. 2023.

felthspat” (Ayres, 1927, p. 209). O Visconde de Barbacena, que também estava sendo informado sobre os estudos, opinou positivamente de que lhe foi “entregue dos camafeos, q na qualid.e da Porcelana não me parecem inferiores aos do Brigadeiro, e espero que depois de feita nova forma, o não sejam em cousa alguma” (Ayres, 1927, p. 503).

No dia 15 de julho de 1773, o Marquês de Pombal elogiou o então reitor da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos pela “ideya da Nova Fábrica de Telha Vidrada, que V. S.^a ahi estabeleceo com utilidade não só dessas Reaes Obras; mas tão bem publico” (Melo, 1937, p. 94). No entanto, a fábrica da Universidade não se ocupou apenas da produção de telhas, mas também tijolos, azulejos e, pela descrição das ferramentas do local, louças (Cruz, 1976, p. 28). Vandelli tentou adaptar a fábrica da Universidade para a fabricação de porcelana, mas com as sucessivas vistas o projeto nunca foi pra frente. Da mesma forma, chegou a propor a construção de uma oficina na Congregação da Faculdade de Filosofia, em 1781, mas não logrou sucesso (Cruz, 1976, p. 34).

Devido às tentativas frustradas, abriu sua própria fábrica, visto que já tinha alcançado experiência suficiente nos anos anteriores. Em 1787 recebeu o alvará exclusivo de permissão para tirar, nas províncias da Beira do Minho, os materiais necessários para a produção de louça. E, com a necessidade de ampliação, pediu o aforamento do terreno do Rossio a qual lhe foi concedida em 1788.⁴ Além disso, foi dado ao paduano o direito exclusivo sob as fórmulas de tintas e outros materiais de produções que ele havia criado no Laboratório de Química, sendo proibida a reprodução das *louças de Vandelles* sem autorização do mesmo (Martins, 2006,

4 Processo relativo ao aforamento de um baldio nos arredores de Coimbra para a instalação de uma fábrica de louça, em 1787. ANTT, DP/Beira, mç. 317, nº 24531.

p. 93). Contudo, o paduano não se limitou a Coimbra quanto ao tema da porcelana.

No dia 7 de agosto de 1786, participou de uma sociedade com João Bernado Guedes (?-?) e Diogo José de Araújo (?-?), fundando uma oficina no Porto sendo sua contribuição apenas técnica com suas “receitas de Louças de pó de pedra, etc” (Valente, 1950, p. 178) enquanto os sócios se encarregavam da empresa. Além disso, ainda no mesmo mês, estabeleceu uma nova sociedade junto dos parceiros anteriores com a adição do Capitão João Pereira de Miranda (?-?) e João Roberto da Fonseca Torres (?-?), dando origem a Fábrica do Cavaquinho, na mesma condição de participação que no empreendimento do Porto. É nesse processo de ampliação de participação na indústria que atingiu a primazia do desenvolvimento de louças com pó de pedra da qual ele foi o precursor em Portugal (Cruz, 1976, p. 37).

À guisa de conclusão

Buscamos compreender a trajetória de Domingos Vandelli em Portugal, observando sua contribuição para o desenvolvimento da História Natural na segunda metade do século XVIII. O naturalista paduano promoveu a institucionalização das ciências naturais, como os Museus de História Natural e Jardins Botânicos da Ajuda e da Universidade de Coimbra, assim como, a Academia Real de Ciências de Lisboa.

As ações vandellianas traduzem o contexto científico característico das últimas décadas do Antigo Regime português, para além de seu empenho na renovação científica, o naturalista construiu redes que envolveram a participação de pessoas e instituições, recebendo apoio e finan-

ciamento do Estado. Por meio de tal expediente, foi possível a criação de uma teia de informação que possibilitou ao governo luso conhecer melhor seu território e suas potencialidades. A Fábrica do Rossio de Santa Clara, fundada por Vandelli, não apenas produziu a renomada louça que leva seu nome, mas também simbolizou a aplicação prática do conhecimento científico produzido pelo paduano, assim como, seu discurso utilitário da História Natural em prol do desenvolvimento econômico do reino.

REFERÊNCIAS

- AYRES, Christovam. **Para a história da Academia das Ciências de Lisboa**. Lisboa: Imprensa da Universidade, 1927.
- BAPTISTA, Manuel Dias. Ensaio de huma descrição, ftzica, e Economica de Coimbra, e seus arredores. In: **Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)**. v. 1. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.
- BRAGA, Lucas Onorato. **Domingos Vandelli (1735-1816): História Natural e utilitarismo ilustrado em fins do Antigo Regime português**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2023.
- CRUZ, Lígia. **Domingos Vandelli: alguns aspectos da sua actividade em Coimbra**. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1976.
- “Faiança”. In: **Michaellis**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, São Paulo, 2022. Disponível em: < ht-

[tps://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=faian%C3%A7a/](https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=faian%C3%A7a/) >. Acesso em: 28 mar. 2023.

- KURY, Lorelai. Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio. In: SOARES, Luis Carlos. **Da revolução científica à big (business) science**. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001. p. 105.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde**. Mangueiras, v. 11, p. 109-29, 2004. p. 110.
- MARTINS, Décio; FIOLHAIS, Carlos. **As ciências exactas e naturais em Coimbra**. 2006. p. 93.
- MELO, Sebastião José de Carvalho e. Ofício sobre a aprovação das plantas para os novos edifícios e sobre a fábrica da telha, com advertências nesta matéria, 15 de julho de 1773. In: ALMEIDA, Manuel Lopes. **Documentos da Reforma Pombalina**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937. p. 94.
- MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva; Filosofia natural lusa: a *viagem philosophica* e a política iluminista na América Portuguesa Setecentista. **Confluente**, v. 4, n. 1, 2011. p. 76.
- MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO. **Catálogo da Exposição “Cerâmica de Coimbra séc. XVI – séc. XX”**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra/Ministério da Cultura/Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional Machado de Castro, 2008. p. 20.
- MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO. Fábrica do Rossio de Santa Clara, **Prato**. 1784-1816. Prato circular com de-

coração policroma. No fundo, ramos maiores e menores, em alternância, dispostos de forma circular e na aba, grinalda enrolada em filete, suportado por ganchos presos aos triângulos reentrantes, pendentes do duplo filete que define o bordo, 33,7 cm. Museu Nacional Machado de Castro, 9456; C478. Disponível em: < <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=156648> >. Acesso em 30 mar. 2023.

VALENTE, Vasco. **Cerâmica Artística Portuense dos séculos XVIII e XIX**. Porto: Emp. Gráfica, 1950. p. 178.

VALENTE, Vasco. **Porcelana Artística Portuguesa**. Porto: Imp. Moderna, 1949. p. 20.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais deste reino das quais se poderia tirar utilidade. In: **Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)**. v. 1. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 189-199.

Circulação de discursos científicos e saberes médicos sobre o cacau e o café no manual agrícola O Fazendeiro do Brasil (1798-1806)

Eduardo Gomes Molulo Moisés¹

Introdução

O Período Moderno é marcado por um conjunto de transformações no campo dos estudos médicos, possibilitado, entre outras coisas, pelo gradual desenvolvimento de uma ciência pautada em práticas experimentais e no emprego da razão. Tal fato proporcionou aos estudiosos da época a atmosfera adequada para que pudessem estender seus horizontes e aperfeiçoar seus conhecimentos terapêuticos, de modo a garantir a evolução dos cuidados para com a saúde das populações (Merlo, 2015).

Contudo, os processos que levaram a tais mudanças se deram em velocidades variadas, começando a se destacar enquanto um novo sistema de interpretação da medicina apenas entre a segunda metade do século 17 e o século 18. Desse modo, cabe ressaltar que os séculos 15 e 16 eram ainda assinalados pela prevalência das teorias humorais formuladas ini-

1 Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura. CV: <http://lattes.cnpq.br/9264053080258013> E-mail: eduardo.molulo1998@gmail.com

cialmente por Hipócrates de Cós (460 a.C. – 377 a.C.). Segundo o médico grego, o corpo saudável seria composto por um balanço entre quatro humores que fluiriam em seu interior: o sangue, a fleuma, a bile negra e a bile amarela. Fazendo uma associação entre a estrutura interna do indivíduo e o mundo natural que o cerca, Hipócrates propunha que o organismo humano se associaria aos “movimentos do universo”, que através das variações de estações, de temperaturas e de condições geográficas, por exemplo, impactariam na concentração de cada uma dessas substâncias no interior dos sujeitos (Frias, 2005).

Herdeiro e continuador das análises hipocráticas, Cláudio Galeno (130-210) foi responsável por promover uma grande racionalização da teoria humoral. Com efeito, através da associação da perspectiva do médico grego às teorias de outros pensadores da Hélade – a exemplo dos filósofos Platão (428 a.C. – 348 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) –, Galeno desenvolveu um *corpus* original de obras, centrado em sua doutrina dos quatro temperamentos. Segundo esta visão, no interior dos corpos humanos existiria – como acontece em toda a natureza – o domínio natural de um dos humores sobre os demais, que formaria o temperamento dos sujeitos. Assim, a pessoa que fosse predominantemente composta por sangue seria definida como sanguínea; aquela em que a fleuma se notabilizasse seria fleumática; colérica, caso fosse composta principalmente pela bile amarela; e melancólica, caso avultasse a bile negra (Rabelo, 2019, p. 91-92). É necessário destacar, no entanto, que a naturalidade de tal domínio não impedia o excesso de uma substância no interior dos indivíduos. Pelo contrário, a teoria galênica compartilhava com a hipocrática a influência do meio sobre a saúde e a doença, sendo os temperamentos influenciados, entre outras coisas, por ocasião de enfermidades, mudanças

climáticas, pela atividade laboral exercida, pelo espaço habitado e mesmo pela idade dos sujeitos (Montanari, 2013, p. 84).

Entretanto, no decorrer dos séculos 17 e 18, diversas mudanças nas sociedades europeias levaram ao nascimento de novos modelos de interação com o meio ambiente, o universo e o próprio ser humano. Movidos, entre outras coisas, pelo aprofundamento dos diálogos com outros povos e do conhecimento sobre espaços antes desconhecidos, somados ao desenvolvimento de seu próprio continente, os europeus foram levados a produzir novas formas de pensar e novos enunciados científicos que tiveram impacto, entre outras coisas, no saber médico. (Merlo, 2015, p. 52).

Para que tal processo se tornasse possível, muito contribuiu a criação de academias científicas no interior de vários Estados europeus. Resultados de uma renovação dos modelos de formulação de conhecimentos ocorrida a partir do século 17, tais instituições constituíram o espaço ideal para a produção científica no Velho Continente ao longo do Setecentos. Tendo como primeiros modelos a *Royal Society of London* (1662) e a *Académie Royale des Sciences* (1666), tais ambientes científicos se multiplicaram ao longo do século 18 e permitiram não apenas a produção, mas também o compartilhamento de novos saberes em uma escala nunca antes vista (Porter, 2003, p. 87-91). Integradas em uma dinâmica que envolvia a reunião de informações feita através de enviados transcontinentais encarregados de inventariar as potencialidades da natureza asiática, africana e americana, as academias de ciências eram parte do movimento conhecido como *viagens filosóficas*, voltadas à classificação da fauna e da flora mundiais através da taxonomia do botânico Carlos Lineu (1707-1778), visando fins utilitaristas e econômicos (Raminelli, 2008).

Tais mudanças também impactaram a produção de conhecimentos médicos, que no decorrer desse processo foram cada vez mais se ligando ao modelo científico e se associando a práticas experimentais e ao racionalismo. Desse modo, o médico foi paulatinamente incumbido de conhecer a estrutura corporal humana – algo intensificado pelo desenvolvimento da ciência anatômica e do conhecimento sobre o funcionamento do corpo – e de detectar enfermidades tal como os naturalistas detectavam e classificavam as espécies que descobriam na natureza (Merlo, 2015, p. 52). Podemos perceber este novo estágio de composição da terapêutica ocidental através da análise de avanços como os promovidos por William Harvey (1578-1657), que descobriu, em 1628, como se dava o funcionamento da circulação do sangue nos seres humanos; e no próprio destaque dado à prática cirúrgica, que durante o século 18 se igualou ao conhecimento médico (Merlo, 2015, p. 57-58).

Todavia, se a Modernidade foi assinalada por um conjunto de transformações nas formas de se produzir conhecimentos médicos, seu decurso não deixou também de ser composto por elementos de continuidade, entre os quais se destaca a preeminência da dietética enquanto prática terapêutica. De fato, a alimentação aparecia, desde o desenvolvimento das teorias hipocrático-galênicas, como parte da manutenção e recuperação da saúde dos sujeitos, tendo influência direta sobre os humores e temperamentos individuais (Frias, 2005; Montanari, 2013, p. 84-85). Do mesmo modo, os cientistas dos séculos 17 e 18 pensavam na aquisição de conhecimentos sobre produtos naturais como uma maneira de, entre outras coisas, assegurar a saúde dos povos que compunham seus domínios (Raj, 2007), aspecto de grande importância no cenário de disputas econômicas e imperiais cada vez mais intensas no interior da Europa.

No bojo desse processo, o caso português é singular. Com efeito, é certo, por um lado, que Portugal jamais se afastou das questões relacionadas à ciência no decorrer do Período Moderno, tendo a Monarquia financiado e protegido instituições científicas desde o Seiscentos, a exemplo da Academia dos Singulares (1663). Todavia, foi somente a partir de meados do Setecentos que o desenvolvimento científico do reino ibérico chegou ao seu auge, com a fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1779 (Merlo; Viana Jr, 2021, p. 130-131). Subvencionada por um grupo de intelectuais associados à política monárquica, o estabelecimento da Real Academia significou uma renovação de grande importância para que Portugal restaurasse a relevância há muito tempo perdida no continente. Dessa forma, através da promoção de um conhecimento pragmático e direcionado ao desenvolvimento da sociedade lusa e ao fornecimento de informações acerca da natureza dos territórios dominados pelo império português, as autoridades políticas visavam restabelecer a projeção que o reino um dia teve em relação às demais nações europeias (Merlo, 2018, p. 34; Malerba, 2020, p. 41).

Como parte dessa dinâmica de atualizações, um conjunto de textos que tratavam das potencialidades naturais dos territórios sobre domínio de Portugal foram produzidos, versando, entre outras coisas, sobre as propriedades medicinais dos produtos encontrados. Neste trabalho, nos propomos a expor alguns resultados de uma análise feita através do manual agrícola *O Fazendeiro do Brazil melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fábricas, que lhes serão próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*, publicado entre os anos de 1798 e 1806 em Lisboa pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Fazendo uso dos três volumes que compõem o

Tomo 3 da obra e que tratam do cacau e do café, nossa questão central é compreender como a publicação se insere no contexto de difusão e apropriação de conteúdos – em nosso caso, aqueles de natureza medicinal – acerca de tais culturas agrícolas no Império luso. Entretanto, é necessário anteriormente explorar alguns aspectos de nossa fonte, destacando sua relação com seu contexto de produção e os objetivos de sua compilação.

Entre conhecimentos científicos e investimentos econômicos: os significados da publicação da obra *O Fazendeiro do Brasil*

O Setecentos é caracterizado por diversos embates entre os Estados imperiais europeus, que visavam se destacar em relação a seus oponentes nas disputas que ocorriam no interior do continente e nos territórios por eles dominados no Ultramar. Em tal contexto, o desenvolvimento científico atrelado à apreensão da natureza se definiu como uma importante forma de garantir o avanço e a felicidade dos reinos, sendo a História Natural e seus operadores doravante responsabilizados pela instrumentalização da natureza em prol das populações (Merlo, 2018, p. 31-32).

Contudo, o reino português, ainda que sempre alinhado aos preceitos culturais presentes nos demais Estados do continente europeu durante a Modernidade, apenas veio a promover maiores investimentos em suas instituições científicas no decorrer do século 18, em um processo que atingiu seu apogeu com a Real Academia das Ciências de Lisboa (1779). Diante desse cenário, a introdução da História Natural teve um papel de grande importância. Promovida após a chegada ao reino do naturalista paduano Domingos Vandelli (1735-1816), em 1764, a disciplina trouxe profundo destaque às chamadas “ciências úteis”, possibilitando assim a

aceleração do ritmo de descobrimentos acerca das propriedades naturais dos territórios dominados pelos portugueses em outros continentes. Por sua atuação, Vandelli se constituiu enquanto uma figura de peso no ambiente científico luso, sendo um dos fundadores da Real Academia (Merlo, 2019, p. 850).

Ora, tal foi o contexto de produção da documentação utilizada em nossa pesquisa. *O Fazendeiro do Brazil melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fábricas, que lhes serão próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto* foi um compilado de textos agrícolas elaborado em onze volumes que foram divididos em cinco tomos. Sua autoria é diversa e conta com textos escritos por indivíduos das Antilhas inglesas e francesas, dos Estados Unidos da América, de diferentes territórios da Europa e também do Brasil, que, conforme ressalta o próprio título, seriam os maiores conhecedores das temáticas trabalhadas nos capítulos da obra. Ao longo de suas mais de 2.900 folhas paginadas – às quais se somam diversas ilustrações, páginas em branco e não-numeradas – encontramos conteúdos de natureza técnica e informativa sobre viveres ainda pouco explorados na América portuguesa e cuja produção deveria ser fomentada; bem como sobre outros, a exemplo do cacau e do café, que já eram produzidos no território e que deveriam ter seu cultivo potencializado (Merlo, 2019, p. 853).

Seu compilador foi o frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Natural da capitania das Minas Gerais, o frei Veloso chegou a Portugal em 1790, tornando-se, em 1796, diretor do *Paládio português, ou Clarim de Palas, que anuncia periodicamente os novos descobrimentos na agricultura, artes, manufaturas, comércio etc*, periódico científico

voltado à divulgação de inovações de diferentes segmentos das ciências úteis e que, como tal, se inseria na dinâmica ilustrada de difusão de um saber destinado a fins econômicos e imperiais. E foi também com essa série de objetivos que o autor publicou, entre os anos de 1783 e 1790, sua primeira obra, a *Florae Fluminensis*. Promovendo um trabalho de descrição e classificação de exemplares da flora e de outros objetos naturais da província do Rio de Janeiro, a obra se ligava a uma demanda premente no contexto em que foi finalizada, visto que:

Inventariar a flora da capitania tinha um objetivo utilitário evidente, já que identificar exatamente cada uma das espécies vegetais locais seria o primeiro passo para a exploração eficaz de produtos naturais, nos moldes da cultura administrativa e científica que os governantes “ilustrados” pretendiam estabelecer na época [...] (Kury, 2015, p. 248).

Foi um esforço parecido que moveu a compilação de *O Fazendeiro do Brazil*. A coleção, lançada durante o período em que Veloso coordenou a Tipografia do Arco do Cego e promovida em conjunto com D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, visava fomentar mudanças na produção agrícola da América lusa através da instrução dos proprietários de terras a partir das reputadas melhores metodologias existentes à época para o plantio das espécies às quais seus tomos eram dedicados (Kury, 2015, p. 250-251).

Tais motivações aparecem nitidamente em seu Tomo 3, que trata do cultivo do café (Partes 1 e 2) e do cacau (Parte 3). Tais espécies, oriun-

das de outros territórios, conquistaram diferentes camadas sociais no continente europeu ao longo da Modernidade. Símbolo da reflexão racional e parte constituinte da alimentação de pensadores de destaque, o café foi considerado uma bebida característica da burguesia, sendo, de acordo com o historiador Jules Michelet (1798-1874), um líquido envolvido no próprio despontar da Revolução Francesa (Carneiro, 2003). Já o cacau e o chocolate, por sua vez, foram partes destacadas da mesa aristocrática europeia, sendo moda entre os grupos mais proeminentes das sociedades de diferentes reinos do Velho Mundo (Lemps, 1998). Todavia, cabe ressaltar que seu impacto vai muito além da dimensão conspícua de seu consumo, sendo ambos os frutos ingeridos também por conta de suas qualidades terapêuticas (Carneiro, 2003; Lemps, 1998).

Desse modo, é possível perceber a importância que a divulgação de conhecimentos que otimizassem a produção de tais espécies assumiu no contexto aqui tratado. Com efeito, através do Tomo 3 da coleção, o frei Veloso buscou promover conteúdos que auxiliassem no avanço econômico através da agricultura de ambas as plantas, permitindo que os leitores da obra tivessem acesso a mais de 800 páginas numeradas de informações a respeito de diferentes facetas do plantio, da colheita e do transporte dos frutos, além de um conjunto de imagens e de conteúdos que, caminhando em consonância com as inovações do período, permitiam o acesso a informações sobre questões que estavam muito além daquelas às quais originalmente o manual se propunha.

Nos utilizando do arcabouço metodológico proporcionado pela Análise de Conteúdo de Dionne e Laville (1999), nosso objetivo é realizar uma seleção das informações relativas ao aspecto medicinal do cacau

e do café presentes na obra. Desse modo, buscamos analisar os níveis de vinculação existentes entre os discursos médicos vindos da Antiguidade e aqueles marcados pelos padrões da Nova Ciência, desenvolvidos ao longo dos séculos 17 e 18 e atrelados a perspectivas de cunho racionalista e empírico (Merlo, 2015).

As interpretações médicas sobre o cacau e o café em *O Fazendeiro do Brasil*: uma análise

Como assinalado anteriormente, o Tomo 3 da obra *O Fazendeiro do Brasil* é marcado por uma série de discursos médicos apresentados por diferentes autores que, versando sobre assuntos variados, destacam a saúde como importante componente da trajetória dos produtos sobre os quais dissertam – o que, por sua vez, revela a importância do fator terapêutico como razão para fomentar seu cultivo. Assim, cabe salientar que boa parte dos conteúdos sobre a temática aparecerão de forma fragmentada e associada a outras questões.

Ora, é justamente desta maneira que as primeiras informações acerca do consumo medicinal do café surgem na fonte. Trazendo um relato sobre a história do fruto e de sua difusão, o autor do texto, que indica ser um copiadador de John Ellis, destaca os benefícios que um indivíduo da região da Arábia encontrou na ingestão da planta. Segundo o trecho:

Gemaleddin, tendo tido ocasião de passar á Persia, no tempo da sua detença, vira alguns dos seus paisanos beber Café, ao que então não tinha dado atenção, mas, tendo voltado a Aden, e achando-se indisposto, e lembrando-se de ter visto aos paisanos da Persia

beberem Café; e esperando de tirar algum proveito desta bebida, se resolvêra a experimentalla per si mesmo, e, tendo feito a sua experiencia, não só recobrára a saude, mas que tambem perceberá outras qualidades proveitosas deste liquor, como são as de alliviar as dores de cabeça, avivando, e animando os espiritos, e sem prejudicar a constituição, precaver a somnolencia, ou peso da cabeça [...] (Historia do café..., apud Veloso, 1798, p. XIX-XX).

Segundo a fonte, inclusive, teria sido a função estimulante do café a razão que levou a sua popularização na região da Arábia Feliz, principalmente por conta dos benefícios de tal propriedade para a realização de vigílias religiosas em Meca. Tal fato levou ao espraio do produto, que chegou cada vez mais a novos territórios e foi objeto de novos trabalhos médicos. Tais estudos tinham em comum uma perceptível valorização da ingestão do grão para o estômago. Com efeito, Prospera Alpino, em sua *História das Plantas do Egito* (1591) aponta que: “[...] Esta bebida tem propriedades physicas muito boas: fortalece o estomago debil, remedêa a digestão, e o tumor, ou obstrucções do figado, e baço, sendo tomado em jejum por algum tempo [...]” (Historia do café..., apud Veloso, 1798, p. XXXV).

Reforçando os benefícios do fruto para as questões estomacais, o Abade Rosier afirma que:

Não se passou muito tempo, que senão conhecesse que esta bebida purificava o sangue por huma doce agitação, que dissipava os pezos do estomago; alegrava o espirito; e a adoptarão ainda aquelles, que não tinham precisão alguma de estarem despertos [...] (Rosier, apud Veloso, 1798, p. 168).

Figura de particular destaque para os objetivos deste trabalho, Rosier chama a atenção por demonstrar, em seus escritos, como se dava a relação entre a perspectiva hipocrático-galênica e a visão científica emergente no período. Tal fato se destaca, por exemplo, em sua apresentação das indicações e dos malefícios da ingestão de café, onde informa que:

O Café favorece a digestão, aquece, aumenta o curso das ourinas, aparta o somno, pacifica a embriaguez pelos espiritos, excita algumas vezes o fluxo menstrual, suspenso pela impressão dos corpos frios, tende a diminuir o excesso da gordura: he prejudicial aos temperamentos sanguíneos biliosos, as crianças, e as mulheres, se são propensas a molestias convulsivas. O Café convem nas molestias de fraqueza aos temperamentos pituitosos, as pessoas sedentarias phleumaticas, cujo estomago conserva os alimentos por muito tempo com sentimento de pezo em a região epigástrica: allivia sensivelmente na hemicrania; e nas molestias de cabeça, causadas pelas más digestões. O Café com creme he prejudicial ás mulheres, por lhes ocasionar perdas brancas. Louva-se muito as lavagens, ou cristeis de Café nas apoplexias (Rosier, apud Veloso, 1798, p. 196-197).

Fica perceptível, desse modo, como as propriedades do produto receberam maior atenção por parte daqueles que, em fins do século 18, produziam trabalhos sobre a História Natural. Foi por meio do aproveitamento de estudos já existentes que o Abade Rosier, que não deixa de ser um seguidor de certos preceitos de Hipócrates e de Galeno, apresenta sua interpretação acerca do café.

Tal realidade se repete na apresentação do cacau na obra. De início,

encontramos, já nas primeiras páginas da Parte 3 do Tomo, uma referência ao uso da manteiga ou óleo de cacau no tratamento de hemorroidas e para a melhora da pele. Assim, segundo a fonte:

[...] Algumas vezes pacifica e faz cessar a dor das hemorroidas, applicando-se algum algodão embebido nelle. As pessoas pacientes desta molestia podem admittir o seu uso utilmente duas ou tres vezes cada mez, para prevenirem a volta deste accesso, e fazer fluir brandamente as hemorroidas. As creoulas Hespanholas servem-se delle para embellezar a sua pelle, e tirar-lhe as vermelhidões, e botões (Rosier, apud Veloso, 1798, p. 7).

Em outros escritos, vemos a análise do fruto e de sua bebida através dos preceitos galênicos. E percebe-se, nesse sentido, que diferentes autores tinham interpretações diversas quanto à questão, uma vez que, apesar de boa parte concordar sobre o caráter frio do produto, outros o apontam como temperado ou quente.

Ademais, a coleção também apresenta as abordagens sobre a planta segundo os preceitos da ciência setecentista, ressaltando o empenho de certos autores em dialogar com outros textos sobre a temática e pela valorização do experimentalismo enquanto forma de validação de discursos de saber. Tais características são visíveis na abordagem de M. de Caylus, autor selecionado por Veloso para integrar *O Fazendeiro do Brazil* e que criticava a análise inicial dos espanhóis acerca do cacau, tomando-a como baseada em perspectivas equivocadas. Desse modo, afirma que:

Os Hespanhoes, que forão os primeiros, ao depois da conquista

do novo mundo, que conhecêrão o Cacao, assentárão, como hum principio, ou com hum axioma, que o Cacao era frio, e secco, e, que participava da terra. Não acompanhárão esta resolução, e decisão com algum exame, discurso e experiencia; menos se sabe, donde souberão isto, que talvez fosse da tradição, e opinião dos habitantes primitivos. Seja o que for, he mui natural que d'hum principio tão falso houvessem de tirar consequencias mui erroneas [...] (Caylus, apud Veloso, 1798, p. 109).

Caylus ainda apresenta em sua análise um experimento químico feito com o fruto. Tal prática lhe permitiu descobrir propriedades nunca antes assinaladas por outros autores, como seu poder de restauração e de nutrição dos corpos, seu poder de estender a longevidade e seu caráter temperado.

Considerações finais

A análise do Tomo 3 da coleção *O Fazendeiro do Brasil* nos possibilitou entender as relações estabelecidas à época de sua produção entre dois modelos de conhecimentos médicos. Um, oriundo das teorias humorais pensadas primeiramente no Mundo Antigo, que se pautavam em uma associação entre o corpo humano e a natureza e definiam práticas curativas que passavam não apenas pela melhora da estrutura interna dos indivíduos, mas também por uma adequação desta a sua realidade externa; e outro, surgido a partir dos séculos 17 e 18 como resultado das mudanças na ciência do período e que estava ancorado no emprego do racionalismo e do experimentalismo.

A partir desses dois sistemas de interpretação, os profissionais en-

volvidos com a História Natural na Europa, focados em estabelecer um domínio sobre as espécies que compunham os territórios dominados pelos Estados do Velho Mundo ao longo da Modernidade – entre as quais se encontravam o café e o cacau –, buscaram determinar possíveis relações existentes entre os novos frutos com os quais entravam em contato e as práticas médicas. Dessa forma, ao longo da obra percebemos como integração diferentes modelos terapêuticos, ora associados à busca pelo equilíbrio dos fluidos constituintes dos indivíduos, ora pautados em análises experimentais dotadas de fins utilitaristas.

Em conjunto, ambos os modelos analíticos presentes na coleção colaboraram para enriquecer os aspectos ambicionados com sua publicação, uma vez que a partir deles seria possível promover a produção de espécies como o café e o cacau, utilizadas não apenas como recursos gustativos, mas também como parte do processo de recuperação e manutenção da saúde das populações.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade**: uma história da alimentação. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2003.
- FRIAS, Ivan. **Doença do corpo, doença da alma**: medicina e filosofia na Grécia clássica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.
- KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. **Revista História**, São Paulo, n. 172, jun./jul. 2015, pp. 243-277.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber**. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

- LEMPS, Alain. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. In: FLANDRIN, JeanLouis; MONTANARI, Massimo (orgs.). **História da Alimentação**. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, pp. 465-475.
- MALERBA, Jurandir. **Brasil em projetos**: história dos sucessos políticos e planos de melhoramentos do reino. Da Ilustração portuguesa à Independência do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- MERLO, Patrícia. Ciência a serviço do reino: sociabilidade e reformismo ilustrado nas últimas décadas do império atlântico português. **Dimensões – Revista de História da UFES**. Vitória, n. 41, 2018, pp. 30-51.
- MERLO, Patrícia. O Fazendeiro do Brazil: política ilustrada e produção de alimentos na divulgação científica do Império Luso em finais do século XVIII. Rio de Janeiro: **Anais da XIV Semana de História Política: Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira**, 2019, pp. 849-861.
- MERLO, Patrícia. Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português. **Dimensões - Revista de História da UFES**. Vitória, n. 34, 2015, pp. 50-68.
- MERLO, Patrícia; VIANA JR.; Fernando Santa Clara. Cacau e café nos discursos científicos sobre os novos cultivos alimentares em “O Fazendeiro do Brazil”, 1798-1806. In.: IVO, Isnara; PAIVA, Eduardo. **Povos, lugares e dinâmicas sociais no Brasil, entre os séculos XVIII e XXI**: Conceitos, culturas, políticas, identidades. São Paulo: Alameda, 2021.
- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

- PORTER, Roy. **The Cambridge History of Science: The Eighteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- RABELO, Dianina Raquel Silva. **Um olhar para o céu e para as pedras: conhecimento científico no Lapidario de Afonso X de Castela – teoria e prática médica (século XIII)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- RAJ, Kapil. **Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Scientific Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.
- VELOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil: melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto**. 11 v. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1798- 1806.

História da Alimentação como chave para outras leituras da Modernidade

Fernando Santa Clara Viana Junior¹

Maria Nayane Alves Bezerra²

A investigação histórica é um processo de (re)exame do passado, que não se limita apenas aos eventos pretéritos, mas também às narrativas que os abarcam. Essas narrativas são construídas por sujeitos, refletindo perspectivas singulares sobre os fenômenos históricos, as quais são preservadas por meio de artefatos, documentos e registros, além do próprio discurso. São as narrativas, os discursos, que resguardam, moldam e reinterpretam os acontecimentos ao longo do tempo. Os discursos, então, constituem o passado, mais do que os eventos históricos em si (Foucault, 2008).

Assim, pensar a História-disciplina é pensar também as histórias dos fazeres, das contações, dos repasses, dos pontos de vista, das revisitações. Se as histórias se modificam na medida em que o passado é revisita-

1 Doutor em História, gastrônomo e historiador. Professor do curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do Núcleo de Pesquisa e Aplicação em Gastronômias e Sociedades (NUPAGAS).

2 Especialista em Cozinha Brasileira, gastróloga e mestrandia em Gastronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Aplicação em Gastronômias e Sociedades (NUPAGAS).

do, em que ouvimos outras pessoas, em que relemos objetos com os olhos de outros tempos, a História não se propõe anacrônica. Afinal, é a partir dessas revisitações que discursos são elaborados em outras conformidades com o período de tempo ou contexto histórico em que está sendo analisado. Mário Quintana (2005, p.285) já dizia que “o passado não reconhece o seu lugar: está sempre no presente”. Desta forma, a História está inserida num escopo de problematizações do passado a partir de uma pluralidades de leituras do presente, que se atualizam a todo instante, num devir-presente que se elabora num futuro que insiste em chegar (Deleuze; Guattari, 1995). O presente provoca o que vemos do/no passado. A História é, então, provocada a se propor provocadora.

Além disso, fruto de um presente já bem passado, muito tem se questionado sobre o papel dos discursos hegemônicos dentro da produção dos conhecimentos históricos. “O perigo de uma história única” (Adichie, 2019), como já sabemos, alerta para os riscos de contar ou acreditar em uma única narrativa sobre pessoas, culturas ou eventos, pois isso pode levar a estereótipos, preconceitos e uma visão distorcida da realidade. Quando apenas uma história é contada, essa narrativa tende a se transformar em um estereótipo que simplifica excessivamente a complexidade das experiências humanas, perpetuando preconceitos e discriminação, repentinando análises em torno de uma vivência única como sendo uma espécie de verdade universal. Além disso, a dominação de uma única narrativa deixa de lado vozes e histórias outras, resultando na perda da diversidade cultural e na simplificação da realidade. Esse fenômeno silencia grupos, perpetua desigualdades e distorce a própria história como fato ao apresentar apenas uma versão dos eventos. Assim, a aceitação acrítica de uma única história impede outras reflexões necessárias para refletir diferentes perspectivas e

entender a complexidade do mundo, o que acaba promovendo uma visão incompleta e, muitas vezes injusta, das sociedades humanas.

Passemos, então, cientes de toda a pluralidade existente no debate, ao nosso objeto de reflexão.

A Modernidade, período histórico euro-ocidental compreendido entre os séculos XV e XVIII (Ladourie, 1994), foi narrada ao longo do tempo a partir dos grandes personagens, dos grandes nomes dos homens que estiveram à frente dos Estados, dos grandes feitos. É o próprio Estado a grande instituição que marca a concepção de Modernidade (Bresser-Pereira, 2017).

Essas hagiografias compõem o cenário das narrativas históricas desde, pelo menos, o que se convencionou chamar de Idade Média (cf. Almeida, 2014). Entretanto, essas escritas perdem algum espaço nas análises do período do século XX, talvez desde os *Reis Taumaturgos* (Bloch, 1999), obra produzida em 1924. Norbert Elias (1993; 1994), por sua vez, olhou, a partir da sociologia histórica, o entorno de Luís XIV, e não mais o rei-sol, em especificidade. Em sua obra, Elias observou como o rei organizou o seu entorno, mas como o entorno também se organizou entre si e com(ntra) o rei, nos momentos oportunos ou de necessidade. Ladurie (2004), por sua vez, historiador como Marc Bloch, usou os escritos do duque Saint-Simon para questionar Elias, em 1997. A fim de observar a sociedade cortesã de Luís XIV por outra ótica, revisando fontes e utilizando escritos diários do cortesão, Ladurie trouxe à cena outros elementos que compreendiam o cotidiano e perpassava a realeza luiscatorziana. Saint-Simon foi mais um pretexto para outras narrativas sobre o período.

Evidenciamos os recortes acima apenas a título de ilustração. Re-

tomando o sobredito, a História é formada por narrativas, que estão em disputa, que apagam, silenciam e evidenciam pessoas e fatos ao seu bel prazer de eleger o que deve ser contado.

Aqui, escolhemos contar as potencialidades das narrativas da Modernidade a partir dos olhares produzidos nos envolvimento com o que põe luz sobre a alimentação enquanto prática, desde o exercício do alimentar-se até os processos que envolvem a alimentação, premissa de sobrevivência de qualquer ser vivo - falamos aqui da vida humana, em específico. Buscamos compreender a relevância da História da Alimentação como perspectiva na interpretação do passado e no contexto das construções políticas das sociedades europeias. O que come, como come, quando come uma sociedade, o que utilizam para preparar sua comida, para consumir a comida, é também uma busca por compreender o que é ou era uma sociedade em um dado recorte do tempo e do espaço (Viana Junior, 2020).

Aqui, então, nos comprometemos a pensar dois elementos básicos para o uso da História da Alimentação a partir das leituras da Modernidade: (1) o que podem o alimento e as práticas de seu entorno nos contar, e (2) quais são as potencialidades narrativas que emergem dos objetos nos estudos em alimentação do período em tela. Assim, sem nos estender, queremos propor uma provocação narrativa que permita outros olhares sobre o passado e, quem sabe, outros vieses narrativos para leituras do presente.

A política História Moderna à mesa

Inicialmente, cabe pensarmos na história do que foram ditos *gran-*

des homens da Modernidade como um viés do que convencionou-se chamar de História Política (cf., a exemplo, Michelet, 1989). Esta abordagem constitui-se em um campo de estudo dentro da disciplina histórica que se concentra na análise e na compreensão das atividades, instituições, ideias e eventos políticos. Em linhas gerais, é uma abordagem que examina como o poder é exercido, disputado e organizado nas sociedades, assim como o impacto das decisões políticas nas vidas das pessoas - quando falamos da Modernidade, destacadamente sobre a vida das elites - e no desenvolvimento dos Estados-nação.

Essa abordagem também se propõe investigar uma variedade de temas políticos, incluindo a estrutura e as dinâmicas de governos e sistemas políticos, as relações entre líderes políticos e cidadãos, as ideologias políticas, os movimentos sociais, os conflitos e guerras, as mudanças constitucionais, entre outros aspectos. A história política também pode examinar o papel de indivíduos específicos na política e o impacto de eventos políticos em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos (Martins, 2018).

Em resumo, a história política busca entender como as relações de poder se manifestam ao longo do tempo e como as decisões políticas moldam a história das sociedades humanas, tendo, como ponto chave de abordagem, os grandes feitos dos homens. Na contravia da visão tradicional, acreditamos que a compreensão dos fenômenos políticos, em qualquer período, pode ter, associada à análise das práticas alimentares, outras perspectivas do que moldou sociedades e estruturas políticas.

René Rémond (2003), historiador francês que debate o que chamou de nova história política, enfatizou a importância da pluralidade de

abordagens e da interdisciplinaridade na compreensão desta nova história. Partindo dessa reflexão, compreendemos que a alimentação é parte da expressão política de uma sociedade, e vai além da mera subsistência, manifestando-se como um elemento nas complexas redes sociais, forjadas ao longo do tempo por relações de poder, dinâmicas sociais e complexidades culturais, representativas do tecido social.

Podemos refletir, por exemplo, sobre a distribuição e acesso aos alimentos, processos cruciais na configuração do poder político (Viana Junior, 2020). A escassez ou abundância alimentar refletem diretamente na estabilidade política de um território, podendo desencadear movimentos sociais e revoluções. Um exemplo disso no período em tela foi a Revolução Francesa, marco de transição entre a Modernidade e a Contemporaneidade. Além disso, a mesa política era um espaço simbólico de negociação e afirmação de poder. Banquetes, festins e rituais alimentares eram ferramentas políticas utilizadas para destacar hierarquias sociais e estabelecer alianças. As escolhas alimentares das elites políticas frequentemente serviam como meio de diferenciação social, expressão de identidade política e controle social. A análise das mudanças nas práticas alimentares ao longo do período moderno revela transformações sociais mais amplas.

Para ampliar esta perspectiva, é útil considerar comparações entre diferentes períodos históricos e regiões geográficas. Como a relação entre alimentação e política evoluiu da Idade Média para a Modernidade e posteriormente para a Contemporaneidade? E como essas práticas variaram em diferentes partes do mundo, como na Europa, Ásia e Américas? E dentro dos próprios territórios, como as especificidades foram construídas ao longo do tempo? (Flandrin; Montanari, 1998). Estudar essas variações

pode revelar padrões e peculiaridades significativas.

Exemplos específicos e estudos de caso detalhados enriquecem a análise. A corte de Luís XIV, com seus banquetes opulentos, serve como um exemplo claro de como a alimentação era utilizada para exibir poder e controlar a nobreza, como nos diz na já citada obra de Norbert Elias (1993). A mesa, o espaço de alimentação, eram também cenários para conflitos muito relevantes.

Seguindo adiante e pensando no trânsito de mercadorias e insumos destinados à alimentação, é impossível não refletirmos sobre o que fizeram as grandes navegações nos cotidianos alimentares, não só dos sujeitos invasores das colônias, como no cotidiano alimentar nas próprias terras invadidas e na dieta das pessoas escravizadas, aqui numa abordagem a voos de pássaro. Entram aí, a exemplo do que moldou o período moderno nas colônias, a produção, a circulação e o consumo do açúcar, que produziu profundas implicações políticas, econômicas. (cf. Flandrin; Montanari, 1998; Cascudo, 2011; Freyre, 2013; Mintz, 2003).

A perspectiva sociocultural também é uma abordagem crucial. Explorar os significados simbólicos e culturais dos alimentos e práticas alimentares ajuda a entender como hierarquias e identidades políticas foram reforçadas. Os rituais e cerimônias alimentares, por exemplo, não eram apenas momentos de celebração, mas também oportunidades para a negociação de poder.

A apropriação de alimentos que constituem elementos culturais para determinados povos (a mandioca, o dendê, dentre outros) diz respeito a processos ligados às potencialidades comerciais de alimentos mundo afora. São afetações simbólicas e econômicas que se apresentam parale-

lamente. Logo, tal como feito com a cana de açúcar, explorar e circular alimentos culturais também era uma forma de testar as potencialidades mercantis da comida mundo afora (Cascudo, 2011; Kury, 2013).

Porém, de modo oposto às sociedades agrícolas, a natureza da modernidade se manifesta sob aspectos geográficos, espaciais e temporais, com restrições e fronteiras bem delimitadas tanto no espaço geográfico quanto no espaço-tempo. Como exemplo, a periodização do tempo e a padronização de calendários universais, que revelam o esforço em se domesticar e dominar o tempo natural, caracterizando-se como um quadro temporal de funcionamento da sociedade, que molda as formas de comunicar, interagir e viver. (Bozolla, Zocchi, 2023; Le Goff, 1990).

Além disso, o desenvolvimento de tecnologias impactou diretamente as estruturas políticas e sociais do período. A melhoria nas técnicas de produção, conservação e transporte de alimentos, por exemplo, facilitou o controle militar e administrativo de territórios.

Um grande exemplo disso são os livros de cozinha. Não são produtos da Modernidade, é claro. Já na Antiguidade temos registros de práticas culinárias, muitas vezes associadas a perspectivas médicas, inclusive (cf., a exemplo, Flandrin; Montanari, 1998). Entretanto, os livros de cozinha destinados a cozinheiros ou chefes/mestres de cozinha, são um advento tecnológico do período. Associado à prensa tipográfica, os livros de cozinha moldaram os paladares das cortes do período Moderno, trazendo à luz o que era considerado mais relevante de se ter atravessando as comensalidades cortesãs do período (Viana Junior, 2020).

Seguindo, a análise dos movimentos sociais e revoluções também é enriquecedora. As revoltas alimentares sofriam com questões ligadas

ao provimento de alimentos, como foi o caso da Revolução Inglesa. A escassez de alimentos, a mudança de impostos sobre os alimentos produzidos, importados e distribuídos, a alimentação das pessoas envolvidas na guerra, dentre uma série de outros elementos (Thirsk, 2007), permite que olhemos para o fenômeno a partir da alimentação, e narremos outras perspectivas deste marco político tão importante da Modernidade.

Há, ainda, o que a autora Maria Izabel Oliveira chamou de “motins da fome” (Oliveira, 2007) na Inglaterra e na França ao longo da Modernidade. Este, inclusive, é um excelente viés para se refletir sobre como os grupos menos abastados eram abastecidos e como se alimentavam, reflexões alternativas aos trabalhos que reproduzem o discurso hegemônico de alimentação das elites.

Aproveitamos a oportunidade, então, para darmos seguimento à abordagem proposta, elencando os sujeitos dos quais a História da Modernidade não dá conta de narrar em sua perspectiva hegemônica, e como a alimentação pode ser um viés relevante à elaboração das reflexões.

Os testemunhos subalternizados da Europa Moderna: o que pode a história da alimentação?

Na análise histórica, como dissemos, o discurso hegemônico deixa de lado muitas pessoas que fazem parte do passado, do território, da sociedade, das movimentações econômicas etc. Não por um acaso, a historiadora Michelle Perrot deu à luz a sua obra “Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros” (2010), onde examina e problematiza o conceito tradicional de História, que muitas vezes negligencia as ex-

periências e contribuições de grupos não hegemônicos, como operários, mulheres e prisioneiros.

A visão da autora, entretanto, produto de seu tempo e de sua realidade, deixa de fora alguns grupos que são muito interessantes para serem pensados, e que podem apresentar narrativas aliançadas à história da alimentação. Assim, abordaremos grupos citados por Perrot, e buscaremos avançar nisso.

Inicialmente, refletiremos sobre os papéis das mulheres. Frequentemente relegadas ao espaço doméstico, principalmente quando pertencentes a grupos inferiorizados, em alguns casos encontravam na cozinha um terreno fértil para expressar sua criatividade e habilidades culinárias. Por meio da oralidade, da observação e da repetição dos gestuais das cozinheiras mais velhas, tinham as receitas transmitidas de geração em geração. O uso dos utensílios de cozinha estavam adaptados a práticas culinárias distintas, de acordo com o território e com as especificidades dos lugares. A cozinha e o ato de cozinhar, então, eminentemente feminino nos grupos menos abastados, se manteve como tarefa feminina, e diz muito das perspectivas criativas e inventivas dos modos de lidar com os alimentos, das responsabilidades em torno das comensalidades, das capacidades de administrar os ambientes familiares na gestão de víveres etc (McWilliams, 2005).

Além das mulheres, o cotidiano de pessoas escravizadas é algo a ser tratado, também. Em Portugal, por exemplo, apesar da presença de escravizados ser mais comum nas colônias e nos territórios ultramarinos, como no Brasil, em Angola e em Cabo Verde, do que no território metropolitano, é fundamental lembrarmos que havia escravizados que ali tra-

balhavam. Atuavam em áreas urbanas, especialmente nas grandes cidades portuárias, onde desempenhavam uma variedade de funções, como servos domésticos, trabalhadores portuários, artesãos e trabalhadores agrícolas, tal como nas colônias.

O cotidiano alimentar dessas pessoas escravizadas era, muitas vezes, marcado pela escassez e pela baixa qualidade dos alimentos. Eles frequentemente recebiam uma dieta básica e monótona, composta principalmente por alimentos parecidos aos dos grupos menos abastados, tendo sua dieta baseada principalmente em grãos, raízes, vegetais, peixes secos e, eventualmente, alguma carne (Gomes, 2019). Essa dieta, num primeiro momento, poderia ser vista como próxima à dieta dos territórios originais dessas pessoas. Entretanto, a oferta de alimentos era muitas vezes insuficiente, tanto em quantidade quanto em termos de valor nutricional, o que resultava em problemas de saúde e desnutrição entre os escravizados.

Além disso, as condições de vida e de trabalho dos escravizados muitas vezes limitavam seu acesso aos alimentos e sua capacidade de preparar refeições adequadas. Pouco diferiam de suas atividades no Brasil, por exemplo:

eram criados, cozinheiros, ferreiros, serralheiros, alfaiates, aguadeiros, caiadores e marítimos; entre as mulheres, destacavam-se as vendedoras ambulantes de tremoços, mexilhões, favas, bolos e outras iguarias, além das lavadeiras, trapeiras, aguadeiras e calhandreiras, entre inúmeras outras atividades (Reginaldo, 2009).

É importante ressaltar que o cotidiano alimentar dos escravizados

na Europa variava dependendo de vários fatores, incluindo sua localização geográfica, ocupação, status socioeconômico e as políticas específicas de escravidão em vigor em cada região. No entanto, em geral, o cotidiano alimentar das pessoas escravizadas na Europa durante a Idade Moderna era caracterizado por dificuldades e privações, refletindo as injustiças e desigualdades inerentes ao sistema de escravidão.

Na contramão disso, entretanto, a preservação das práticas tradicionais seguiam sendo atualizadas pela oralidade e pelo repasse geracional. As pessoas mais novas aprendiam com as mais velhas, não só os pratos e os atos de cozinhar, mas tudo aquilo que as conformava enquanto sujeitos. A resistência também se manteve naquele espaço, tal como ocorrera nas colônias.

Outro grupo dissidente é o de pessoas sodomitas, termo que contempla a variedade de mundividências de pessoas dissidentes da hegemonia quanto à sexualidade. Resistindo às perseguições imputadas pela igreja, as pessoas construíram seus espaços de resistência e sobrevivência, quando possível, ao passo em que muitos foram perdidos nas perseguições. A sodomia eram um pecado socialmente construído e difundido (Gerard; Hekma, 1998).

Se essas são as informações que acessamos, é nelas que permanecemos. Não conseguimos encontrar obras que falem, por exemplo, da sexualidade de pessoas ligadas aos serviços de alimentação e comensalidade, que aborde momentos de comensalidade entre *sodomitas* - ou mesmo se isso existia, de fato. Não temos obras que reflitam sobre as sexualidades no período. Nos parece, entretanto, que as fontes estão presentes, uma vez que há um sem-fim de processos da santa inquisição que narrem práticas

sodomitas como seus motivadores. Fica aí mais um campo a ser provocado.

Considerações finais

Em suma, este texto tem por objetivo provocar outras chaves de leitura do passado - destacadamente, da Modernidade -, buscando provocar outras narrativas que dialoguem com a História da Alimentação e que repense a hegemonia das narrativas e dos personagens.

Ao articular elementos relacionados às práticas alimentares com os fenômenos políticos e sociais, observamos que o estudo da alimentação não se limita à mera subsistência, mas revela as dinâmicas de poder, as hierarquias sociais e as identidades culturais da época. Este enfoque oferece uma compreensão mais ampliada do período, questionando as narrativas tradicionais que focam exclusivamente no que é considerado *grandes feitos* e personagens históricos, majoritariamente homens.

Além disso, ao incorporar as experiências de grupos historicamente negligenciados, como mulheres, pessoas escravizadas e pessoas em exercício de outros modos de se relacionarem, ampliamos o escopo da investigação histórica e trazemos à tona vozes que foram silenciadas pelas narrativas hegemônicas. A cozinha e a alimentação, como espaços de expressão e resistência, mostram-se alternativas interessantes para entender as contribuições e as lutas desses grupos na construção das sociedades na Modernidade, evocando outros olhares para o período. Este enfoque não apenas enriquece nossa compreensão do passado, mas também provoca a promoção de outras histórias na História contada.

Por fim, este trabalho sublinha a importância de uma abordagem interdisciplinar e plural na pesquisa histórica. Revisitar o passado através da lente da alimentação nos permite questionar e reavaliar os discursos dominantes, proporcionando uma narrativa mais coerente e ampliada. A História da Alimentação, assim, não é apenas um campo de estudo, mas uma provocação para repensarmos como contamos e entendemos a história. É um convite para futuras investigações que possam continuar a desvendar as complexas interações entre alimentação, poder e sociedade na Modernidade e além.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Néri de Barros. Hagiografia, propaganda e memória histórica. O monasticismo na legenda aurea de Jacopo de Varazze. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.-dez., 2014, p. 94-111.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder real, particularmente em França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOZOLLA, Mara Cerruti; ZOCCHI, Angela Maria. Il concetto di rischio nella tarda modernità. Tesi di laurea in Sociologia Università Degli Studi di Teramo. 2022-2023.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-nação e formas de intermediação política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, 2017, p. 155-185.

- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Global, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Global, 2013.
- _____. *O processo civilizador*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GERARD, Kent; HEKMA, Gert. *The pursuit of sodomy: male homosexuality in Renaissance and enlightenment Europe*. Abingdon: Routledge, 1988.
- GOMES, Laurentino. *Escravidão: Do Primeiro Leilão de Cativos em Portugal até a Morte de Zumbi dos Palmares*. São Paulo: Globo Livros, 2019.
- KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.
- LADOURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*; tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990
- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte / objeto da história concei-*

- tual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta *et al.* *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- McWILLIAMS, James. *A Revolution in Eating: how the quest for food shaped America*. New York: Columbia University Press, 2005.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: EDUFPE, 2013.
- OLIVEIRA, Maria Izabel. Motins da fome na França e na Inglaterra no século XVIII. *Temas & Matizes*, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 81–91, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/430>. Acesso em: 20 maio. 2024.
- PERROT, Michelle. *Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- QUINTANA, Mario. Mario Quintana. Organizado por Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.
- REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. *História*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2009, p. 289-319. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/qvqDbVM7RsyLp7jrFNWYySwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 mai. 2024.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- THIRSK, Joan. *Food in Early Modern England: phases, fads, fashions 1500-1760*. Londres: Hambledon Continuum, 2007.

Identities e Alimentação: A Preservação Cultural através da Culinária Migrante

Júlia Ribeiro Pereira¹

A construção da identidade nacional é um processo da modernidade, que se desenvolve com maior força ao final do século XVIII e ao longo do século XIX. Este processo passa a ser voltado para a criação de elementos que pudessem formar um sentimento de unidade nas diferentes regiões daquele Estado emergente. No contexto brasileiro, esse processo alcança ápice quando o país desprende-se da influência da metrópole portuguesa em 1822, assim, com o processo de independência surge a necessidade de criar novos símbolos que possam abranger a essência e os valores dessa nação, para que dessa maneira ocorresse um aumento do sentimento de pertencimento da população (Vieira, 2006). Essa busca por unidade não está ligada apenas a necessidade do Estado em fomentar seu processo de consolidação, mas também em fortalecer a construção do imaginário coletivo, o que leva ao longo dos séculos a construção de uma identidade nacional.

Segundo a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2011), durante o Período Joanino, o Brasil tinha seu território organi-

¹ Formada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail de contato: juliaribeiropereira2010@gmail.com

zado aos moldes do Antigo Regime, assim, na época de transição para a Regência de D.Pedro I, o país passa a construir o processo de ruptura com a metrópole lusa, que perde sua principal figura de autoridade na América, quando o imperador regressa para a Europa. Diante disso, durante o período regencial, é possível perceber a influência de eventos ocorridos no Velho Continente, como a Independência das treze colônias e a Revolução Francesa, no que diz respeito ao sentimento de unidade, logo, “antecipando, assim, uma concepção de integridade territorial e de nacionalidade, que calou fundo nos espíritos da época, possibilitando a constituição de um império luso-brasileiro” (Neves, 2011, p.76).

Dessa maneira, no caso brasileiro, como a independência não foi algo conquistado pelo povo, mas sim por um membro da realeza portuguesa, segundo o pesquisador José Luiz Fiorin, a narrativa em volta do monarca, de amor e luta pelo Brasil, foi aos poucos conseguindo acabar com os laços com a antiga metrópole: “Na construção da identidade brasileira teria que ser levada em conta a herança portuguesa e, ao mesmo tempo, apresentar o brasileiro como alguém diferente do lusitano.” (Fiorin, 2009, p. 117).

Os fatores que constroem essas unidades identitárias são diversos, entre eles é possível destacar a criação de um herói nacional, um mito de origem, instaurado por meio da língua, cultura e culinária. Logo, é preciso que a diversidade dê lugar a homogeneidade, assim,

A construção da identidade nacional, na Europa e em toda a América, privilegiou nos séculos XVIII e XIX o sentimento de unidade em detrimento da diversidade. Tratava-se de construir a Nação, o que foi feito oprimindo e sufocando identidades culturais, religio-

sas, étnicas, de gênero etc., bem como a divisão da sociedade em classes (Vieira, 2006, p.72).

Todavia, isso não impediu o Brasil de sofrer influências de outros povos, como os indígenas, africanos, europeus, árabes. Já no decorrer do século XX, em razão dos escritos dos autores modernistas, como Mário de Andrade, foi se criando um movimento que defendia que a verdadeira identidade brasileira estava pautada na mestiçagem que ocorria no país. Assim, “O que distingue o Brasil é a assimilação, com a consequente modificação, do que é significativo e importante das outras culturas” (Florin, 2009, p. 120).

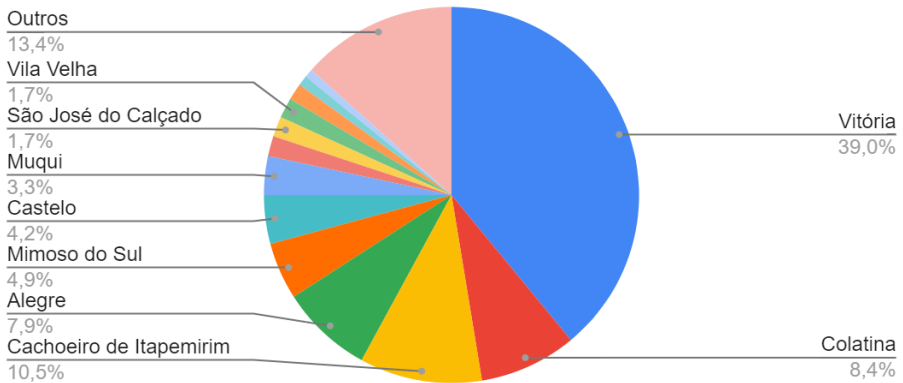
A história da construção do Brasil é marcada por ondas migratórias marcando profundamente a história sociocultural brasileira. Em 1888, após o estabelecimento da Lei Áurea, com o fim da escravidão, criou-se a necessidade de substituição da mão de obra escravizada. Neste contexto de transição, o Estado, com o intuito de embranquecer a população brasileira no período pós-abolição, passa a promover políticas migratórias de brancos europeus, em detrimento aos asiáticos e africanos, assim, a política migratória se consolida como eugenista (Vieira, 2006). Esse período pós-abolição não apenas redefiniu as dinâmicas demográficas do Brasil, mas também moldou profundamente suas relações raciais e sociais, deixando marcas até os dias de hoje.

Apesar desta política discriminatória, alguns grupos conseguiram romper esse bloqueio, dentre eles os árabes, em especial os sírios e libaneses. O processo de migração pode ser dividido em 4 fases, a primeira entre 1850 e 1900, a segunda 1900 e 1918 e a terceira entre 1918 e 1945, e a úl-

tima fase entre 1945 e 1950. Em um primeiro momento, esses imigrantes vieram para o Brasil a fim de escapar de uma dura realidade vivenciada no Líbano, devido a dominação otomana, viam assim, no país sul-americano, que passava por um processo de modernização, um lugar onde poderiam recomeçar (Buchabqui, 2011).

Os primeiros grupos de imigrantes que chegaram ao Brasil, instalaram-se inicialmente no Rio de Janeiro para depois dispersarem-se pelo país, são eles: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, além de alguns estados do nordeste e norte. Foi por volta do final do século XIX, que os sírios e libaneses que chegaram em solo capixaba fixaram-se em um primeiro momento em Alegre, Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim. Segundo o mapeamento realizado pelo APEES em 2014 sobre a chegada de imigrantes no Espírito Santo, dando enfoque à região em que se instalaram, dessa forma, fazendo o recorte étnico dos sírios e libaneses, é possível totalizar em torno de 699 imigrantes que chegaram no estado. Para uma melhor visualização, o gráfico abaixo foi elaborado com as informações disponibilizadas pelo livro *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX* (2014) organizado pelo APEES.

Gráfico - Número de migrantes Sírios e Libaneses pelas cidades capixabas



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Os dados apresentam as cidades para as quais esses povos migraram, observando o gráfico é possível identificar uma maior variedade de regiões no sul do estado escolhidas como moradia desses imigrantes. Todavia ocorre uma maior concentração demográfica na capital capixaba.

Muitos escolheram o Espírito Santo pois já tinham parentes no estado, que poderiam oferecer suporte facilitando assim o processo de adaptação como aponta o historiador Adilson Santos (2021). Ao chegarem a terras capixabas, deveriam procurar uma atividade econômica para promover o seu sustento. Um grupo se voltou para a agricultura, mas, mas a atividade principal ainda era voltada para o comércio, assim

[...] sírios e libaneses se dedicassem às atividades rurais é o fato de estarem familiarizados com o trabalho no campo, levando-se em consideração que as características fundiárias e laborais do Brasil e do Espírito Santo à época, eram completamente diferentes daquelas nas quais esses sujeitos migrantes estavam envolvidos em suas terras de origem. (Santos, 2021)

Logo, a mascateação foi a principal fonte de renda desses imigrantes em um primeiro momento, já que, era uma atividade que garantia um retorno mais rápido. Segundo o historiador André Gattaz (2012), após já encontrarem certa estabilidade, muitos passaram a abrir comércios, como armazéns, lojas de tecidos, restaurantes, dentre outros.

Dessa forma, cabe pontuar que o processo de formação identitária que permeia o século XX no Brasil foi de extrema importância para que, naquele momento, a população passasse a se identificar como um único povo, com características semelhantes. Todavia, um país não é formado apenas por uma identidade nacional, as regionalidades são determinantes para uma nação, e no caso específico do Espírito Santo, o estado recebeu diversas influências ao longo de sua formação, sendo possível encontrar diferentes povos espalhados pelo território, dentre eles portugueses, italianos, prussianos, alemães, pomeranos, poloneses, turcos e libaneses. É nesse contexto que a pesquisadora Maria Cristina Dadalto (2007) afirma que, para compreender a formação identitária capixaba, é necessário estudar a fundo esses grupos, assim, “[..] essa construção se deu conjuntamente, com participação ativa de todas as partes, dividindo espaços públicos e privados, gerando renda e conformando um povo com uma identidade múltipla [..]” (Dadalto, 2007, p. 58).

A chegada ao Brasil, transporta os sírios e libaneses para um mundo completamente novo, nova língua, costumes, hábitos, culinária, uma cultura totalmente diferente com as quais estavam acostumados. Assim, segundo a pesquisadora Márcia Maria Cabreira (2003), para que a adaptação acontecesse da melhor forma possível, eles passam a inserir aos poucos seus elementos culturais na realidade brasileira, construindo dessa maneira, um espaço identitário, logo,

Os sírios e os libaneses com certeza refizeram seu espaço vivido, ou seja, o seu lugar, no Brasil, quando trouxeram seus aromas, suas ervas e temperos, seus costumes, que de uma maneira ou de outra foram sendo captados e ressemantizados pelas gerações que se seguiram. A tradição está presente na construção dessas novas paisagens na América. (Cabreira, 2003, p. 2-3)

A contínua utilização de símbolos identitários árabes pelos imigrantes auxilia na manutenção do vínculo com a sua terra natal, ajudando a manter viva as tradições no novo mundo em que se encontram, assim, um dos elementos mais importantes, quando se fala em conservação identitária, é a culinária. Segundo o historiador Massimo Montanari (2013), a alimentação tem papel fundamental no que diz respeito ao fluxo cultural, uma vez que, a partir dela é possível criar uma relação mais profunda com a cultura local. A comida se torna cultura quando ela passa a ser produzida e consumida, uma vez que o indivíduo tem o poder de escolher o que quiser para comer, mas quando realiza a seleção está diretamente ligada a aspectos tanto históricos quanto socioeconômicos, a partir dessas escolhas que o homem pode determinar o que lhe agrada o paladar logo, segundo

o autor,

[...] as identidades culturais não são realidades metafísicas (o “espírito dos povos”) nem estão inscritas no patrimônio genético de uma sociedade, mas se modificam e se redefinem incessantemente, adaptando-se a situações sempre novas, determinadas pelo contato com culturas diversas (Montanari, 2013, p. 184).

A cozinha árabe, em especial a sírio libanesa, possui raízes socio-culturais nas civilizações da Mesopotâmia, se expandindo por regiões da África, Oriente Médio e ao sul da Europa, dessa forma recebendo a influência de diferentes povos e religiões, como por exemplo muçulmanos, judeus e cristãos. O que acaba por influenciar diretamente em seus costumes alimentares, isso pode ser visto por exemplo nas similaridades encontradas entre árabes muçulmanos e judeus, que não consomem carne de porco e o hábito de se alimentam somente utilizando a mão direita onde adquiriram o hábito da pesca e do cultivo de vegetais e cereais (Castro; O. et al, 2019). Dessa forma, suas culinárias, são profundamente caracterizadas pelo uso de temperos, especiarias e ervas, construindo uma riqueza de sabores e aromas, dessa forma,

O uso de especiarias, dentre estes condimentos, o caríssimo e raro açúcar e o não menos valioso açafrão, além de ervas como a hortelã ou flores, como o jasmim, com os quais se faz comida ou chás aromáticos e café originário da África e de uso comum entre os povos do Oriente Médio [...] lentilha, grão de bico e trigo, não se pode deixar de citar a berinjela e alface, hortaliças de uso comum mas que têm sua origem etimológica no mundo árabe. Ainda é importante destacar as oleaginosas como o pinolle que no Oriente

leva o nome de snoobar, pistache, entre outros, e frutos frescos ou secos como o pêssego, damasco, o figo, tâmara, romã e uvas. (Abdalla, 2019, p.2).

Quando chega ao Brasil devido a escassez de ingredientes passa por um processo de adaptações, sofrendo assim um processo de fusão com a culinária brasileira para que dessa forma ela conseguisse se manter viva no novo território. Logo, essas tradições alimentares passam a ser associadas com a hospitalidade e fartura à mesa, hábito esse que foi transmitido entre gerações e absorvido pelos brasileiros.

A gastronomia desses povos proporciona uma mesa farta e contemplada com uma variedade de pratos, uma vez que é um costume servir diferentes preparações em pequenos pratos para que assim possam ser compartilhados, dentre eles podemos citar: Hummus, uma pasta de grão-de-bico; Baba Ganoush, uma pasta feita de berinjela são receitas geralmente servidas como entradas. Como pratos principais temos Kafta, que são bolinhos de carne moída assados no espeto e o Falafel, também um bolinho mais feito de grão-de-bico. Outro elemento que não pode faltar à mesa são os pães, em especial o pão pita muito utilizado para acompanhar as pastas e molhos.

Esses pratos estão profundamente inseridos no dia a dia dos brasileiros, que por vezes poderia ser até possível esquecer de onde eles são originários. Quitutes com os kibes e esfihas são tão populares atualmente que podemos encontrá-los em quase todas as lanchonetes e bares pelas cidades, de norte a sul do país. A constante presença dessas iguarias na gastronomia brasileira é um reflexo do processo bem sucedido de fusão

cultural entre esses dois povos, reforçando desta maneira a importância da diversidade culinária na formação da identidade alimentar do país.

Em decorrência dessa ligação entre a identidade e a alimentação, é possível também reconhecer a importância da comida no que diz respeito à preservação da memória afetiva das coletividades. Como o ato de comer não envolve apenas o indivíduo, em sua essência sozinho, mas o coletivo, sendo o meio originário da socialização, é possível é capaz de fabricar emoções ligadas à memória, demonstrando, assim, como a manutenção das tradições alimentares foram fundamentais para que os imigrantes pudessem preservar os laços culturais com o seu país de origem logo,

Alguns alimentos podem nos fazer lembrar alguém ou um lugar, através da dimensão afetiva e prazerosa a ela ligada pela lembrança. Ela aparece então como um elemento desencadeador que permite não somente ativar a lembrança do distante como recordar – amenizando ou acentuando a dor da saudade, que é uma dimensão que pode se supor esteja presente na vivência mais imediata do imigrante, dada a sua situação específica de deslocamento no tempo e espaço. (Hadjab, 2014, p.48).

Através da comida muitos migrantes conseguem preservar a ligação com o seu país de origem, a memória afetiva relacionada à alimentação desempenha um papel importante nesse processo, permitindo assim que imigrantes e seus descendentes se reconheçam e se conectem profundamente com a cultura de seus antepassados. Os aromas, sabores, rituais em torno da mesa e suas preparações não trazem apenas memórias pessoais, mas também ajudam a reforçar a identidade cultural, criando um elo en-

tre gerações, dessa forma,

A memória afetiva destacou-se como um dos elementos que mais contribuíram para que, por meio da alimentação, imigrantes e descendentes, encontrassem formas de manter viva uma identidade “árabe”, ainda que desprovida, para muitos, de uma reflexão sobre o que isso significa e como isso se sedimenta em seus papéis cotidianos (Hadjab, 2014, p. 195 - 196).

Dessa forma, a cultura alimentar, especialmente a que acompanha a chegada de migrantes, passa por um processo de adaptação dos ingredientes usados em suas receitas, substituindo-os por produtos locais. Esse processo é fundamental para que as tradições culinárias possam sobreviver à mudança de ambiente, mantendo uma ligação forte e autêntica com a terra de origem. A adaptação permite que os sabores e práticas culinárias sejam preservados, mesmo quando os ingredientes originais não estão disponíveis, garantindo a conservação cultural em um novo contexto.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, Alfredo. Ricardo. . **O imigrante arabe e sua cozinha como instrumento de afirmação e identidade na atualidade.** In: Associação Nacional de História ANPUH-Brasil, 2019, Recife. Anais do 30 Simpósio Nacional de História- História e o futuro da educação no Brasil, 2019. v. 1.
- BUCHABQUI, Jorge, **Das civilizações à imigração libanesa: um pequeno resgate histórico/** Jorge Alberto Buchabqui. Porto Alegre:

UFRGS, 2011.

CABREIRA, Márcia. Maria. **Um estudo sobre a cultura brasileira: o caso da imigração síria e libanesa em São Paulo.** In: 9o ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-”RESPONSABILIDADES DA GEOGRAFIA NA AMÉRICA LATINA PARA OS SÉCULO XXI”, 2003.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo.** Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

CASTRO, Iara Cristina; OLSEN, Rosaly Marcella Hage Chahine; MAIA, Haline Aparecida de Oliveira; HORTA, Patrícia Maia do Vale. **‘Salamaleque uai’: a culinária árabe no gosto mineiro.** Revista de gastronomia, v. 1, n.1, 2019.

DADALTO. Maria Cristina. **Os rastros da diversidade da identidade capixaba.** In: SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.57-74.

FIORIN, José. Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira.** Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso , v. 1, p. 115-126, 2009.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo : base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** / Cilmar Franceschetto. — Organizado por Agostino Lazzaro. — Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014

HADJAB, Patrícia Dario El-moor. **Alimentação, memória e identidades árabes no Brasil.** 2014. xv, 230 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** / Massimo Montanari; tradução de Letícia Martins de Andrade - 2 ed. - São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.
- NEVES, Lúcia M. Bastos P. **A vida política.** In: Silva. Alberto da Costa e. (Org.). **Crise Colonial e Independência, 1808-1830.** 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2011, v. 1, p. 75-113.
- SANTOS, Adilson. Silva. **Imigrantes urbanos em atividades rurais: o caso de alguns sírios e libaneses no sul do Espírito Santo (1920).** In: 31 Simpósio Nacional de História: História, verdade e tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH - Brasil, 2021. v. 1.
- VIEIRA, Liszt. Benjamin . **Morrer pela pátria?** Notas sobre identidade nacional.. *Política & Sociedade* , v. 5, p. 71-90, 2006.

*Cozinha tradicional, patrimônio e identidade:
notas de pesquisa sobre a moqueca capixaba,
Espírito Santo/Brasil*

Patrícia M. S. Merlo¹

Fernando Santa Clara Viana Junior²

Manuela Ferreira Nunes Pereira Delisa³

Introdução

Quando propomos refletir sobre a alimentação pela ótica da história e da antropologia, precisamos ultrapassar os aspectos de natureza nutricional, como calorias, substâncias químicas e processos. O foco deve se voltar para as relações construídas entre o alimento e as pessoas que, de algum modo, estão ligadas a ele de diferentes maneiras e sentidos. Nesse entendimento, como muito bem destaca a antropóloga argentina Patrícia Aguirre (2007:1) “[...] não falamos de nutrientes nem de metabolismo; falamos de comida, cozinha, comensais, compradores, todas categorias

1 Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

2 Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da UFES, Professor do Programa de Pós-Graduação em Gastronomia da Universidade do Ceará (UFC) e Docente do curso de Gastronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

3 Doutoranda em Alimentação e Nutrição pela Universidade de Barcelona.

sociais que concluem em um sujeito social [...]”.

Mediante tal expediente, o pesquisador precisa mapear o emaranhado de relações que perpassam o cotidiano alimentar, não somente relacionados à oferta ou à falta de determinados insumos, mas também ao ambiente em que são produzidos, aos equipamentos envolvidos e, principalmente, a como e com quem se escolhe dividir tal vivência. É importante apontar que o enorme universo que circunda a alimentação cotidiana adquire caráter performático, incluindo desde os modos de preparar, os rituais que cercam as diferentes ocasiões de consumo, o conjunto de gestos e expressões faciais característicos de tais práticas, as regras de etiqueta e a infinidade de sentidos envolvidos nesse elaborado processo.

O ato de se alimentar, apesar de biológico, é distintivo de nossa espécie enquanto parte de um ritual de produção e construção coletivas. De fato, “durante a história, a comida fez mais do que simplesmente promover o sustento. Atuou como catalisador de transformações e organizações sociais, competições geopolíticas, desenvolvimento industrial, conflitos militares e expansão econômica” (Standge, 2009: 12). A maneira como a humanidade lida com a alimentação e como atribui a ela suas dimensões simbólicas, portanto, é o que faz do ato de comer um fato social total intimamente ligado à nossa essência. Nós, seres humanos, somos “as únicas criaturas que pensam e falam a respeito de seus alimentos (...) que elegem boa parte de seus alimentos em função de suas cozinhas, cuja função adaptativa mais importante é a comestibilidade, mais cultural que biológica” (Contreras, 2011:132).

Nesta rede de sentidos, a linguagem ganha especial relevo também na compreensão das práticas alimentares. É a cozinha passa a ser palco de

elaborações discursivas em diferentes níveis. Por isso, o historiador Massimo Montanari (2009:11) afirma que:

A cozinha tem sido equiparada à linguagem: como esta possui vocábulos (os produtos, os ingredientes), que são organizados segundo regras de gramática (as receitas, que dão sentido aos ingredientes, transformando-os em alimentos), de sintaxe (o cardápio, isto é, a ordem dos pratos) e de retórica (os comportamentos do convívio).

O comportamento alimentar liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma como elas reagem aos nossos. Não é de surpreender, portanto, que, comparativamente, os costumes relativos à comida tenham despertado diferentes olhares ao longo do tempo. Assim sendo, “cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias” (Certeau; Giard, 2006:234).

Os estudos dedicados ao campo da alimentação e suas apropriações discursivas vêm demonstrando a importância do comer e seus ritos enquanto importantes expressões sociais, seja no contexto de seu preparo ou de seu consumo. O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1987), utiliza a expressão “sistema de comidas totêmicas”, inspirando-se nas ideias de Claude Lévi-Strauss, para descrever os ritos de comensalidade “onde pessoas, ambientes, emoções, alimentos e até mesmo o modo de preparar a comida devem estar em plena harmonia” (Damatta, 1986). Segundo o autor, é nesse universo que nasce a diferenciação radical que se repete ao

confrontarmos noções opostas, tais como: alimento e comida; nutrição e função social; o universal e o caso particular; o energético e o simbólico; o natural e o preparado; o cru e o cozido. Em suas palavras: “De fato, para transformar um alimento em comida é necessário não só o ato crítico do conhecimento, mas também o modo pelo qual o alimento é preparado” (Damatta, 1986: 48).

Apesar de cada época e cada sociedade evocarem compreensões diferentes da alimentação, dar sentido às práticas alimentares é algo inerentemente humano, ao longo de toda a sua existência. A pesquisadora Sophie Bessis (1995:10) explica que a leitura dos hábitos alimentares de um povo é indissociável de sua identidade. Por isso, a cozinha é uma chave para marcadores de identidades culturais, afinal o que e como se come são fatores determinantes para conhecer o sujeito, sua procedência e a que mundo pertence. Assim, “a leitura/a interpretação da cozinha é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas, na visão que elas têm de sua identidade”.

Tal cultura traduz elementos que conectam os atores de um mesmo grupo e tornam-se identificações tácitas do coletivo. Nesse contexto, a gastronomia constitui-se enquanto experiência de participação noutra cultura e de relacionamento com pessoas e lugares com um forte sentido da sua própria identidade (Santisch, 2004:20).

Partindo de tal premissa, procuramos nesta análise refletir sobre o universo das representações e sentidos que cercam a construção de um prato típico enquanto distintivo de um lugar e carregado de atributos que subsidiam uma dada identidade. Entendendo que a relação entre o universal (que é o alimento) e um sistema alimentar específico (que é a

comida local) se estabelece sob o manto simbólico que nos proporciona o conjunto de experiências, vivências e regras que conformam o que chamamos de cultura, as múltiplas manifestações das comidas e o ato de comer transpassam e são transpassados por crenças e valores que conformam a construção dessas identidades.

Recuperando a percepção das comidas regionais como monumentos locais “a serem visitados de garfo na mão”, como ensinam Duhart e Medina (2009:337-338) ao descreverem o status emblemático e o poder de atração que esses pratos exercem, sugerimos na reflexão ora em tela, propor algumas considerações sobre as cozinhas tradicionais, entendidas no diálogo com o patrimônio e as identidades de um lugar. Nosso olhar se ancorou na moqueca capixaba, prato típico do Estado do Espírito Santo, localizado no sudeste do Brasil, em razão de sua expressividade enquanto signo identitário local e principal ícone da cultura alimentar regional.

Degustando a tradição: turismo, consumo e patrimonialização

Os debates sobre a temática que associa turismo e patrimônios alimentares ganharam corpo a partir da criação da Década Mundial da UNESCO para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997). Foi no bojo de tal contexto que surgiram os primeiros debates sobre o valor turístico dos recursos alimentares, particularmente no que diz respeito à renda que eles podem proporcionar à população de áreas rurais pobres. Porém, foi em 2000 que, sob a tutela da Organização Mundial do Turismo, uma grande conferência internacional sobre o tema da comida e do turismo locais, colocou em evidência a necessidade de se fazer um inventário das políticas adotadas em prol da promoção turística relacionadas à produção

de alimentos e das cozinhas e reforçou a diretiva de avançar em medidas voltadas à constituição da produção de alimentos e da culinária como recursos turísticos. Mais de 80 países participaram em todos os continentes.

Nesse diapasão, merece destaque a *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural* de 2001, que reconhece que a cultura se constitui por todos os traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social, e que abrange, além das artes, modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças. Assim, a diversidade cultural revela-se tão necessária para a humanidade quanto a biodiversidade na ordem dos seres vivos, o que justifica que se beneficie do *status* de patrimônio comum da humanidade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) qualifica o turismo cultural como uma importante ponte entre o patrimônio e o desfrute, uma vez que é definido pela instituição como “atividade em que a motivação do visitante é aprender, experimentar e descobrir as atrações tangíveis e intangíveis de determinado destino” (Pedersen; Arthur, 2019), unindo conhecimento e experiência. É essa experiência gustativa e sensorial, sobretudo, que nos interessa considerar neste artigo, a saber, como a relação entre a cozinha regional, noção de patrimônio e a atividade turística e cultural podem nos proporcionar, mais do que um campo de ação, um campo de estudos, na compreensão de como o material e o simbólico podem se integrar quando postos sobre a mesa. Nesse sentido, vale a pena destacar que o patrimônio cultural imaterial é definido pela Unesco como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades,

os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade (UNESCO, 2003). A *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*, documento, assinado em Paris, no ano de 2003, pelos “Estados Partes” da Organização tem reconhecimento internacional e serve como base para a inclusão de sistemas alimentares como patrimônio cultural imaterial da humanidade a ser salvaguardado. De fato, desde que entrou em vigor, em 2006, já foram reconhecidos pela Unesco vários pratos de comidas regionais como patrimônio, entre eles a dieta mediterrânea, a cozinha tradicional mexicana, a gastronomia francesa, o sistema culinário japonês (Washoku), o pão de gengibre da Croácia, o café turco, entre outras tradições culinárias.

Na medida em que uma cozinha se configura enquanto elemento cultural e reconhecido como patrimônio, seu uso transcende a nutrição e passa a ter funções políticas, socioeconômicas e culturais que representam interesses e destacam a identidade e o território a que pertence. Não obstante, é importante pontuar que no caso do Brasil, a pesar de dispor de grande diversidade na alimentação e de cozinhas diferenciadas em cada região, o país ainda não tem cozinhas patrimonializadas. No máximo, o que se encontram são alguns saberes e fazeres tradicionais, ligados à gastronomia, registrados no Livro de Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ou seja, dentro da esfera de reconhecimento em cenário nacional. São eles: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; o Ofício das Baianas do Acarajé; o Modo Ar-

tesanal de Fazer Queijo de Minas nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre em Minas Gerais; a Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí; e as Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu)⁴.

Moqueca capixaba: patrimonialização e memória

Ao analisar o fenômeno de patrimonialização das cozinhas regionais a partir do leque de percepções disponibilizado pelos estudos antropológicos, observamos a apropriação de bens e práticas que conferem identidades múltiplas aos povos. Tais identidades se expressam no silêncio do cotidiano, na produção e reprodução dos modos de fazer, culminando com a manutenção diária dos espaços e das relações sociais envolvidas. Perceber a cultura alimentar como “resultado de um longo processo de aprendizagem que se inicia no momento do nascimento e se consolida no contexto familiar e social”(Contreras, 2005:134), nos facilita a compreensão sobre um outro aspecto de interesse: como pratos típicos locais, como a moqueca capixaba, objeto de nossos estudos, podem guardar tanta intimidade com o quê ou com quem é local, convertendo-se, assim em um bem cultural, uma herança que não só pertence mas também que faz pertencer?

Na busca por aprofundar-se nessa questão, realizamos um estudo

⁴ Todos os bens patrimonializados encontram-se no Livro de Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e podem ter seus processos acessados em site próprio, disponível em: [195](https://bcr.iphan.gov.br/livros-de-registro/livro-dos-saberes/?view_mode=masonry&perpage=12&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=Último acesso em 28 de maio de 2024.</p></div><div data-bbox=)

etnográfico por meio de 24 entrevistas com cozinheiras, donas de casa, proprietários de restaurantes e chefes de cozinha de diferentes gêneros e faixas etárias, totalizando 16 horas de áudio gravadas com depoimentos pessoais sobre a moqueca capixaba, seus contextos de preparação e de consumo. O estudo foi concentrado nas cidades de Vila Velha e Vitória, tendo em consideração a forte tradição do consumo de peixes e mariscos e a importância dos dois municípios litorâneos para o Espírito Santo, o primeiro como capital histórica e o segundo como a capital política e econômica do Estado⁵. O objetivo da pesquisa foi identificar, por meio de análise de depoimentos e representações orais, quais expressões sociais dos entrevistados poderiam relacionar a moqueca capixaba com as percepções de identidades ou de pertencimento. A análise das falas dos colaboradores considerou perspectivas teóricas como a da História Oral⁶ e a Etnografia da Fala⁷, que consideram os relatos elementos reconstrutores das dinâmicas sociais, nutrindo-se das percepções dos sujeitos como significadoras da vida cotidiana. Em todos os contatos feitos, a comida remeteu os entrevistados a figuras referenciais pessoais, histórias de vida e a valores compartilhados socialmente. Foram citados mães, pais, sogras, avós, tias, amigos, pessoas queridas, afetos e diversos momentos emotivos, que se faziam presentes quando se falava sobre esse prato típico local.

5 Os resultados completos da pesquisa foram apresentados em 2014 como dissertação para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia Merlo, ver Ferreira, Manuela (2014).

6 “A busca dos significados para o objeto de estudo por meio de histórias de vida, relatos ou depoimentos, possibilita o encontro entre seres humanos e imprime nisto um caráter humano imensamente rico, possibilitando a recuperação e a apresentação da condição humana dos envolvidos nessa ação.” (Cassab; Ruscheinsky, 2004)

7 “(...) A Etnografia da Fala estuda o que é alcançado por meio da fala e como ela se relaciona com - e se conforma sobre - certos aspectos da organização social e as suposições, valores e crenças que os falantes têm sobre do mundo.” (Duranti, 1990: 253)

Ao dar voz a essas pessoas e escutá-las, foi possível acessar detalhes que reforçam a ideia de que a relação entre o sentido de pertencer e a moqueca capixaba, reside nas profundas lembranças que o prato evoca. Desta maneira, é possível perceber que falar da *moqueca capixaba* é tocar nas histórias de vida das personas e, portanto, em suas identidades. É a partir de tal perspectiva que apresentamos trechos das análises dos relatos compartilhados durante esta pesquisa sob o eixo de três temas reiterados em todas as falas: moqueca é *memória*, é *herança* e é *pertencimento*.

Todos os participantes⁸ evocaram, em algum momento de suas entrevistas, suas *memórias* para falar da moqueca. Algumas delas “obstinadamente fiéis ao maravilhoso tesouro dos sabores da infância” (Giard, 2006:255). Tomemos como exemplo o emotivo trecho da entrevista com Elaine, de 55 anos, uma proprietária de um pequeno restaurante especializado em peixes à beira mar, ao contar como aprendeu a preparar o prato:

Eu via minha avó fazer moqueca. Minha mãe fazia frequentemente para meu pai, que era português e que adorava peixes e frutos do mar. Eu mesma nunca havia feito. Você me entende? (...) isso é memória... (silêncio). E com a moqueca é assim (...) agora me lembro do gosto da moqueca da minha avó (...) sinto também o gosto da *moqueca* de robalo da minha mãe (...) ai (...) isso é muito bom!

Enquanto fala, Elaine, lembra que sua relação com a moqueca começou muito antes do que ela imaginava. Nesse momento, ela abre um sorriso e faz uma pausa na conversa. Em seguida, começa a dizer que até hoje vem o gosto em sua boca quando se lembra das moquecas que sua

⁸ Todos têm nomes fictícios.

avó e sua mãe preparavam para ela, quando ainda era uma criança. É notável que essa lembrança traz boas memórias a ela e que a faz recorrer a outros recursos para expressar-se, que não somente as palavras.

Quando propomos aos entrevistados que digam como aprenderam a fazer moqueca, todos apresentam o “saber fazer” como uma *herança* recebida ou por seus familiares diretos ou por pessoas de convívio muito próximo. Na verdade, são as relações de convivência humana que permeiam todas as histórias. Elas funcionam como fios que engendram uma trama de sentidos. Cada uma dessas relações com suas nuances, suas peculiaridades, mas todas com elementos que remetem às experiências sociais dos indivíduos, retratadas como parte de suas histórias de vida. Assim como Ivone, de 55 anos, nos diz:

Esta minha receita de hoje é uma construção. Não há como dizer de onde veio. Lembro-me de quando vi minha mãe fazer moqueca, sem usar uma receita. Primeiro eu a vi fazer - hoje ela tem 88 anos - depois vi minhas irmãs fazendo. Depois minha sogra, com quem também aprendi a fazer. Com o tempo, a gente aperfeiçoa isso.

As histórias permitem acessar outro importante aspecto constitutivo do processo de transmissão da receita da Moqueca: a forte presença da oralidade. Nossos colaboradores afirmam que, quando aprenderam a fazer a moqueca, não tinham a receita escrita; que tudo seguiu um sentido prático vibrante, desde os utensílios usados, os ingredientes até a sequência de ações corretas para a preparação. Aprender ouvindo, por repetição, treinamento e por imitação direta são etapas da cultura oral (ONG, 2006: 18; Goody; Watt, 1996: 40). Algo que é transmitido dessa maneira he-

reditária não poderia ser menos importante. Pode-se ter uma ideia dessa construção de experiências com o que nos diz a dona Mara, de 92 anos, sobre sua vivência:

Você tem que preparar o peixe primeiro. Tirar as escamas, lavar e raspar a pele e cortar as postas. Depois, se corta os temperos: alho, cebola, tomate, coentro e o limão. Eu aprendi minha receita há muito tempo, com meus mais velhos, porque quando eu cresci eu tinha minha bisavó, minha avó e minha mãe. Isso tudo, eu aprendi com elas. Foi essa receita que passei para minhas filhas e para minhas netas. Neste caso, eu fazendo e elas olhando, aprendendo. O mesmo que eu, que também aprendi assistindo minhas avós fazendo.

Nesse relato particular, podemos claramente identificar que o ensinamento do preparo da moqueca segue o mesmo modelo de transmissão do saber fazer usado na produção das panelas de barro pretas, onde é feita a moqueca capixaba. São panelas feitas à mão, por homens e mulheres do bairro de Goiabeiras, em Vitória, em uma comunidade onde existe “a transmissão do conhecimento de mãe para filha, sob a forma de uma aprendizagem informal, gerada na intimidade do convívio doméstico”⁹.

Outro aspecto digno de análise é a separação entre quem ensina e

⁹ Assim, a antropóloga Carla Dias, fala sobre o modelo de transmissão do saber no estudo etnográfico sobre mulheres produtoras de panelas de barro, publicado no livro “Panela de Barro Preta: A tradição das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória-ES”. É interessante notar que, em sua etnografia, ela observa e registra o aumento de homens no contexto da produção das panelas, que, por tradição, permanece feminino: “A presença de homens nesse ambiente tradicionalmente feminino é um dos aspectos da mudança vivida pelo grupo”. (Dias, 2006: 83)

quem é o aprendiz. Os relatos nos permitem perceber que, por exemplo, a pessoa mais velha em atividade e com mais experiência na cozinha está no comando (em geral, a avó, a sogra ou a mãe), enquanto as outras assumem tarefas secundárias, como lavar, cortar e preparar os ingredientes.

Sentimento de *pertencimento* se faz marcante nas reflexões sobre o uso dos ingredientes na moqueca capixaba. Os elementos da receita memorizada, herdada, convertem-se em referenciais e diferenciam o prato local das outras moquecas existentes no Brasil. A moqueca capixaba adquire função identitária, principalmente quando se trata da comparação feita pelos habitantes locais entre o prato preparado por eles e a moqueca preparada pelos naturais do estado vizinho (referindo-se à Bahia), cuja iguaria é marcada pela presença do dendê, leite de coco e pimentões. Ao analisar os relatos foi possível identificar evidências de que essas diferenças entre as receitas se tornam sinais de identificação coletiva quando localizamos algumas expressões usadas no contexto da fala, como: “nossa moqueca”, “a deles”, “a moqueca aqui”, “o tempero capixaba”, “o original”, entre outras; estabelecendo, assim, a relação entre os usos de certos termos e a percepção de fronteiras identitárias (Pizarro, 2007). Um exemplo claro está no que Dona Elena, de 69 anos, nos diz. Ela se orgulha de que a moqueca do bairro onde mora, Ilha das Caieiras, tradicional bairro de pescadores, desfiadeiras de siris, marisqueiras e cozinheiras de Vitória, seja reconhecida pelos próprios moradores como referência da comida nativa “autêntica”. Ela afirma que, para ser “original”, o prato deve conter todos os ingredientes e deve ser feito da maneira “tradicional”:

O segredo da moqueca está nos ingredientes, mas também na maneira de fazer. Você tem que ter cebola, alho, colorau, sal no ponto

certo, coentro, tomate, limão e azeite. Você não pode fazer uma moqueca sem os ingredientes completos. Também não se pode colocar água. Além disso, você precisa saber como fazer a moqueca, caso contrário, ela não é capixaba. Tem gente que faz e diz que é uma moqueca capixaba; mas não é não. É assim que existe por aí (risos) gente que usa outros ingredientes na moqueca. Tem um cara aqui no bairro que faz moqueca e coloca abóbora, pimentão e chuchu, tudo misturado. Para mim, isso é uma sopa de peixe.

São essas situações do cotidiano, expressadas pelas falas das pessoas que generosamente contribuíram para a realização da pesquisa, que permitem nossa aproximação a um conjunto de atribuições que as pessoas conferem a si mesmas ou aos outros, demarcando semelhanças ou diferenças, proximidades ou distâncias que, em última instância, têm a ver com o fato de pertencer a um conjunto social por meio de um prato típico local. É a comida tradicional, revelando conhecimentos populares interiorizados em ações ordinárias na cozinha ou à mesa, que revelam a moqueca capixaba, mais do que um ícone emblemático do Espírito Santo, um elemento sociocultural complexo, digno de múltiplos novos campos de análise científica.

Moqueca, moqueca, peixada... a polifonia das receitas e suas apropriações

A construção da moqueca capixaba como símbolo da identidade local serve aqui como mote para uma reflexão mais ampla a respeito do entendimento da comida como patrimônio. Como já apontou Roland Barthes (1975), é possível identificar a percepção do alimento como sig-

no que transforma uma imagem construída socialmente em consciência individual e, dessa maneira, pode conformar identidade social. De fato, a culinária é um dos modos pelos quais as identidades assumem materialidade. A comida típica não é qualquer comida: representa experiências vividas, representa o passado e, ao fazê-lo, coloca-o em relação com os que vivenciam o presente.

Nesse sentido, o ambiente, muitas vezes performático, que cerca o consumo da moqueca capixaba em panelas de barro fumegantes nos restaurantes do litoral do Espírito Santo, pode ser interpretado como chave de conexão entre o passado e o presente: é comum, por exemplo, a presença de informativos que ensinam ao cliente como preparar o prato, introduzindo-o, assim, no universo das experiências vividas no passado. Não à toa, a iguaria há muito extrapolou os limites da ilha de Vitória e seu entorno, ocupação mais antiga do território, e se espalhou por toda a costa capixaba, sendo ofertada em 87% dos restaurantes do litoral espírito-santense (Merlo, 2011, p.29).

Sob esse prisma, falar de moqueca servida nas panelas pretas incandescentes no Espírito Santo, é tratar sobre um assunto bastante popular. Os meios de comunicação de massa, em especial, têm contribuído de maneira ímpar para sua divulgação. É um ritual gastronômico usufruído pela imensa maioria de visitantes que chegam às paragens capixabas e um atrativo turístico obrigatório na divulgação desse território. Contudo, para além dos saberes intergeracionais que implicam tanto na fabricação artesanal das panelas quanto no preparo do prato, partimos em busca de dados que revelassem em que momento apareceram os primeiros indícios da valorização de tais ícones e sua associação com a identidade local.

Por meio de um amplo levantamento nos jornais capixabas disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, procuramos identificar mediante uma análise qualitativa os seguintes eixos: 1. A presença das palavras “moqueca/muqueca/peixada” e “panela de barro de Goiabeiras”; 2. A associação entre o prato e o utensílio; 3. A moqueca capixaba feita na panela de barro de Goiabeiras como símbolo da identidade local. O acervo consultado reúne 98 impressos capixabas publicados no período compreendido entre a década de 1830 e 1960. É importante observar que tais informativos, inicialmente, tinham por objetivo reproduzir os discursos nacionais publicados nos grandes centros e abrigar ordens e atos do governo provincial. Posteriormente, passaram a versar sobre a política local e, ao longo do século XX, extrapolam a uma literatura mais generalista (Reis, 2003, p. 7-10).

Outro aspecto a ser destacado é que tais impressos são anteriores ao *boom* do regionalismo brasileiro, localizado a partir de meados de 1970, sobretudo. Outra observação importante é que a culinária não figura como tema central de nenhum dos informativos analisados. Entretanto, com a amplitude de assuntos trazidos nos periódicos – especialmente a partir dos Novecentos – acreditamos que o aparecimento de indícios sobre a temática relacionada à alimentação possa colaborar para a identificação de usos relacionados à moqueca e à panela de barro, indicando a difusão/apropriação dos termos ao longo do tempo.

No *corpus* documental analisado, encontramos 106 referências ao termo moqueca/muqueca/peixada. A primeira data de 1874, no jornal **O Espírito-Santense**, mas referia-se a um moroso processo que se desenrolava na Assembleia Legislativa Provincial naquele período. Foi em uma

edição de 1878 do mesmo periódico que encontramos o termo utilizado pela primeira vez para indicar um prato local, em meio a uma crônica ambientada nas proximidades do Batalhão de Infantaria, em Vila Velha-ES. Vejamos o trecho:

[...] O nosso heroe, assim com ares de Marechal, não do Brazil, mas de França, quando passar revista ao primeiro exercito do mundo e reconhece o lusimento e garbo militar dos seus soldados, concertou a *guella* e com arreganho de general gritou – Sr. Commandante, força é quartel... e... venha ceiar comnosco uma bela moqueca de papaterra! (1878, ed. 00070, p. 3, *grifo nosso*).

Nesse mesmo ano também encontramos o primeiro anúncio de um restaurante que oferecia a moqueca entre seus acepipes:

Província do Espírito Santo. Grande Hotel Zangú. Almoço oferecido: Muqueca de peixe cosido ou ensopado. Bacalhau ensopado. Linguiças na frigideira. Assado de carne verde (, de 3 dias). Acepipes: Azeite em garrafa de Cosinha. Mólho de pimenta malagueta. Arroz d’agua e sal. Pirão com farinha de mandioca. Sobremeza. Manteiga em pires! (O Espírito-Santense, 1878, ed. 00070, p. 3, *grifo nosso*)

Chama atenção o uso dos termos “cosido” e “ensopado” para referir-se à moqueca, apesar do anúncio não esclarecer quais seriam as diferenças. Todavia, por tratar-se de um meio de divulgação de informações, podemos perceber que a “muqueca”, enquanto elemento que compõe o

cardápio do restaurante de um hotel, ocupa espaço de destaque, já que é o primeiro prato anunciado. Além disso, cabe observar aí a presença dos tradicionais acompanhamentos do prato até a atualidade: arroz branco, pirão com farinha de mandioca e o molho de pimenta malagueta em separado. Outro aspecto a ser destacado é que, além da população local, seriam os visitantes os mais visados pelo anúncio, posto estarem hospedados no referido estabelecimento.

Já no que diz respeito à panela de barro de Goiabeiras, utensílio clássico para o preparo da moqueca capixaba, localizamos a primeira menção em 1910. No jornal **Diário da Manhã**, a coluna *De Palanque*, assinada por J. Machado, dedica-se a descrever a simplicidade da região intocada pelo progresso, onde “*luz electrica, exgoto e agua corrente, felizmente, ainda não chegaram*” (Diário da Manhã, 1910, ed. 00127, p.3). Em sequência, o autor descreve a produção das panelas:

Possuindo vasta indústria de panellas e boiões de barro, Goiabeiras tem o seu futuro garantido porque para fabricar aquelles artefactos não tem necessidade de mandar vir machinismos complicados. O barro está ali à mão, a mão tem os moradores dos logares e lenha para assal-o não falta (Diário da Manhã, 1910, ed. 00127, p.3).

E continua a partir daí a fazer a defesa das panelas de barro e seus usos na culinária local para o preparo de moqueca e torta:

Quando é que uma caçarola de ferro, dessas louçadas, será capaz de cozinhar uma torta ou uma moqueca como as panellas de Goiabeiras.

Nunca.

A prova temol-a que aqui mesmo na cidade em casa de famílias de tratamento, ellas ocupam logar saliente por não encontrar substitutas idôneas (*Diário da Manhã*, 1910, ed. 00127, p.3).

Efetivamente, foi no decurso do século XX que a moqueca e as panelas de barro de Goiabeiras, assim como uma cozinha capixaba, passaram a figurar de forma mais frequente nos periódicos locais. O que está em sintonia com o contexto nacional, posto que:

Só se começa a falar em cozinha brasileira, no sentido atual, após o movimento Modernista, na primeira metade dos anos 1920. Na mesma época em que se “descobriu” o barroco como estilo arquitetônico, armou-se o discurso sobre a culinária brasileira – um estilo que é fruto do amálgama dos modos de comer de índios, negros e brancos (Dória,2014, p.7-8).

Em uma crônica intitulada *Album de nossa terra* datada de 12 de março de 1932 publicada no **Diário da Manhã** lemos:

Vocês vão assim longe, disse eu, porque ainda não se regalaram cum uma muqueca de papa-terra em casa do Flavio de Jesus, depois de uma rápida estação de água cariacicana. Não faz muito tempo Mendes Fradique levou de Victoria uns petiscos, com que, no Rio, ofereceu aos jornalistas cariocas um almoço capichaba. Foi um delicioso repasto. Imaginação, imaginação... terminadas as gastronômicas evocações, atacamos o menu [...] (*Diário da Manhã*, 1932, ed, 00245, p. 3).

Como é possível notar, a *muqueca* já está associada a uma identidade culinária *capixaba*, apresentada inclusive, para além das fronteiras locais, a jornalistas cariocas. Outro indicativo do fortalecimento dessa associação pode ser apontado no fato do principal clube desportivo estadual, o Clube de Regatas Saldanha da Gama¹⁰, localizado em Vitória e reduto da elite capixaba, comemorar seu aniversário, entre 1935 (Diário da Manhã, 1935, ed. 02903, p. 1) e 1945, com *uma esplendida peixada capixaba* (para seus associados, o prato também era obrigatório em homenagens a desportistas visitantes, nas comemorações de títulos e no carnaval do clube (Folha Capixaba, 1945, ed. 00131, p. 3).

Na década de 1950, é possível apontar a associação entre moqueca, panela de barro e identidade capixaba. Representativo nesse sentido é um recorte de 1953 do jornal **Folha do Povo** intitulado *Nossa culinária e as panelas de barro*:

Os pratos tradicionais da cozinha capixaba só têm gosto se elaborados em panela de barro, como proclamam todas as peritas. Na receita da tradicional torta capixaba, fornecida pela venerada senhora D. Otilia Grijó, ficou dito que é essencial o uso de panela de barro. Também as feijoadas e as moquecas só são completas quando feitas em panelas de barro, lá de Goiabeiras. Faz muitos anos vi, em Guarapari um senhor de fora do Estado recusar-se a comer gostosíssima ‘moqueca de papaterra’ porque ela, segundo a tradição, viera para a mesa na panela preta de barro, certamente

10 Fundado em 1902, o Clube de Regatas Saldanha da Gama, a partir da década de 1920, passou a investir em festas, concursos e eventos que animavam a elite capixaba. Ficou conhecido como o melhor clube do Estado. Depois de reformado e ampliado, em 1934, o Salão Nobre do clube, localizado no terceiro andar do prédio, passou a ser palco de grandes festas e cerimônias, que reuniram as principais autoridades da época e tradicionais famílias capixabas. (Cf. Favoreto, 2014).

‘made in Goiabeiras’ fervendo ainda que nem panela de Pedro Malazartes... Não sabe que perdeu (1953, ed. 00420, p.2).

Como é possível perceber pela leitura, já encontramos aqui um discurso fechado que associa moqueca, panela de barro e identidade capixaba, além da reprovação ao comportamento do visitante que se recusou a comer o prato tradicional servido no aparato obrigatório de seu preparo. Cabe ressaltar, ainda, que o impropério da recusa ocorreu em Guarapari, cidade mais de 60 km distante da região produtora das panelas pretas, mas que já contava com observadores que atribuíam sentido ao artefato, além de compartilhar a tradição no preparo do prato.

Nesse sentido, destacamos a matéria publicada no **Folha Capixaba** sobre a Conferência Distrital 457 do Rotary Internacional realizada em Vitória entre 11 e 14 de março de 1959, com a presença de 300 associados oriundos de todos os Estados brasileiros e representantes de diversos países:

[...] no programa social recreativo incluem-se visitas ao Santuário da Penha, *peixada típica capixaba*, excursões as cidades de Santa Tereza e Guarapari, à lagoa Juparanã e hidroelétrica de Rio Bonito, além de um jantar festivo no Saldanha da Gama, excursão pela baía de Vitória e visita ao cais de minério. (Folha Capixaba, 1959, ed. 01168, p. 2, *grifo nosso*).

Encontramos nesse roteiro recreativo oferecido aos visitantes os contornos de uma identidade local que se desejava apresentar. Destacam-se elementos de grande representatividade do patrimônio material

e natural do Espírito Santo, como o Convento da Penha, as praias de Guarapari, além do patrimônio imaterial representado pela *peixada típica capixaba* e na italianidade de Santa Teresa, município da região serrana. Também aparecem elementos associados à industrialização e ao desenvolvimento econômico. Para as finalidades dessa reflexão, cabe pontuar que, via de regra, o roteiro turístico padrão, ainda hoje, contempla boa parte desses mesmos elementos.

Os impressos analisados, embora não tivessem como foco o turismo e a alimentação – ou fossem especializados nisso –, permitiam que as informações circulassem, consolidando um determinado discurso. O acesso a essas informações não ocorria somente entre os sujeitos locais, mas estavam disponíveis, também, para o consumo dos visitantes que por aqui estivessem. Ampliava-se assim o acesso ao prato e aos rituais que o cercavam, fortalecendo um dado imaginário que se conectava à mesa dos capixabas. As fontes analisadas parecem demonstrar a importância do prato na configuração de uma identidade local.

Ainda que ilustrativos, os recortes apresentados revelam que o alimento deve ser tomado como prática cultural, ou seja, como sistema de valores que estrutura a percepção e a postura dos indivíduos no cotidiano sendo, portanto, fundamental no que se refere à sua identidade e à identidade de seu grupo, ainda que passe despercebido pelos sujeitos (Certeau; Giard; Mayol, 2000). Nesse entendimento, inserir a alimentação no universo das relações sociais e a culinária no universo da organização social (no sentido de elaboração de sistemas para organizar e classificar o mundo) pode se constituir em um primeiro passo para a reflexão sobre as culinárias regionais como monumentos de uma cultura e, portanto, passíveis

de serem percebidas e reconhecidas como patrimônio – entendido como um dos aspectos de produção e gerenciamento do universo das coisas materiais (MENESES, 1992, p. 16).

Considerações finais

Como visto, tanto o preparo quanto o consumo alimentar se constituem em operações universais, mas também marcam estilos e delimitam territorialidades e identidades. Do ponto de vista proposto aqui, a comida e seu entorno podem ascender ao status de patrimônio porque configuram-se como formas de transmissão, valorização e apropriação de tradições, uma vez que produzem e reproduzem uma determinada fala sobre o que é tradicional, destarte, aquilo que compõe as identidades de um determinado grupo e lugar.

Partindo de tais premissas, podemos afirmar que o consumo alimentar, muitas vezes, se converte em uma modalidade de consumo simbólico, cuja essência reside no fato de que o que é consumido nunca é o objeto ou produto material, mas sim a relação (ou relações) que se estabelece com e através dele. Desse modo, a carga simbólica atrelada a um objeto faz com que ele transcenda seu valor utilitário e incorpore outras funções e, no caso específico da alimentação, faz com que a iguaria deixe de ser consumida por suas características físico-químicas e passe a ser degustada pelos valores simbólicos que lhe são atribuídos.

Dentro do contexto de uma cozinha regional, podemos notar que algumas iguarias findam por se destacar e, abalizadas por determinadas especificidades (combinação de ingredientes, técnicas de preparo ou serviço, por exemplo) que sobrevivem ao passar do tempo, podem ser adaptadas

e ressignificadas, ainda que conservem uma essência identitária passível de ser reconhecida. Esses pratos, usualmente denominados pratos típicos, se conectam à história e ao contexto cultural de um determinado grupo e lugar, compondo uma tradição que se torna símbolo de sua identidade. Os pratos típicos são entendidos, portanto, como elementos integrantes da cultura regional que emergem desse conjunto mais amplo por inúmeras razões e podem ser consumidos simbolicamente, desde que o comensal possua conteúdos capazes de permitir tal experiência. Esse é, em nosso entendimento, o caso da Moqueca Capixaba.

Como pontuado, as práticas alimentares preservadas no silêncio das reproduções cotidianas são marcos identitários e reveladores dos sujeitos que as compartilham. São as representações que os grupos dão de si para si e de si para os demais que tornam as representações espaços identitários tão caros aos espectros sociais múltiplos, que constituem a humanidade em espaços e tempos diversos (Chartier, 1991, p. 183-184).

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Patricia. *Qué Puede Decirnos una Antropóloga sobre Alimentación. Hablando sobre Gustos, Cuerpos, Mercados y Genes. Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín. Buenos Aires, Argentina: 2007.*
- BESSIS, Sophie. *Mille et une bouches: cuisines et identités culturelles. Paris: Autrement, 1995.*
- CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.*
- CONTRERAS, J. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas ali-

- mentares. In CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- _____; J. Alimentação, Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.
- CSERGO, Julia. La gastronomie est-elle une marchandise culturelle comme une autre? *Le repas gastronomique des Français à l'UNESCO*. Histoire et enjeux, Chartres, Menu Fretin, 2016.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz do Brasil Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- GOODY, Jack e Watt, Ian. *Cultura escrita en sociedades tradicionales. Las implicaciones de la cultura escrita*. Barcelona: Gedisa, 1996.
- HALL, Stuart. *Identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MEDINA, Xavier; TRESSERAS, Jordi. Food, Gastronomy and Tourism. Social and Cultural Perspective. Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Guadalajara, 2018.
- MONTANARI, Massimo (org.). *O mundo na cozinha: história, identidade, troca*. São Paulo: Estação Liberdade, Sena, 2009.
- ONG, Walter. *Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra impresa*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PIZARRO, C. "Ahora ya somos civilizados". *La invisibilidad de la identidad indígena en un área rural del Valle de Catamarca*. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2007.
- SANTISCH, B. "The study of gastronomy and its relevance to hospi-

tality education and training”. *International Journal of Hospitality Management*, n. 23, 2004, p. 15-24.

STANDAGE, Tom. *An Edible History of Humanity*. New York: Walker & Company, 2009.

UNESCO - Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

O Hospital Colônia de Itanhenga (1937-1962): isolamento compulsório e estigmatização da lepra no Espírito Santo

Hícaro Rassele Rodrigues¹

Introdução

Presumidamente existente desde os tempos remotos da Antiguidade, a doença historicamente chamada de *lepra* se tornou conhecida por diversas passagens em narrativas bíblicas, que a associaram à ideia de impureza e pecado, reiterando de maneira constante noções pejorativas sobre a população que convive com a doença.²

Em sua obra *Illness as Methaphor and AIDS and its Metaphors* (Picador: 2001), Susan Sontag buscou mostrar, em dois ensaios, como as doenças estão inseridas em “metáforas” sociais, apesar de não serem fenômenos metafóricos. A autora reflete sobre a natureza social dessas metáforas, a partir de uma construção histórica e biológica, capaz de projetar uma car-

1 Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. hicarorasselerodrigues@gmail.com.

2 A doença é tratada oficialmente enquanto hanseníase desde 1978, cf. BRASIL. Projeto de Lei nº. 5.803 de 22 de março de 1978. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, DF. Contudo, ao longo do capítulo, faremos uso dos termos “lepra” e suas derivações, haja vista a ocorrência dessas terminologias nas fontes do período em questão.

ga simbólica não só sobre a doença, mas sobre o corpo por ela acometido. Possibilitando, assim, uma compreensão das conotações estigmatizantes que, em conjunto, interferem nas relações comunitárias, acarretando experiências traumáticas aos doentes.

Desse modo, houve diferentes bases de interpretação para a lepra, que tiveram em comum o fato de tratarem o indivíduo por ela acometido como alguém em estado de decrepitude e degeneração, representando, por isso, uma ameaça ao bem-estar e ao convívio social. As reações causadas pela consciência de sua presença em um corpo e pela circulação desse corpo no interior de um grupo social foram das mais diversas, que somadas à desconfiança e ao medo possibilitaram a existência de relatos piedosos e solidários dos saudáveis para com os enfermos.

A doença é causada pela infecção do bacilo de Hansen (*Mycobacterium leprae*), descoberto por Gerhard H. Armauer Hansen, em 1873. A hanseníase ficou conhecida como *mal de Hansen* e hoje é considerada uma doença endêmica no Brasil. É infecto contagiosa e apresenta baixo índice de contaminação; se manifesta por sinais neurológicos e dermatológicos, causando lesões na pele, sobretudo nos olhos, pés, mãos, e nos nervos periféricos (Caires, 2013, p. 12).

O primeiro registro da hanseníase no Espírito Santo data do século XIX, mas a presença da doença no estado remonta da chegada dos colonizadores. A primeira alusão à infecção foi feita em 1881, por Manoel Goulart de Souza, médico Provedor da Saúde da Província do Espírito Santo, dando a ela o nome de *morfeia*. O médico destaca a raridade da doença no território, à época. É apenas nas primeiras décadas do século XX que a “lepra” toma forma no discurso médico brasileiro (Franco;

Lima, 2021, p. 14).

Com efeito, a ideia de ameaça social que cercou o hanseniano desde a Antiguidade e que o associou a ideais como a de “perversidade” e a de “loucura” foi reforçada por perspectivas advindas da ciência médica contemporânea (Cunha, 2005, p. 1-6), relegando o infectado à exclusão por meio do isolamento compulsório, sob a forma e legitimidade de políticas públicas de saúde.

Como conceituou Goffman (2013), o *estigma* é todo aspecto indesejável e pejorativo imposto a um determinado tipo de indivíduo. Os tipos de estigma são: as “fraquezas individuais” (distúrbios mentais, vícios, “homossexualismo” e outros), as deformidades do corpo físico, os estigmas de raça, religião, nação e os estigmas de agrupamento (Goffman, 2013, p. 6-7). Dessa forma, a “pestilência” é um estigma comumente atribuído aos hansenianos e, no caso de Itanhenga, estende-se também às suas relações mais próximas, sobretudo as relações parentais diretas: o estigma pesava sobre seus descendentes, ainda que eles não estivessem com a doença.

Em decorrência disso, não era dada às suas crianças a possibilidade de viver além-muros da Colônia, bem como era negado aos seus pais adoecidos a oportunidade e os meios para prover uma vida melhor para elas. Como elucidou Foucault (2007, p. 09), a exclusão dos leprosos é uma prática permanente; a segregação dos leprosos foi de uma sistematização tão marcante que se tornou uma imagem, ligada ao doente por mais tempo que a própria doença. Por isso, torna-se importante pensar as experiências de estigmatização, rejeição, isolamento e temor sob as perspectivas das políticas públicas e dos discursos científicos produzidos acerca da lepra ao longo do último século.

Os casos de hanseníase chamaram a atenção em diversos estados da Federação e a criação da Comissão de Profilaxia da Lepra, vigente entre 1915 e 1919, pode ser entendida como uma primeira política pública de combate à hanseníase. Contudo, foi a partir de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que o foco do Governo Central se voltou para essa agenda.

Em 1923, fora determinado um novo regulamento sanitário para a lepra, que efetivamente possibilitou que as ações para o combate à hanseníase fossem desenvolvidas de uma maneira organizada e sistemática (decreto nº. 16.300/1923).³ Segundo o novo regulamento, constavam a obrigatoriedade da notificação da presença da lepra, de exames periódicos nos familiares ou de pessoas mais próximas dos doentes; bem como de campanhas de divulgação sobre a forma de contágio (Franco; Silva, 2018, p. 70).

A inexistência de um remédio específico para a hanseníase fez com que, historicamente, o temor e a busca pela distância dos corpos infectados fossem uma constante. Segundo prontuários, os medicamentos utilizados para o tratamento dos pacientes, a partir do século XX, eram: Chamulmoogra, Pormin, Bismution, Diasone, Antilebrina. A Taliomida, aparece nesses prontuários a partir de 1965, assim como o Diamenoxil. Quanto ao óleo de Chamulmoogra, vinha sendo usado desde a internação dos primeiros pacientes da Colônia, em 1937.⁴

O isolamento se tornou obrigatório no Espírito Santo, por meio do Decreto nº 7.117 de 1935, que aprovou o Regulamento do Serviço

3 Posteriormente revogado pelo Decreto de 5 de setembro de 1991.

4 Para mais informações acerca da diversidade e alcance das medicações, consultar cf. MANINI, A. P. *A evolução da terapêutica*. São Paulo: Intermeios, 2019.

de Profilaxia da Lepra (Cypreste; Vieira, 2014). Despontou, a partir de então, a atuação de diversos censos que objetivavam descobrir o real número de infectados pela doença no Brasil. O DNSP era responsável por gerenciar os serviços de saúde e mapear a geografia das doenças, passando a cuidar da lepra no território nacional. Para tal feito, fora criada a Inspeção de Profilaxia da Lepra no Brasil.

Foi nesse contexto que o Hospital Colônia de Itanhenga teve sua inauguração, em abril de 1937, custeado pelo governo do estado, contando com o apoio da União e do município (Franco; Nogueira; Marlow, 2017, p. 310).⁵

O encarregado administrativo das verbas remetidas à construção foi o médico Pedro Fontes, vindo do Rio de Janeiro, quando assumiu a Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas em 1927 (Franco, Silva, 2018, p. 70). Pedro Fontes tomou a frente do combate à lepra no Espírito Santo, promovendo um levantamento do número real de leprosos no estado, por meio da criação de uma rede de informação que se espalhou por diversas regiões. A lógica por trás dessa prática sanitária era a de que a lepra, quando procurada, seria encontrada.⁶

⁵ “Até a data da inauguração da colônia, o custo total para sua construção, incluindo terreno, serviços de água, esgoto, iluminação, energia elétrica, foi de 2.577:545\$000. Conforme estabelecido no consórcio entre a União e o estado do Espírito Santo, os valores e despendidos para a execução da obra foram assim distribuídos: 1.534:545\$000 pelo Governo do Estado (1934- 1937) e 790:000\$000 pelo Governo Federal (1933-1936)” (Franco; Nogueira; Marlow, 2017, p. 310).

⁶ Para uma melhor compreensão dessa lógica, ver cf. SOUZA-ARAÚJO, H. C. *Contribuição à epidemiologia e prophylaxia da lepra no norte do Brasil*. Rio de Janeiro, 1993.

O espaço e o indivíduo

Ao pensar o indivíduo e sua inserção num espaço social, é importante que tenhamos concreto o entendimento de que as percepções sobre a doença são construídas socialmente e influenciam de maneira direta no tratamento social que o indivíduo adoecido receberá. Foi essa a tese proposta por Charles Rosenberg, em sua obra *Explaining Epidemics and other Studies in the History of Medicine* (Cambridge University Press: 1992). O autor atestou que a enfermidade é um construto derivado de percepções sociais e biológicas que, a partir de um “enquadramento” específico, agem como fator condicionante às relações estabelecidas entre pacientes e autoridades de saúde.

A partir disso, podemos entender o espaço pensado para os hanseianos em Itanhenga como uma materialização da percepção social que lhes era infringida. Haja vista a expressiva quantidade de adoecidos que foi descoberta a partir de um censo realizado entre os anos de 1927-1937, com objetivou realizar um levantamento do número de leprosos no Espírito Santo.

Pedro Fontes, ao assumir a frente da Inspetoria da Lepra e Doenças Venéreas, em agosto de 1927, deu início a uma verdadeira busca aos acometidos pela hanseníase no estado. De início, a estimativa foi de 150 casos de lepra, em um relatório apresentado em 1929. Mas os números cresciam a cada ano, até que ao final do censo, em 1937, o total de casos confirmados chegava a casa dos 639 e os casos suspeitos suspeitas giravam em torno de 90. Desse modo, o censo serviu como atestado de que o estado capixaba tinha a necessidade de um leprosário, o que justificou o projeto de construção da Colônia de Itanhenga (Franco; Azevedo, 2015,

p. 233-235)

O projeto arquitetônico da Colônia foi orientado pelo modelo estadunidense do leprosário de Carville, bem como foi influenciado por outros elementos arquitetônicos de leprosários, como os de São Paulo (Franco; Silva, 2018, p. 71). Os espaços de confinamento foram construídos no *modelo tripé*. Os pacientes eram a todo momento separados dos profissionais responsáveis, das autoridades administrativas e de saúde presentes no local por divisões setoriais de confinamento.

É possível interpretar a disposição logística do espaço como uma tentativa de destituição da socialização e da integração dos pacientes sujeitos à internação na Colônia. Baseado no *modelo tripé*, o espaço se constituía em “leprosário” (um espaço pensado para os internos que era composto por clínica, laboratório, refeitório e lavanderia); “preventório” (espaço pensado aos filhos dos leprosos); e “dispensário” (pensado para a vigilância médica e epidemiológica daqueles que tiveram contato com os internos). Havia também as “habitações”, que eram coletivas e, por sua vez, subdivididas em três zonas: sadia, intermediária e doente.

Essa configuração espacial servia à separação e à garantia da integridade das pessoas sadias que prestavam serviços aos doentes intramuros. Quanto à capacidade máxima do Hospital Colônia, era de 350 pessoas, mas chegou a abrigar 450 enfermos, em 1942.

Ao lado disso, a carência de integração social dos internos com o mundo “lá fora”, como expõem Franco e Silva (2018, p. 76), resultou numa sensação de não-pertencimento ao mundo social externo à Colônia. Tanto que, mesmo após receberem alta, alguns internos continuavam residindo nas dependências do Hospital, justamente por não terem mais relações

fora dele. Esse é só um dos reflexos da negligência das políticas públicas e da persistência de um imaginário social de caráter pejorativo acerca do hanseniano, que colaboram para um quadro de alienação dos ex-pacientes à vida antes do diagnóstico.

Para avaliar tais realidade de modo mais profundo, fizemos o uso da história oral, segundo Etienne François. Em seu conhecido capítulo *A Fecundidade da História Oral* (FGV: 2006), a autora argumenta que a abordagem da história oral permite destacar particularidades cotidianas e sentimentos do indivíduo enquanto questões que integram o contexto “micro”. São memórias recuperadas do participante entrevistado que possibilitam uma reconstituição mais acurada das trajetórias individuais. Contudo, as especificidades da análise memorial tornam esse método arriscado para a análise histórica.

Apesar disso, cabe aqui a reflexão de Alessandro Portelli que, tratando da memória como incomodo, afirmou que ela serve para “[...] colocar em dúvida as certezas que nos tranquilizam” (Portelli, 2016, p. 48). Assim, entendemos a importância da análise memorial para trazer questionamentos às certezas acerca da política concebida para o controle da hanseníase, expondo possíveis falhas, inconvenientes ou impactos diversos à vida dos sujeitos adoecidos.

Em relato oral, um ex-interno relembra o momento de seu diagnóstico, ainda quando criança e, segundo suas palavras, descreve a reação ao diagnóstico da lepra como “ter me matado e jogado fora” (nome fictício: Josué, 01/03/2016). Há, ainda, relatos que acusam o desconforto e o medo dos internos recém-chegados à Colônia, devido à hostilização com a qual os pacientes eram tratados:

“Começo pesado. Tinha muita gente mutilada. Quando cheguei eu tava muito ruim, só via as mulheres no quarto. Não via ninguém atrofiada, comecei a comer bem e andar. Aí veio um paciente com a mão e as pernas mutiladas, aquilo ali me deu um desespero total, eu derrubei ele, saí gritando que eu queria ir embora dali” (Nome fictício: Aneli, 2016).

Pode-se observar a presença de uma percepção extremamente dissonante no imaginário social além muros da Colônia, quando comparado à experiência material dos internos. Tomemos por base uma declaração do ex-presidente Getúlio Vargas (1882-1954) emitida via um “expressivo telegrama” ao ex-governador do Espírito Santo, João Punaro Bley (1930-1943), publicado no periódico capixaba *Diário da Manhã*, em 1937: o então presidente elogiara a atitude de Bley na construção do “majestoso leprosário de Itanhenga” e parabenizara a forma como o governador lidara com a lepra no estado. Demonstrando, assim, a aprovação e a adesão que a prática de internação em colônia obteve na esfera política, social e médica do Brasil do século XX.

A prática de isolamento compulsório foi muito influenciada no Brasil pelos estudos de Heráclides Souza-Araújo (1886-1926), chefe do Instituto Oswaldo Cruz e professor de leprologia na Universidade do Rio de Janeiro. O médico foi o autor da *História da Lepra* e seus escritos tiveram grande impacto no meio acadêmico, sobretudo no tocante à profilaxia da lepra. Em 1940, com o surgimento de novas possibilidades de tratamento, a partir da introdução de antibióticos à base de *sulfonas*, a questão do isolamento compulsório começa a ser questionada.

O medicamento teve grande influência na mudança da percepção

da doença enquanto contagiosa, sobretudo a partir de 1944, quando foi introduzido no Brasil de maneira ampla. Possibilitando então a compreensão de que o paciente medicado não oferecia mais risco de contágio.

Tendo em vista que o isolamento compulsório era o principal método terapêutico para a lepra à época, apesar de ser considerado por muitos como extremamente radical, não fora nenhuma surpresa as discussões acerca da manutenção dessa prática no meio médico, jornalístico e político. Fora pauta de debate entre as elites e outros diversos grupos sociais. Ao passar dos anos são perceptíveis os avanços, mas existem ainda lacunas no debate (Cunha, 2005, p. 4).

Mesmo não encontrando todas as informações em todos os casos – por conta, muito provavelmente, da negligência, que resulta na perda de informações pessoais de cadastro – os prontuários médicos analisados ainda dão conta de inferências acerca dos pacientes. A partir da análise dos documentos encontrados nas dependências do Hospital Colônia que continham informações sobre os internos trazidos de maneira compulsória, foi possível inferir de modo aprofundado informações sobre o cotidiano das pessoas que ocupavam aquele espaço.

Com os dados contidos nos prontuários, pôde-se entender um pouco mais sobre a tipificação social e a idade. Foi possível identificar a idade de 534 internos. O sexo dos colonos é outro indicativo importante: numericamente, é evidente a maior incidência de internos do sexo masculino, em grande parte casados. No tocante ao estado civil, identificamos os dados de 667 internos. Já no concernente à alfabetização do hansenianos na Colônia, foram identificados os registros de 309 internos. Analisou-se, também, documentos que faziam referência à cor de 644 internos, sendo

418 brancos (c. 64,91%) e 226 negros (c. 35,09%).

A interpretação dos dados permite constatar que a maioria da população de colonos se encontrava em idade adulta. Sobre o grau de alfabetização, cabe pontuar a pouca relevância de uma formação letrada para as profissões exercidas pela maioria dos internos, que geralmente desempenhavam o trabalho braçal nas lavouras. Outro ponto a ser destacado é que o ensino não era de tão fácil acesso como o é hoje. As escolas se concentravam nas áreas urbanas, sobretudo nas áreas mais elitizadas, desse modo, não era incomum a presença de analfabetos, principalmente no campo.

Inferiu-se, então, a partir dos dados previamente analisados, que grande parte dos colonos eram oriundos de camadas economicamente mais baixas da sociedade, sobretudo indivíduos do sexo masculino em idade adulta, geralmente solteiros, pouco instruídos, iletrados e habituados ao exercício de atividades que exigem o trabalho braçal, seja ele desempenhando na lavoura ou em outros setores profissionais. Ao lado disso, pôde-se inferir a predominância de indivíduos de cor branca, vindos do interior do estado. Uma possível explicação para a incidência maior de pacientes vindos do interior é o difícil acesso da assistência médica em chegar às regiões interioranas do estado.

Para pensar a rotina de trabalho em vigor no interior da Colônia, as fichas cadastrais de pacientes, encontradas no interior da Colônia, nos mostra que uma minoria de internos era composta por idosos e crianças e que grande parte estava dentro de uma idade considerada oportuna para o trabalho braçal. Uma possibilidade para o baixo número de idosos pode ser o agravamento do quadro sintomático dos pacientes, causando maiores complicações para a saúde. Incorrências como câncer, septicemia,

hipertensão arterial, parada cardiorrespiratória, acidente vascular cerebral e outras constam como *causa mortis* nos prontuários.

Considerações finais

Itanhenga foi um espaço de práticas médicas pouco humanitárias e discriminatórias, apoiadas em políticas públicas de exclusão, trabalho forçado e confinamento compulsório. Entre os anos de 1937 e 1962, o número de ingressos foi de 1.592, o que evidencia o esforço das autoridades para privar os enfermos de socialização, segregando-os nesse espaço asilar.

Tal fenômeno impactou e moldou trajetórias, que juntas constituem parte do passado histórico da cidade de Cariacica no estado no Espírito Santo e, de modo mais amplo, do Brasil. Das práticas de sociabilidade, às políticas públicas, à jurisdição, até os estigmas constituídos em torno dão doença; são todos aspectos componentes de um cenário desumanizador e, por muitos, esquecido, apagado, mas que nos mostra a dívida histórica pendente na sociedade contemporânea e a necessidade de reparação.

Como elucidou Cruz (2009), a discriminação é caracterizada em toda e qualquer forma, meio ou instrumento de promoção da exclusão, distinção, restrição ou preferência baseadas em critérios como a descendência, cor da pele, raça, etnia, origem nacional, idade, orientação sexual, religião, deficiência física, mental ou patogênica, que vise ou produza o efeito de prejuízo e/ou anulação do reconhecimento, exercício ou gozo de direitos humanos e liberdades fundamentais nos setores econômico, social, cultural, político ou em qualquer atividade no âmbito da autonomia pública ou privada (Cruz, 2009, p. 15).

Por essa chave de pensamento, o debate em torno das políticas de intervenção aos hansenianos é entendido enquanto um modo de combate à estigmatização e a invisibilização, por muito imposta – de maneira violenta – à parcela da sociedade acometida pela hanseníase. O debate também se mostra uma importante ferramenta de conscientização social, já que põe em voga a garantia de direitos dos hansenianos como um dever a ser legitimado e mantido pelo Estado e não mais como uma benesse a ser concedida pela parcela da sociedade que não convive com a doença.

Muitos internos viveram grande parte da vida no leprosário e, por essa razão, o diagnóstico da lepra e a retirada dessas pessoas do seu meio de convívio para serem internados à força foi sentido por eles e visto pela sociedade quase como uma sentença de morte. Revelando-nos, ainda hoje, a importância da reflexão de Le Goff (1985, p. 7) quando afirmou que a doença pertence à história profunda, à história dos saberes e das práticas; que se liga diretamente às representações e às mentalidades. Foram mapeados internos que viveram 55 anos confinados em Itanhenga, outros haviam chegado com dez anos de idade e estavam lá há 35 anos.

O cerceamento do direito à liberdade foi um trauma profundo aos internos, mas de todo modo, ainda era uma oportunidade de reconstruir uma vida alheia à marginalização e ao desprezo presente na sociedade extramuros; ainda que o preço seja o isolamento. Cabe, então, destacar a fuga do estigma como um aspecto estrutural para a permanência dos internos no leprosário. Como exposto anteriormente, a vida intramuros era dura e repleta de demandas e regras, muitas vezes prejudiciais e negativas; os colonos eram privados de sua liberdade e afastados de seus familiares, contudo, encontravam em Itanhenga uma maneira de resistir:

configuraram uma organização social interna própria e tentavam iniciar novamente suas vidas, muito provavelmente, pois essa seria a única forma de sobreviver.

Lá dentro, os internos também possuíam certa assistência, tendo acesso a remédios e atendimento médico disponibilizados de maneira gratuita, apesar da necessidade de reconfigurar uma nova vida e se reinventarem. Por vezes, desempenhavam um trabalho mais leve, conheciam pessoas novas e poderiam, dentro daquele espaço, rodeados de internos em situação semelhante, distanciar-se do estigma, tendo a chance de constituir um núcleo de sociabilidade conectado.

REFERÊNCIAS

Fontes textuais

PRONTUÁRIOS Diversos dos pacientes internados no leprosário de Itanhenga. Levantamento realizado pela pesquisa do professor Sebastião Pimentel Franco e equipe.

Fontes orais

Entrevista concedida a Sebastião Pimentel Franco pelo ex-interno anônimo do Hospital Colônia Itanhenga, de nome fictício Josué Carriaca, 01 mar. 2016.

Entrevista concedida a Sebastião Pimentel Franco pelo ex-interno anônimo do Hospital Colônia Itanhenga, de nome fictício Aneli, Carriaca, 16 set. 2016.

Periódicos

PIMENTEL, E. Sobre a inauguração do leprosário de Itanhenga. **Diário da Manhã**, Vitória, 20 abr. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/572748/46744>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Bibliografia de apoio

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Brasília, DF: Diário Oficial, 31 dez. 1923. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16300.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei nº. 5.803 de 22 de março de 1978. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 22 mar. 1978. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1183533. Acesso em: 04 jan. 2024.

CAIRES, A. **A hanseníase**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2013.

CRUZ, A. R. S. **O Direito a Diferença**. Belo Horizonte: Arraes, 2009.

CUNHA, V. S. **O Isolamento Compulsório em questão: políticas de combate à lepra no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

CYPRESTE, D, M.; VIEIRA, A. **Hospital Dr. Pedro Fontes, antiga Colônia de Itanhenga-hanseníase: do isolamento compulsório à**

- ressocialização. Vitória: Secult, 2014.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FRANCO, S. P.; AZEVEDO, L. A. B. A lepra no Espírito Santo: de fagueira ilusão à Colônia de Itanhenga. **Dimensões**, n. 34, v. 1, 2015, p. 228-254. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11117>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- FRANCO, S. P.; NOGUEIRA, A. L. L.; MARLOW, S. L. A Colônia de Itanhenga (Espírito Santo): edificação e vida em (mais) um leprosário brasileiro. *In*: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; SILVEIRA, A. J. T. **Uma história brasileira das doenças**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.
- FRANCO, S. P.; SILVA, S. S. A. A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo. **Khronos**, n. 6, v. 14, 2018, p. 65-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/khronos/article/view/150673>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- FRANCO, S. P.; LIMA, Z. M. M. A lepra no Ceará e no Espírito Santo (1920-1940): olhares e reflexões. **Ágora**, v. 32, n. 1, 2021, p. 1-27. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/34064>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. *In*: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- LE GOFF, J. **As doenças têm História**. Lisboa: Terramar, 1985.
- MANINI, M. P. A evolução da terapêutica. *In*: MONTEIRO, Y. N. (org.). **História da hanseníase**: silêncios e segregação. São Paulo:

Intermeios, 2019.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROSENBERG, C. **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANTOS, V. S. M. **Entidades filantrópicas e políticas públicas no combate à lepra: Ministério Capanema (1934-1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SONTAG, S. **Illness as metaphor and AIDS and its metaphors**. New York: Picador, 2001.

SOUZA-ARAÚJO, H. C. **A lepra no Espírito Santo e sua prophylaxia: a “Colônia de Itanhenga” – Leprosário modelo**. Rio de Janeiro: Repositório Institucional da FIOCRUZ, 1937.

SOUZA-ARAÚJO, H. C. **História da lepra no Brasil: períodos colonial e monárquico (1500-1889)**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1946.



